



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX Nº 38, QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2024

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

### **Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

Presidente

### **Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

### **Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)**

2º Vice-Presidente

### **Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

1º Secretário

### **Senador Weverton (PDT-MA)**

2º Secretário

### **Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)**

3º Secretário

### **Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)**

4º Secretário

---

#### SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

#### **Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

#### **Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

#### **Paulo Max Cavalcante da Silva**

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

#### **Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

#### **Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

#### **Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

#### **Gleison Carneiro Gomes**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 31ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 2 DE ABRIL DE 2024

1.1 – ABERTURA .....	11
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Em celebração à Democracia Brasileira, nos termos do Requerimento nº 1117/2023, do Senador Randolfe Rodrigues e de outros Senadores. ....	11
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro .....	11
1.2.2 – Oradores	
Sr. João Vicente Goulart, Presidente-Executivo do Instituto João Goulart .....	12
Senador Humberto Costa .....	13
Sra. Mara Luquet, jornalista .....	15
Sr. Pedro César Batista, membro da comissão organizadora dos 60 anos de “64: Não Esqueceremos” .....	16
Sr. José Dirceu, ex-Deputado Federal .....	18
Sra. Maria Thereza Fontella Goulart, viúva do ex-Presidente João Goulart .....	21
1.2.3 – Discurso do Presidente (Senador Randolfe Rodrigues) .....	22
1.2.4 – A Presidência anuncia a abertura da exposição e lançamento do livro “Tempos de Chumbo”, pelas lentes de Orlando Brito, e também do livro “60 anos do golpe de 1964”, este com organização de Cristiano Ferreira. ....	25
1.3 – ENCERRAMENTO .....	25

#### 2 – ATA DA 32ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 2 DE ABRIL DE 2024

2.1 – ABERTURA .....	27
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	



### 2.2.1 – Oradores

Senador Jorge Kajuru – Destaque ao ofício, de autoria de S. Exa. e outros Senadores, encaminhado à Polícia Federal, solicitando investigação das denúncias de corrupção feitas pelo Sr. John Textor, acionista majoritário do clube de futebol Botafogo. Apoio ao início dos trabalhos da CPI das Apostas Esportivas. Defesa da democracia e da liberdade de imprensa. Registro da celebração do Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo. ....	27
Senador Eduardo Girão – Considerações acerca da precariedade da segurança pública no País e a suposta contribuição do atual Governo para a situação. Críticas à presença do ex-Ministro da Casa Civil e ex-Deputado Federal, José Dirceu, em sessão especial destinada à defesa da democracia. ....	31
Senador Paulo Paim – Elogios à sessão especial do Senado em celebração à democracia brasileira. Necessidade de recordar períodos da história do Brasil para compreender eventos traumáticos e valorizar os direitos humanos, a justiça e a democracia. ....	34
Senador Confúcio Moura – Celebração do Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo. Defesa do Projeto de Lei nº 2650/2022, relatado por S. Exa., que institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 anos. ....	36
Senador Marcio Bittar – Manifestação contrária à postura de ONGs e de países estrangeiros, especialmente a França, em relação à Amazônia. Observação quanto à inexistência de acordo entre os Estados-Membros da União Europeia e o Mercosul. Críticas ao convite feito ao ex-Ministro e ex-Deputado Federal José Dirceu para participar de sessão especial em celebração à democracia. ....	38
Senador Esperidião Amin – Questionamento sobre a suposta insegurança jurídica causada pela indefinição do valor da tarifa cobrada pela energia produzida pela empresa Itaipu Binacional. Pedido ao Ministro dos Transportes, Sr. Renan Filho, para que seja realizado o ato inaugural do ponto de parada e descanso para motoristas, na BR-101, no município de Palhoça-SC. ....	41
Senador Jayme Campos – Defesa do Projeto de Lei nº 1069/2024, de autoria de S.Exa., que institui a Política Nacional de Conectividade no Campo, o qual amplia o acesso a tecnologias digitais no meio rural. Apelo em favor da obra de duplicação do trecho da rodovia que liga a cidade de Santa Helena a Guarantã -MT. ....	43
Senador Izalci Lucas – Agradecimento aos Parlamentares que compareceram ao evento de filiação de S.Exa. ao Partido Liberal. Elogios à decisão do Congresso Nacional de não prorrogar a validade de parte da Medida Provisória nº 1202/2023, que dispõe sobre a reoneração da folha de pagamento e revogação de outros benefícios fiscais. Expectativa pela votação, na próxima semana, da PEC nº 45/2023, que prevê mandado de criminalização da posse e do porte de drogas em qualquer quantidade. ....	45
Senador Cleitinho – Comentários sobre a permanência do ex-Presidente Jair Bolsonaro por dois dias na Embaixada da Hungria. Críticas a um edital de licitação do STF para aquisição de água mineral por supostamente orçar o item acima do valor de mercado. Pedido para que o TCU investigue a contratação, sem licitação, feita pelo Governo Federal, de uma empresa para prestar serviços a povos indígenas. Voto de pesar pelo falecimento do seu pai, o senhor José Maria de Azevedo. ....	47
<b>2.2.2 – Suspensão da sessão às 16 horas e 3 minutos e reabertura às 16 horas e 58 minutos .</b>	<b>52</b>
<b>2.3 – ORDEM DO DIA</b>	
<b>2.3.1 – Itens extrapauta</b>	
Requerimento nº 184/2024-CDIR, da Senadora Augusta Brito, de licença para tratamento de saúde em 1º de abril. <b>Aprovado.</b> ....	52
Requerimento nº 185/2024-CDIR, da Senadora Augusta Brito, de licença para tratamento de interesse particular no período de 2 de abril a 30 de julho. <b>Aprovado.</b> ....	52



<b>2.3.2 – Prestação do compromisso regimental e posse da Sra. Janaina Carla Farias, segunda Suplente do Senador Camilo Santana.</b> .....	53
<b>2.3.3 – Comunicação</b>	
Da Senadora Janaína Farias, de filiação partidária (PT), adoção do nome parlamentar e diplomação. ....	53
<b>2.3.4 – Orador</b>	
Senadora Janaína Farias – Discurso de posse de S. Exa. Destaque para a sua trajetória de vida e agradecimentos aqueles que contribuíram em sua jornada. ....	53
<b>2.3.5 – Fala da Presidência</b>	
Considerações acerca da decisão da Presidência do Congresso Nacional de não prorrogação da parte da Medida Provisória nº 1202/2023 relativa à desoneração da folha de pagamento. ....	57
<b>2.3.6 – Item 1</b>	
Projeto de Lei nº 169/2020, do Deputado Federal Lúcio Vale, que <i>altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para exigir análise de mobilidade urbana nos estudos prévios de impacto de vizinhança. Aprovado. À sanção.</i> .....	58
<b>2.3.7 – Item 2</b>	
Projeto de Lei nº 3144/2021, do Deputado Federal Marcos Pereira, que <i>institui a região turística Vale do Panema como Área Especial de Interesse Turístico, nos termos que especifica. Aprovado. À sanção.</i> ....	58
<b>2.3.8 – Item 3</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 929/2021, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que <i>aprova o texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019. Aprovado. À promulgação.</i> ....	59
<b>2.3.9 – Itens extrapauta</b>	
Requerimento nº 177/2024-CDIR, do Senador Alessandro Vieira, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da 10ª edição da <i>Brazil Conference at Harvard and MIT</i> , em Massachusetts, Estados Unidos. <b>Aprovado.</b> .....	59
Requerimento nº 178/2024-CDIR, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da XCII Sessão Plenária do Parlamento Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. <b>Aprovado.</b> .....	59
Requerimento nº 179/2024-CDIR, da Senadora Mara Gabrilli, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da 32ª Sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas e do Fórum da Juventude do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), em Nova York, Estados Unidos. <b>Aprovado.</b> .....	59
Requerimento nº 180/2024-CDIR, do Senador Hamilton Mourão, de autorização para desempenho de missão, a fim de integrar a comitiva da Radiodifusão que participará do evento NABSHOW 2024, em Las Vegas, Estados Unidos. <b>Aprovado.</b> .....	59



Requerimento nº 181/2024-CDIR, do Senador Fabiano Contarato, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da Segunda edição parlamentar anual do *Global Innovations in Democracy*, em Washington, DC, Estados Unidos. **Aprovado**. ..... 59

Requerimento nº 182/2024-CDIR, do Senador Weverton, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do NABSHOW 2024 e do Congresso e Feira da *National Association of Broadcasters* (NAB), em Las Vegas, Estados Unidos. **Aprovado**. ..... 59

Requerimento nº 186/2024-CDIR, do Senador Sérgio Petecão, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da XCII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. **Aprovado**. ..... 59

### 2.3.10 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa ordinária semipresencial para 3 de abril, às 14 horas. .... 61

2.4 – ENCERRAMENTO ..... 61

2.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO ..... 62

## PARTE II

### 3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 32ª SESSÃO

#### 3.1 – EXPEDIENTE

##### 3.1.1 – Comunicação

Da Senadora Janaína Farias, de filiação partidária (PT), adoção do nome parlamentar e diplomação. 65

##### 3.1.2 – Requerimentos

Nº 177/2024-CDIR, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da 10ª edição da Brazil Conference at Harvard & MIT, em Massachusetts, Estados Unidos. .... 69

Nº 178/2024-CDIR, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da XCII Sessão Plenária do Parlamento Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. .... 72

Nº 179/2024-CDIR, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da 32ª Sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas e do Fórum da Juventude do Conselho Econômico e Social da ONU, em New York, Estados Unidos. .... 75

Nº 180/2024-CDIR, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do Nabshow, em Las Vegas, Estados Unidos. .... 80

Nº 181/2024-CDIR, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da Segunda edição parlamentar anual do *Global Innovations in Democracy* em Washington, Estados Unidos. .... 83

Nº 182/2024-CDIR, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do NABSHOW, em Las Vegas, Estados Unidos. .... 92



Nº 184/2024-CDIR, da Senadora Augusta Brito, requer licença saúde em 01/04/2024 .....	98
Nº 185/2024-CDIR, da Senadora Augusta Brito, requer licença particular de 120 dias .....	101
Nº 186/2024-CDIR, requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar de reunião do PARLASUL, em Montevideú, Uruguai. ....	103
<b>4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS</b>	
<b>4.1 – EXPEDIENTE</b>	
<b>4.1.1 – Comunicações</b>	
Do Senador Izalci Lucas, de filiação partidária de S. Exa. ao PL ( <b>Ofício nº 5/2024</b> ). ....	111
Da Liderança do PL, de indicação do Senador Izalci Lucas como segundo Vice-Líder do referido Partido ( <b>Ofício nº 12/2024</b> ). ....	112
<b>4.1.2 – Indicações</b>	
Nº 18/2024, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que <i>sugere ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional a criação de um programa de financiamento voltado à construção de armazéns nas propriedades rurais, com a utilização de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste.</i> ....	114
Nº 19/2024, do Senador Carlos Viana, que <i>sugere ao Ministério da Fazenda a destinação dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a serem utilizados como objeto e garantia de empréstimo para empresas do transporte aéreo regular doméstico.</i> ....	133
<b>4.1.3 – Parecer aprovado em Comissão</b>	
Nº 11/2024-CSP, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206/2015 .....	137
<b>4.1.4 – Projeto de Decreto Legislativo</b>	
Nº 109/2024, do Senador Jorge Seif e outros Senadores, que <i>susta partes da Resolução Normativa nº 181/2023/CUN, de 8 de agosto de 2023, editada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina.</i> ....	144
<b>4.1.5 – Projetos de Lei</b>	
Nº 1050/2024, da Senadora Daniella Ribeiro, que <i>altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.</i> ....	149
Nº 1058/2024, da Senadora Mara Gabrilli, que <i>declara Patrono da Historiografia Brasileira Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.</i> ....	154
Nº 1067/2024, do Senador Carlos Viana, que <i>institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo.</i> ..	158



Nº 1068/2024, do Senador Marcio Bittar, que <i>concede anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 e restaura os direitos políticos dos cidadãos declarados inelegíveis em face de atos relacionados às Eleições de 2022.</i> .....	162
Nº 1069/2024, do Senador Jayme Campos, que <i>institui a Política Nacional de Conectividade no Campo.</i> .....	166
Nº 1070/2024, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que <i>institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.</i> .....	170
Nº 1071/2024, do Senador Carlos Viana, que <i>altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para tipificar como crime de responsabilidade o ato de frustrar ou obstar, por qualquer forma ou meio, o acesso legítimo a informação e altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei do Acesso à Informação – LAI), para derrogar o sigilo de 100 anos e conferir atribuição ao Ministério Público.</i> .....	189

#### 4.1.6 – Requerimentos

Nº 211/2024, da Senadora Daniella Ribeiro, requer voto de aplauso ao Desembargador José Ricardo Porto por pronunciamento no qual aplaudiu o jogador Vinícius Jr. pela sua luta contra o racismo. ...	194
Nº 212/2024, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 72/2023, nos termos dos arts. 336, III e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal. ....	198
Nº 213/2024, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 124 anos do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. ....	200
Nº 214/2024, do Senador Alessandro Vieira, requer informações ao Senhor José Múcio Monteiro, Ministro de Estado da Defesa, sobre a atuação das Forças Armadas no combate à Dengue. ....	204
Nº 215/2024, do Senador Alessandro Vieira, requer informações à Senhora Nísia Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre o atual surto de Dengue que está se alastrando no Brasil. ....	208
Nº 216/2024, do Senador Jorge Seif e outros Senadores, requer informações ao Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre a aplicação da Resolução Normativa nº 181/2023/CUn, de 8 de agosto de 2023, editada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, especificamente em relação à Política Institucional de Ações Afirmativas de acesso, concursos, permanência qualificada para pessoas que se autodeclaram transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias, que prevê a reserva de vagas para esse público em seus cursos de graduação, programas de pós-graduação e nos concursos públicos para preenchimentos de cargos naquela Universidade. ....	213

#### 4.1.7 – Término de Prazos

Término do prazo, em 1º de abril, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei nºs 1641/2019 e 6103/2023. ....	218
Término do prazo, em 1º de abril, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 465/2019; 501, 658, 661, 678, 687, 699 e 874/2021; 132/2022; 236, 243, 249 e 252/2023. ....	219

### PARTE III



<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>220</b>
<b>6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....</b>	<b>223</b>
<b>7 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>224</b>
<b>8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>226</b>
<b>9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>235</b>
<b>10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>239</b>
<b>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>281</b>



Ata da 31ª Sessão, Especial Semipresencial,  
em 2 de abril de 2024

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência do Sr. Randolfe Rodrigues.*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 28 minutos e encerra-se às 11 horas e 49 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta esta sessão solene em celebração à democracia brasileira.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 1.117, de 2023, de autoria da Presidência deste Congresso Nacional e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é realizada em celebração à democracia brasileira, neste 2 de abril, 60 anos após o golpe de Estado de 1964.

Compõem esta mesa, para a nossa enorme honra – e faço questão de destacar –, as ilustres presenças:

- Sra. Maria Thereza Fontella Goulart, Primeira-Dama do Brasil entre 1961 e 1964, viúva do ex-Presidente João Belchior Marques Goulart. (*Palmas.*)

– Sr. João Vicente Goulart, Presidente Executivo do Instituto João Goulart. (*Palmas.*)

- Querida Sra. Mara Luquet, jornalista, uma das organizadoras de todos os eventos que inauguramos desde ontem, e que terão continuidade na sequência desta semana aqui no Congresso Nacional, a exposição do jornalista Orlando Brito e o lançamento do livro *Tempo de Chumbo*, o qual faremos após a sessão. Pela parceria, Mara, meus agradecimentos e do Congresso Nacional e da democracia brasileira. (*Palmas.*)

Com enorme honra, destaco e agradeço a presença nesta mesa deste companheiro – e agradeço a Deus a possibilidade de, na minha formação política, ter sido um dos formadores, nos melhores momentos do Partido dos Trabalhadores –, meu querido José Dirceu de Oliveira e Silva, ex-Deputado Federal, militante político da resistência à ditadura entre os anos 1960 e 1970. (*Palmas.*)

Zé, é uma honra para nós ter você conosco aqui nesta mesa.

A Presidência desta sessão informa que esta sessão também terá a participação do Sr. Pedro César Batista, membro da comissão organizadora dos 60 anos de “64: Não Esqueceremos”. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional Brasileiro.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP) – Obrigado.

Faço questão de registrar e agradecer a presença das Sras. e Srs. Embaixadores Encarregados de Negócios e membros do corpo diplomático dos seguintes países: Cuba, Irã, Malawi, Omã, Rússia, Trinidad e Tobago e Venezuela. (*Palmas.*)

Agradeço, já registrada a presença aqui nesta mesa, mas também faço questão de dar as boas-vindas aos demais familiares da família do Presidente João Belchior Marques Goulart: a Sra. Denize Goulart, a minha querida Verônica Goulart (*Palmas.*)... e o Sr. Christopher Goulart, não registrado aqui, mas registrado sempre na minha memória e não esquecido.

Agradeço e registro a presença do Sr. Ricardo Kotscho, meu querido companheiro e militante político de muitos e muitos anos. Agradeço a sua presença e, na sua pessoa, cumprimento toda a imprensa brasileira, sempre a primeira vítima de todos os regimes autoritários.

Já destacado, agradeço também a presença do Sr. Pedro César Batista.

Quero registrar com ênfase e agradecer muito a presença do meu querido amigo Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que nos honra com sua presença neste evento. (*Palmas.*)

Agradeço ainda a presença dos Srs. e das Sras. Embaixadores Encarregados de Negócios e membros do corpo diplomático também do Reino da Suécia.

Da mesma forma agradeço e destaco a presença de todas as senhoras e os senhores presentes.



(Palmas.)

Convido para fazer uso da palavra o meu querido João Vicente Goulart, Presidente Executivo do Instituto João Goulart.

**O SR. JOÃO VICENTE GOULART** (Para discursar.) – Bom dia a todos. Bom dia, meu querido amigo Senador Randolfe Rodrigues. Bom dia à minha mãe e, na pessoa dela, saúdo a todas as mulheres aqui presentes. Bom dia a todos os Embaixadores e corpo diplomático presentes neste dia importante, importante porque nós vivemos no país uma memória muito esparsa, e é importante essa iniciativa do Senado de relembra 60 anos de um golpe de Estado que levou o país a 21 anos de silêncio, a 21 anos de prepotência, a 21 anos em que duas gerações ficaram no limbo da história nacional.

Quero dizer a vocês que essa iniciativa nos traz hoje a memória daquele país que vivíamos em 1964, onde se debatia política governamental e onde se debatia o destino da formação de uma nação plena, democrática, saudável, mas principalmente mais equitativa, mais justa e soberana. Naquele momento, o país discutia política nos grêmios estudantis, o país discutia política no teatro, o país discutia no Cinema Novo, o país tinha uma ebulição cultural que nós hoje tentamos retomar, e tentamos resgatar essa memória. O país era composto por jovens; jovens que queriam uma nação nova.

O Presidente João Goulart renunciou ao poder naquele momento, para não derramar sangue dos seus irmãos brasileiros, mas principalmente porque existia um período de guerra fria, e nós sabemos que o imperialismo americano teve grandes influências aqui no golpe de Estado de 1964. O país queria apenas o seu lugar, como hoje nós procuramos, num mundo não globalizado naquele momento, mas num mundo efetivamente de terceiro mundo e de países independentes. As reformas de base que compunham a reforma agrária, a reforma tributária, a reforma urbana, a reforma bancária, a reforma educacional, a Lei da Remessa de Lucros, o monopólio do petróleo para a nossa Petrobras, fundada então por Getúlio Vargas; a Eletrobras, colocada em funcionamento pelo Presidente João Goulart; uma época de décimo terceiro salário, uma conquista dos trabalhadores brasileiros...

E nós temos, lamentavelmente, de dizer que naquele momento o Brasil perdeu a guerra fria. E perdeu a guerra fria por uma decisão pessoal do Presidente João Goulart; uma decisão que, historicamente, nós entendemos que não foi, pessoalmente, gravando a sua história, muito menos que uma derrota. Jango, com a sua renúncia ao poder, obteve duas grandes vitórias. Uma, não deixou correr sangue, não quis resistir, porque a Quarta Frota americana estava no Brasil com porta-aviões, *destroyers*, e certamente isso não era para retirar o embaixador americano caso houvesse resistência. E obteve uma outra vitória, no meu entendimento, que foi a preservação da territorialidade brasileira, porque o império americano já tinha dividido a Alemanha, já tinha dividido o Vietnã, já tinha dividido a Coreia. E, sem dúvida alguma, se houvesse resistência, essa Quarta Frota americana não estava aqui para brincar em serviço nem para retirar um ou dois embaixadores aqui da embaixada.

Então, eu quero agradecer, meu caro Senador Randolfe, esta homenagem que o Senado presta a esse momento histórico do Brasil, um momento histórico que nós devemos conhecer, um momento histórico em que este país queria e tinha um projeto de nação; e relembra algumas figuras, porque a ditadura, durante 21 anos, disse que o Governo João Goulart caiu pelos seus incapazes. Os incapazes de Jango eram Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Waldir Pires... (Palmas.) Enfim, na educação, nós tínhamos Paulo Freire, Anísio Teixeira. Esse era o Governo “incapaz”, que queria resgatar o Brasil para a liberdade, para a soberania e, principalmente, para a justiça social. Então, a todos os presentes aqui eu quero agradecer profundamente. Vamos resgatar essa memória! Muitos de nós, querido Senador, não temos mais 60 anos para esperar que o Brasil tenha essas mudanças na sua estrutura social e econômica.

Nós precisamos, a partir dessa memória, resgatar as lutas políticas. A esquerda não perdeu as ruas, a esquerda às vezes perde as pautas: a Eletrobras, a BR Distribuidora, muitas pautas nacionalistas que nós



deveremos resgatar. Então, meus amigos, muito obrigado pela presença de vocês hoje, aqui neste Plenário. Nós estamos não fazendo pó da história, nós estamos aqui resgatando a luz de nosso destino. Obrigado.

(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP) – Querido João Vicente Goulart, agradeço o seu pronunciamento, que traz a memória do que foi naquele período o Governo democrático do João Belchior Marques Goulart, interrompido arbitrariamente pelo golpe de 1964.

Chega aqui às minhas mãos a mensagem do Senador Paulo Paim, um dos signatários desta sessão, ao qual quero agradecer imensamente. Em virtude de agenda do Rio Grande do Sul, não foi possível a S. Exa. estar presente aqui na sessão, mas quero agradecer o apoio do Senador Paulo Paim para que esta sessão se realizasse.

Ato contínuo, quero aqui, antes de chamar o próximo orador inscrito, fazer um agradecimento especial ao Conselho Editorial do Senado, que presido, em especial em nome de Esther Bemerguy e de todos os membros do Conselho Editorial, pela publicação também desta obra, que será apresentada depois, disponibilizada a todos, *Os 60 anos do golpe de 64*. Cumprimento em especial Cristiano Ferreira, do Conselho Editorial, pela organização da obra, que reúne algumas publicações anteriores do Conselho Editorial e traz publicações novas. Reúne uma publicação do querido jornalista Carlos Castello Branco, *A Renúncia de Jânio*, reúne a publicação do Arquivo S do Senado Federal, “A reação do Congresso Nacional à renúncia de Jânio”, e uma histórica sessão que fizemos aqui no Senado Federal, há exatos dez anos, queridos João Vicente Goulart e Maria Thereza Goulart, quando, a partir de projeto de resolução de minha autoria, com muita honra e orgulho, e do Senador Pedro Simon, devolvemos simbolicamente o mandato ao Presidente João Goulart, que arbitrariamente foi cassado, na madrugada de 1º para 2 de abril de 1964. O inteiro teor daquela histórica sessão, que contou com a presença da Presidente Dilma Roussef, entre outros, do Presidente então do Congresso Nacional Renan Calheiros, entre outros que aqui estavam, está registrada neste livro.

Quero cumprimentar e agradecer mais uma vez ao Conselho Editorial do Senado, Esther, Mariana, Juliele, Cristiano, todos e todas membros do Conselho Editorial. Parabênizo o Cristiano pela organização. A obra vai estar à disposição de todos.

Com muito prazer, convido, para fazer uso da palavra, o meu querido companheiro Humberto Costa, Senador da República e um dos signatários desta sessão.

Senador Humberto, onde for mais adequado para o senhor, fique à vontade. (*Palmas.*)

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, todos que se fazem aqui presentes, integrantes da Mesa, nosso amigo João Vicente Goulart, Sra. Maria Thereza Goulart, viúva de João Goulart, nosso querido companheiro, grande combatente na luta contra a ditadura, José Dirceu, Sra. Mara Luquet, todos e todas que aqui compareceram.

O 31 de março, senhoras e senhores, marcou os 60 anos do golpe civil-militar de 1964. Embora a data verdadeira seja o 1º de abril, os militares se recusaram a aceitar que fosse esse o dia que representasse o marco, até por toda essa carga de falsidade que a cultura do 1º de abril traz. E nada mais preciso para dizer o que foi o golpe de 1964 do que ter sido realizado nesta data: 1º de abril.

Foram 60 anos do golpe civil-militar, quando tivemos a derrubada da democracia por parte dos militares – com o apoio de uma parte da sociedade civil e com a interferência direta dos Estados Unidos –, o que deu início a uma era de terror que durou 21 anos.

Houve uma escalada de intolerância e recrudescimento do regime, que levaram à supressão de liberdades, à cassação de direitos políticos, ao fechamento do Congresso Nacional, a mortes e torturas



ocorridas por todos os cantos do país, especialmente nos porões do Dops e do DOI-Codi.

O Estado brasileiro hoje reconhece que matou deliberadamente vários dos seus cidadãos durante o período da ditadura militar, mas o trabalho de restabelecimento da verdade, de conquista da justiça em relação aos fatos da ditadura militar não se esgotou por aí. A Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, extinta pelo Governo Bolsonaro, cumpriram importante papel na investigação e na elucidação dos fatos, especialmente dos crimes, mas 364 mortos e desaparecidos ainda estão em aberto e precisam ser solucionados, resolvidos, revelados em respeito à memória das vítimas e dos seus familiares. É importante que o Ministério dos Direitos Humanos recrie a comissão para darmos sequência a essas investigações.

Esse período sombrio rendeu dezenas de milhares de prisões ilegais, 20 mil pessoas torturadas, 130 banidos do nosso país, 4.862 cassados e 434 mortos e desaparecidos em razão do exercício da atividade política, segundo dados da própria Comissão Nacional da Verdade.

O Brasil não pode deixar casos sem resolução. É absolutamente necessário dar seguimento às apurações em favor da reparação histórica. Agentes estatais que praticaram crimes precisam ser identificados e todas as vítimas devem ser reconhecidas para que o Estado possa promover reparação a elas ou a seus familiares. O fato de isso melindrar alguns setores é algo mínimo diante da grandiosidade da tarefa. Não é possível abrir mão do dever histórico de proceder a esse trabalho porque vai trazer desconforto a esse ou àquele segmento. Encarar os fatos e buscar a verdade são essenciais para darmos robustez à nossa democracia.

O 8 de janeiro e as articulações golpistas tramadas por Bolsonaro de que se tem conhecimento mostram que os que querem derrubar o Estado de direito e destruir a democracia em favor de aspirações totalitárias estão sempre à espreita, mostrando os dentes e prontos ao ataque.

Não se pode permitir que vivandeiras de quartel saiam por aí muito à vontade para atacar a nossa democracia.

Quem tentar precisa ser punido. (*Palmas.*)

As aspirações golpistas devem ser rechaçadas e duramente castigadas na forma da lei, para que sejam desencorajadas e para que não virem rotina no nosso país.

Vivemos duas décadas de uma longa noite, que custou a acabar.

Recentemente, passamos pelo maior ataque à democracia desde o fim da ditadura. O 8 de janeiro foi a representação cabal de que essas forças não estão mortas, de que elas possuem, inclusive, base social e capacidade de mobilização.

Por isso, mais do que nunca, hoje, a uma só voz, nós devemos dizer: nenhuma anistia para esses que promoveram e tentaram, no Brasil, realizar um golpe de Estado! (*Palmas.*)

Precisamos fortalecer a democracia para que possamos lidar com fatos históricos de maneira verdadeira e responsável, sem jogar nada para baixo do tapete. Não podemos permitir isso!

Por isso, Sr. Presidente, com quem eu congratulo pela iniciativa de realizar esta sessão, entendo que, hoje, quando se completam 60 anos do golpe militar, é mais do que necessário retomar o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, para que possamos fazer justiça a essas vítimas e para que jamais voltemos a passar pelo terror de um regime ditatorial.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP) – Querido companheiro Humberto Costa, cumprimento-o e agradeço-lhe pelo seu pronunciamento, inspirador e indicativo de algumas das pretensões desta sessão.

Passo a palavra, com muito prazer, para uma das correalizadoras e organizadoras dos eventos que se inauguram hoje e idealizadora da exposição sobre Orlando Brito, minha querida Mara Luquet, jornalista e



Diretora do MyNews.

Mara, fique à vontade. (*Palmas.*)

**A SRA. MARA LUQUET** (Para discursar.) – Muito obrigada, Senador.

Quero começar falando para o Brito.

Brito, você, jornalista, como eu, sabe da importância deste ofício para a democracia.

Então, antes de agradecer aos aqui presentes, quero agradecer a você, Brito, onde quer que esteja, por esta oportunidade de celebrar o jornalismo independente e de mostrar como foram os tempos de chumbo.

Em meu nome e em nome do time do MyNews, quero agradecer imensamente ao Senador Randolfe Rodrigues, que preside esta sessão histórica.

Senador, eu quero agradecer-lhe pela sua coragem. Parlamentares como você renovam nossa fé nesta Casa.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

Quero agradecer à Carol Brito. A você, Carol Brito, companheira de luta nesta missão de preservar a memória e de fazer jornalismo, muito obrigada! (*Palmas.*)

Sra. Maria Thereza Goulart, seu filho João Vicente, Deputado José Dirceu, senhoras e senhores, recordar é preciso. Mais do que isso, é preciso não esquecer jamais.

A ruptura do regime democrático ocorrida em 1964 não pode se repetir. Os anos de repressão que sucederam o golpe, com perseguidos, torturados e mortos, como bem lembrou o Senador Humberto Costa aqui, nesta tribuna, é uma mancha na nossa sociedade que não deve ser apagada para servir de alerta principalmente aos jovens que nasceram após a redemocratização, que não conheceram os tempos de chumbo, o sequestro dos direitos de cidadania, o arbítrio.

É preciso ter consciência de que a defesa da democracia é uma luta que deve ser travada todos os dias, por cada um de nós.

O exemplo recente do planejamento de um novo golpe mostra que as instituições devem se manter firmes no propósito de defender a Constituição Cidadã de 1988, de que nenhuma interpretação espúria da Lei Maior será tolerada. Devemos seguir em frente, aprimorando nossas instituições para torná-las cada vez mais justas e democráticas.

Nesse ponto, Senador, eu faço coro às suas palavras de que é preciso se identificar todos aqueles que atentaram contra a Constituição.

Hoje estamos aqui reunidos não para celebrar os 60 anos do golpe, mas para mostrar o quão bom é viver em um regime democrático de direito, onde que as eleições são respeitadas, onde há possibilidade de alternância de poder, onde, sobretudo, a vontade soberana no povo se manifesta livremente. Façamos, então, deste momento, uma celebração à democracia. Que ela sempre vença!

Esta sessão é para vocês, jovens, que têm obrigação de zelar pela Constituição, vocês, jornalistas, estudantes da UnB que vieram aqui prestigiar esta sessão. Meu muito obrigada! (*Palmas.*)

É para você, Léo, incansável na busca por seu avô. Léo Alves está aqui com a gente. Muito obrigada, Léo! (*Palmas.*)

É para você, Kotscho, que foi fiel ao jornalismo, ao direito sagrado de informar, mesmo nos tempos de chumbo. Muito obrigada, Kotscho! Ter você aqui é uma honra! (*Palmas.*)

Quero agradecer, mais uma vez, a todos presentes, em especial à Tais Bueno, Tais, querida amiga que me ajudou a colocar de pé o livro, a exposição. Muito obrigada, Tais! É muito bom saber que temos você aqui.

À Priscila, ao time MyNews, ao Cid Benjamin, Kotscho. Eles agora fazem parte do time MyNews, o que mostra que o jornalismo independente e a tecnologia não são só para os *nerds* e os novinhos. Nós,



tiozinhos, também estamos nas redes.

Quero agradecer à Alice, ao Bosco, ao Júlio. Muito obrigada, time MyNews. Alice, nossa Chefe de Produção querida, que nos ajuda tanto, que está aqui, batalhando pelo jornalismo independente.

Júlio, nosso Diretor de Operações Externas, que está aqui, gravando tudo, e a gente... “Inscrevam-se no MyNews”. Aliás, isso é algo que a gente tem que adotar agora. Inscrevam-se, que vai estar tudo lá, várias entrevistas que vamos fazer dessa cobertura.

Quero agradecer ao Cezar, ao Mário Arthur e ao Newton, meus amores, parceiros de vida e luta para viabilizar todos os meus projetos. Por mais malucos que pareçam, eles estão sempre comigo. Muito obrigada a vocês.

E, olha, neste ano tão complicado, o maior ato de resistência é ter memória. Eu agradeço muito a todos vocês pela oportunidade de representar o jornalismo independente aqui desta tribuna, nesta Casa, e, como eu falei, Parlamentares que estiveram na luta democrática, para que nós pudéssemos estar hoje aqui. Muito obrigada a cada um de vocês.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

Não estourei o tempo, Senador. (*Risos.*)

Estou com tudo cronometrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP) – Jornalistas têm mais facilidade para isso do que Parlamentares. (*Risos.*)

Parabéns, Mara.

**A SRA. MARA LUQUET** – Muito obrigada a todos vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP) – A sua palavra é a palavra do jornalismo brasileiro – não é, querido Kotscho? –, da imprensa livre, que sempre, como já disse, é a primeira vítima de qualquer ditadura e de qualquer arbítrio.

Muito obrigado, Mara, pela parceria e pelas justas homenagens a Orlando Brito, este fotojornalista fantástico, que vai ter sua exposição aberta daqui a pouco, aqui no Congresso Nacional, e que tão bem sintetizou o que foi, sobretudo, a resistência do povo brasileiro aos anos de arbítrio.

Eu queria também aqui, na lista dos agradecimentos, agradecer, também do fundo do coração, à Gráfica do Senado, ao Rafael Chervenski, e agradecer porque imagino o esforço para poder ter dado conta de publicações no prazo devido e disponibilizá-las a tempo deste evento.

Rafael, os agradecimentos de todos nós desta sessão.

Quero também destacar a presença de um dos... Daqui a pouco nós vamos lançar o livro. O livro tem passagens de muitos que estão aqui presentes, tem textos de Zé Dirceu e tem texto do meu querido Alexandre Santini, Presidente da Casa Ruy Barbosa, o qual recomendo no lançamento, daqui a pouco, quando todos puderem ter acesso à obra.

Alexandre, seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Eu queria agradecer a presença também do meu querido Henrique Fontana, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, hoje Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Agradeço a sua presença aqui, que é um luxo para esta sessão.

Dando sequência, então, concedo a palavra ao Sr. Pedro César Batista, membro da comissão organizadora dos 60 anos de “64: Não Esqueceremos”.

Pedro, você tem dez minutos. Fique à vontade.

**O SR. PEDRO CÉSAR BATISTA** (Para discursar.) – Obrigado pela iniciativa.

Saúdo todos e todas aqui na mesa, o Senador Randolfe; a Sra. Maria Thereza; o João Vicente e toda a família Goulart, que, de certa forma, sintetiza a resistência dos que combateram e que foram vítimas do golpe de 1964; o nosso eterno comandante e companheiro, que sempre será inspiração à nossa luta, José



Dirceu, que segue presente, firme e ainda hoje é perseguido e atacado pelos mesmos que, em 1964, fizeram todo o crime contra a nação brasileira.

Saúdo todos e todas aqui presentes pela importância do dia de hoje no sentido de mostrar efetivamente que não esqueceremos jamais o que foi feito a partir da noite de 31 de março e que resultou no golpe de 1º de abril.

Não podemos perder de vista, como foi dito aqui, que os Estados Unidos cumpriram um papel determinante em 1964, fosse no sentido de criar as condições com o seu embaixador aqui no Brasil, com o Presidente Lyndon Johnson articulando dos Estados Unidos, como o filme O Dia que Durou 21 Anos mostra, com documentos oficiais da biblioteca do Governo dos Estados Unidos, todas as ações praticadas a partir de Washington para dar o golpe em 1964, que caçou o Presidente João Goulart, que, na madrugada de 31 para 1º, prendeu milhares de lideranças sindicais e lideranças do povo brasileiro, que desarticulou as ligas camponesas e que desarticulou, prendeu e torturou todos aqueles que faziam efetivamente a defesa da soberania e da dignidade do povo brasileiro. Essa ação dos Estados Unidos nós não podemos esquecer.

Saúdo aqui os nossos irmãos – estou vendo agora representantes da Venezuela, de Cuba e de demais países –, parabenizando pela importante eleição que terá no dia 28 de julho, legítima, democrática e legal, em que 13 candidaturas estarão presentes. Então, Embaixador Manuel Vadell, minha saudação. Embaixador Adolfo Curbelo, minha saudação.

Retomando, os Estados Unidos, não somente em 1964... Também vimos o que ocorreu a partir de uma operação criada na chamada República de Curitiba, que desarticulou o nosso país, que destruiu a nossa economia, que caçou uma Presidente eleita legitimamente e que não cometeu nenhum crime, que levou à prisão o Presidente Lula. Sabemos claramente hoje, com todas as informações, qual foi o papel da CIA, da Casa Branca, do Pentágono na ação que levou à Lava Jato.

Hoje, inclusive, aqui dentro deste Parlamento brasileiro, do Congresso Nacional, tem muitos – eu não vou falar um termo verdadeiro, mas vou usar o termo espanhol – *gusanos* que representam as crias dos Estados Unidos aqui no Brasil para destruir o nosso país, como também não podemos esquecer que a eleição de 2018 foi uma programação vinda de fora. Uma pessoa inexpressiva, que nunca teve nenhum compromisso nem com o Brasil, nem com o povo brasileiro, nem com a democracia, nem com as Forças Armadas, virou Presidente do Brasil numa ação muito bem pensada, muito bem organizada. E o mesmo em 8 de janeiro, aquela intentona fascista que foi derrotada graças à ação enérgica do Governo do Presidente Lula, das forças legalistas, como foi em 1961, com a gloriosa ação da cadeia de legalidade vitoriosa de Leonel Brizola, que impediu o golpe lá em 1961.

Então, os Estados Unidos, hoje, na nossa região, na América Latina, cumprem uma ação cada vez mais criminosa, principalmente diante das derrotas que vêm enfrentando em todo o planeta, na Otan, na Europa, lá na Ucrânia, agora, com o massacre do povo palestino, mais de 30 mil mortos, mais de 13 mil crianças assassinadas – e os Estados Unidos são os responsáveis fundamentais –, o bloqueio a Cuba, a Venezuela, os ataques à Nicarágua, a violência contra o povo equatoriano, contra o povo peruano.

Então, lembrar 1964 exige que a gente compreenda o mundo. A Guerra Fria não acabou, hoje ela é mais quente do que nunca. Os Estados Unidos seguem praticando seus crimes contra o povo, contra os Estados nacionais. Muitos Estados nacionais se transformaram, com governos que não passam de executivos dos Estados Unidos. E acredito, tenho certeza, que não é o nosso caso aqui no Brasil. Nós temos um país soberano, um Governo soberano, um Parlamento soberano e um povo que, apesar de todas as dificuldades, não se deixará trair, não se deixará se tornar subalterno, se subjugar ao império estadunidense.

Nesse sentido, não esqueceremos 1964. Aqui em Brasília, organizamos inúmeras atividades, conseguimos unir partidos, conseguimos unir movimentos, personalidades. A família Goulart, com a participação



de João Vicente, teve um papel fundamental nessa unidade, nessa construção. E hoje à noite, inclusive, ainda teremos uma missa na Igreja Dom Bosco, a partir das 7h da noite, em memória, em honra aos nossos mártires.

Então, não perdoaremos também, não podemos perdoar, porque quem praticou a intentona fascista de 8 de janeiro de 2023 são as viúvas da ditadura de 1964, são os mesmos que foram ao Haiti, representando o Estado brasileiro, e mataram o povo haitiano, que fizeram os crimes que deixaram 700 mil mortos durante a pandemia no Brasil e que tentaram dar o golpe em 8 de janeiro. Não esqueceremos jamais isso.

Então, nesse sentido, a iniciativa do Senador Randolfe de estarmos aqui hoje marcando o que foi 1º de abril de 1964, nesses 60 anos, tem grande importância, porque somente a unidade do povo, a organização do povo, compreendendo que o Estado precisa servir ao povo e só o povo pode transformar o Estado... Porque enquanto tivermos um Estado que assegura o lucro, a propriedade e impõe a miséria e a violência contra o povo, como estamos vendo, em São Paulo, o Governo do estado matando, como se fosse normal, como tivemos no Rio de Janeiro, como tivemos em outros estados do Brasil uma polícia que mata o povo, que mata a juventude negra, que persegue o seu povo, então, nesse sentido, a nossa unidade em defesa da soberania nacional, em defesa dos direitos do povo brasileiro e da construção de um Estado democrático, de um Estado que efetivamente respeite a soberania nacional e garanta, em primeiro lugar, a dignidade humana do seu povo.

Então, viva a iniciativa! Não esqueceremos jamais e tampouco perdoaremos.

Honra a todos os nossos mártires: Marighella, Lamarca, Gregório Bezerra, Manoel Lisboa, Helenira Resende, Dina e tantos que deram a vida para que pudéssemos garantir a nossa liberdade, a nossa democracia, que precisamos transformar em uma democracia popular, verdadeira, não em uma democracia para meia dúzia de poderosos.

É isso aí! Não desistiremos, resistiremos, e viva a luta do povo brasileiro, e viva a democracia!  
(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP) – Obrigado, Sr. Pedro César.

Com muita honra, passo a palavra para o Deputado Federal José Dirceu. (*Pausa.*)

**O SR. JOSÉ DIRCEU** (Para discursar.) – Senador Randolfe, Maria Thereza, Primeira-Dama do Brasil, João Vicente, Mara Luquet, eu, quando recebi o convite do Senador Randolfe, quase não aceitei, porque, desde a madrugada de 1º de dezembro, quando a Câmara dos Deputados cassou meu mandato que o povo de São Paulo tinha me dado pela terceira vez, eu nunca mais voltei ao Congresso Nacional, mas acredito que João Goulart merecia e merece a minha presença hoje, aqui, Maria Thereza. (*Palmas.*)

Quero prestar esta homenagem a essa figura fantástica da nossa história que foi João Goulart.

Vamos lembrar que João Goulart foi impedido de continuar no Ministério do Trabalho por causa do salário mínimo e vamos lembrar que o nosso povo trabalhador, a nossa classe trabalhadora votou no PTB, em sua maioria, de 1946 a 1964. E não é verdade que o golpe de 1964 teve apoio popular. Tanto não é verdade que a ditadura perdeu as eleições para Governador em Minas Gerais – o meu estado, com muita honra – e no Rio de Janeiro, depois de impugnar vários candidatos, porque a ditadura inventou o domicílio eleitoral e inelegibilidades que não existiam no Brasil. Perdendo as eleições, acabou com as eleições, acabou com os partidos, impôs a censura e a repressão.

Mas o povo resistiu: primeiro os estudantes; depois os jornalistas, os intelectuais, os artistas; depois os trabalhadores, com as greves de Contagem e de Osasco como símbolo. A ditadura ia cair nas ruas, até porque tinha se iniciado uma resistência armada no país.

Aí veio o Ato Institucional nº 5, e veio o terror, a repressão, a ditadura nua e crua, mas, em 1974, o povo derrotou a Arena. Nem o MDB esperava o resultado eleitoral: 16 de 21 Senadores e 44% da Câmara



dos Deputados.

O que os militares fizeram? Fizeram um pacote de abril e, assim mesmo, perderam as eleições de 1978. E, em 1978, o MDB ia eleger no colégio eleitoral o Presidente – eles mudaram as regras do colégio eleitoral –, mas a UNE foi reconstruída e surgiu um fator determinante na história do nosso país: a classe operária industrial, que tinha sido criada no Brasil pela industrialização na sua segunda fase, a indústria pesada, a indústria química. Essa classe operária se levantou no ABC, surgindo a liderança do Lula. E nós tivemos depois a campanha das Diretas Já e a Constituinte, que foi uma Constituinte marcada pela presença popular – todos nós nos lembramos da mobilização que houve no país.

Eu digo isso para repor à história que o nosso povo resiste, luta, e, se temos democracia, é por isso. Porque, como a extrema-direita e o conservadorismo cresceram no mundo todo, inclusive na América do Sul – nós acabamos de ter eleição na Argentina de um Governo de extrema-direita –, é preciso recolocar que a luta é que faz a lei, a luta política, a luta social. Esse é o nosso papel. Por isso que nós relembramos 1964. Por isso que é um compromisso irrenunciável o esclarecimento sobre os mortos e os desaparecidos, a comissão de mortos e desaparecidos, a luta pela verdade do que aconteceu.

O nosso povo não parou de lutar: cinco vezes elegeram o Lula, a Dilma Presidentes da República. E elegeram o Haddad. Se o Lula não tivesse sofrido um processo político de exceção, sumário e que o levou à prisão, o Brasil teria sido governado, já em 2018, por um Governo democrático, no mínimo, nas condições hoje de que um país como o Brasil necessita. (*Palmas.*)

Mas há um elemento que precisa ser recordado aqui, que é o papel dos militares, das Forças Armadas brasileiras. É preciso... E o Supremo Tribunal Federal já adotou uma decisão de que não há Poder Moderador. O art. 142, já por interpretação do próprio Supremo, não dá às Forças Armadas nenhum papel político. Nós não estamos no Império, no art. 14 da Constituição do Império, que transformava o Imperador em Poder Moderador. Nós estamos numa República democrática. Mas não basta a despolíticação e a volta aos quartéis, porque isso aconteceu em 1988. Mas por que, depois de 30 anos, os militares voltaram a se organizar, apoiar uma candidatura e depois constituir um Governo praticamente cívico-militar?

Porque vamos lembrar que a maioria do Estado-Maior do Exército foi para o Governo do Bolsonaro. É bem verdade que ele expulsou de uma maneira humilhante três, quatro Generais de quatro estrelas do seu Governo. O comprometimento das Forças Armadas com o Governo Bolsonaro e com o 8 de janeiro está aí, tanto é que agora passam a ser investigados sessenta e tantos militares de altas patentes das Forças Armadas.

É preciso ir à questão principal, que é a educação nas escolas militares, o sistema de promoções e a prevalência do poder civil do Presidente da República sobre o poder militar. Nunca houve isso no Brasil.

O Ministério da Defesa foi esvaziado, o GSI é uma aberração. Existe um Ministério da Defesa, por que existir um GSI? E, cada vez mais, ele acumula poderes. Agora é cibernética, nuclear, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, a segurança do Presidente... Os militares têm um sistema de inteligência própria, têm escolas próprias, hospitais próprios, previdência própria, educação própria. O poder civil... E o Supremo está dizendo isso... Se nós queremos que não voltemos ao 8 de janeiro, não voltemos ao 31 de março, o Congresso Nacional tem que fazer, e o país, porque existem, nesta Casa e na Câmara, dois projetos sobre a estratégia de defesa nacional, a política de defesa nacional e o livro branco. Estão parados.

É preciso que publicamente o país todo debata o papel das Forças Armadas, democraticamente, até para o Brasil ter umas Forças Armadas à altura do que o Brasil é, porque o Brasil é uma potência de *per se*, desigual, injusta, mas é, basta olhar o mundo. Não é só porque somos a 10ª economia do mundo, não é só porque temos uma agricultura e uma pecuária das mais modernas do mundo, não é só porque temos uma estrutura energética limpa e moderna, e temos as bases tecnológicas para reindustrializar o Brasil,



porque é uma demanda no mundo hoje.

Nesse mundo que nós estamos vivendo, quem não tem autonomia, soberania e segurança alimentar, energética e tecnológica não sobreviverá. E precisa ter poder militar pacífico, como está na nossa Constituição.

A nossa agenda no mundo – o nosso Presidente tem deixado claro – é a luta contra a fome, contra a desigualdade; é a luta pelas mudanças climáticas, essa é a nossa agenda; é a luta pela democracia... (*Palmas.*)

... porque a democracia está em risco sim no mundo, não é só no Brasil. É um período histórico, um ciclo histórico que nós estamos vivendo em que nós estamos vendo a realidade, não só porque nós tivemos 137 conflitos militares e estamos tendo uma guerra na Ucrânia, uma guerra contra o povo palestino, e estamos vivendo situações de instabilidade no Peru e no Equador, e um Governo já de extrema direita na Argentina. Então, é preciso recordar para que não se repita, mas é preciso continuar a luta democrática. Essa luta democrática significa que é preciso consolidar e aprofundar a nossa democracia.

Por que a democracia está em risco? A democracia está em risco porque não se fizeram as reformas estruturais, porque não há uma democracia social. Quando a democracia social deixa de existir, a democracia institucional política corre o risco. Então, nosso papel, para consolidar a democracia brasileira, é fazer uma revolução social no Brasil. O que significa fazer uma revolução social no Brasil? Significa desconcentrar a renda, a riqueza e a propriedade, porque o Brasil é rico! (*Palmas.*)

O Brasil é rico! Não há nenhuma razão para 20 milhões de brasileiros e brasileiras passarem fome. Não há nenhuma razão para 1% dos brasileiros terem a mesma renda que 100 milhões; 10% terem metade da renda do país. No país, praticamente a renda nacional vai sendo apropriada pelo capital financeiro e pelos altos juros; R\$728 bilhões de pagamento de juros da dívida pública.

Um trabalhador paga 30%, 40% de juros para comprar qualquer bem. Então, a estrutura tributária, em vez de desconcentrar renda, concentra renda; e o país fica no subconsumo, fica, como se diz, no voo de galinha.

Para desenvolver esse país e para ele encontrar o seu destino, é preciso fazer uma revolução social, que significa uma reforma tributária, uma mudança na estrutura financeira do país, e priorizar a ciência, a tecnologia e a educação. O Brasil precisa de uma revolução educacional. Em dez anos, nós temos que fazer cem anos. (*Palmas.*)

Esses são os desafios da democracia. Se nós queremos consolidar a democracia, nós precisamos fazer uma revolução social no Brasil.

E o Brasil tem um papel no mundo, e o Lula o está demonstrando com a sua liderança.

O Brasil tem um papel na América do Sul, difícil pela situação da América do Sul, mas possível pela necessidade, porque nós temos que criar uma infraestrutura logística para o Pacífico, porque a economia da América do Sul já se voltou para a China. O principal investidor, o principal mercado já é a China, da Colômbia ao Uruguai, incluindo do Brasil. Nós precisamos de uma integração energética. Nós precisamos, juntos, preservar a Amazônia – nós, os países da Amazônia. Nós precisamos, juntos, enfrentar o problema da imigração e o problema do narcotráfico e do crime organizado, juntos, na América Latina.

O mundo vive uma contradição absoluta. A Europa está estagnada, em crise, em guerra; não cresce; a população não cresce e não aceita a imigração. A imigração já se provou aqui, neste país, e nos Estados Unidos: ela é um fator de desenvolvimento, ela é um fator que permite ao país repor população. As populações dos países estão deixando de crescer. Então, é mentira que o imigrante rouba emprego; pelo contrário, o imigrante... Como o nosso exemplo: este país aqui se industrializou por causa da imigração, porque os ingleses criaram uma infraestrutura neste país para levar nossos produtos primários, e a Primeira Guerra Mundial permitiu que a mão de obra que tinha vindo para o Brasil, com os imigrantes europeus,



iniciasse o processo de industrialização deste país, que, depois da Revolução de 30 e da figura de Roberto Simonsen, que derrotou a visão agrarista, fez o país ser o que ele é hoje, sempre pela mão do Estado.

Dizer que o Brasil não precisa do Estado é não olhar o tamanho do Estado dos Estados Unidos, o tamanho dos Estados que estão jogando esse papel na Europa. Todos os países do mundo estão se autoprotendendo, porque a pandemia e a guerra da Ucrânia mostraram que um país como o Brasil não pode depender do fertilizante, dos produtos farmacêuticos, dos produtos químicos, da tecnologia e até dos agrotóxicos – que espero deixem de existir nos próximos dez anos – do resto do mundo. Nós precisamos produzir aqui.

Então, é hora de completar a revolução brasileira. A tão esperada revolução brasileira é a revolução democrática que nós precisamos fazer. E, repito, o Brasil precisa de uma revolução social.

E, nesse sentido, João Goulart foi um precursor. João Goulart foi derrubado pela força das armas que a nação deu às Forças Armadas para defendê-la – e eles tentaram dar golpe em 1950 com Getúlio; em 1955 deram um golpe, que um contragolpe militar impediu; deram golpe em 1961, que o Brizola e o povo e a Brigada e o III Exército impediram; e deram em 1964. Vejam bem, é todo um período histórico que nós temos.

Então, João Goulart defendia exatamente as reformas de base – a reforma universitária, urbana, agrária, tributária. Vamos lembrar isso. Era a bandeira e a soberania, porque um país como o Brasil não tem – eu disse isso e muita gente não gosta – independência na sua política econômica. Porque as forças econômicas internas e internacionais acabam... Quando não conseguem via pressão financeira, o fazem com sanções, bloqueios, que nós assistimos hoje no mundo, inclusive contra Cuba e a Venezuela.

Então o Brasil precisa de um pacto nacional, de um acordo nacional para que as forças políticas, as forças que representam tanto as classes trabalhadoras, como os setores importantes do empresariado e as camadas médias, democráticas, progressistas, precisam se unir em torno de um programa.

Não é possível que o Brasil perca outra oportunidade histórica, porque se abriu uma janela de oportunidade histórica para o Brasil por causa da transição energética, por causa da transição ambiental, por causa das consequências do surgimento da China, da Índia, da Rússia, da Turquia e do Irã como potências. Há uma oportunidade. É preciso reestruturar o capitalismo no mundo. E o Brasil tem essa oportunidade, mas para isso o Brasil precisa internamente de uma unidade, de uma coesão, para que nós tenhamos força para fazer as mudanças de que o Brasil precisa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP) – Caríssimo Zé, nós que agradecemos. Agradecemos em primeiro lugar o aceite ao convite para estar aqui presente. Agradecemos também as luzes que você traz para esta sessão, olhando, sobretudo, para o futuro.

Eu queria registrar aqui a presença também, primeiro, da minha querida companheira, Senadora Teresa Leitão, de Pernambuco, Partido dos Trabalhadores de Pernambuco, que está prestigiando esta sessão. (*Palmas.*)

Agradeço também a presença do Presidente da Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini, e Secretário-Geral do Partido Democrático Trabalhista, meu caríssimo Manoel Dias.

Querido Manoel, seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Também agradeço a presença da Dra. Ela Wiecko, Subprocuradora-Geral da República.

É uma honra para nós a sua presença. (*Palmas.*)

Enfim, passo, então, a palavra para a nossa querida Primeira Dama do Brasil – com o mandato do Presidente João Goulart restituído por este Congresso Nacional há dez anos, em sessão solene aqui.

Então, passo a palavra à querida Maria Thereza Goulart.

**A SRA. MARIA THEREZA FONTELLA GOULART** (Para discursar.) – Agradeço imen-



samente ao Senador Randolfe pelo convite para estar aqui neste momento muito especial, neste evento carinhoso. Agradeço a presença de todos. Estou muito feliz, porque estou também aqui nesta Casa, que é um lugar pelo qual eu tenho um especial carinho e tenho muita afinidade com várias pessoas aqui. Agradeço a todos.

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade e, em meu nome, e, em nome da minha filha, Denize, eu agradeço a todos. Muito obrigada pelo carinho e pelo convite.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP) – Somos nós que agradecemos D. Maria Thereza.

Aliás, o Brasil, o Estado brasileiro tem um pedido eterno de desculpas a V. Exa. e à sua família por tudo o que sofreram e passaram desde o golpe contra o Presidente João Goulart.

Meus queridos, minhas queridas, companheiros e companheiras, meu caríssimo José Dirceu, Maria Thereza Goulart, João Vicente Goulart, querida companheira Mara Luquet, jornalista, organizadora também de todos os eventos do dia de hoje, caríssima Senadora Teresa Leitão, querido Presidente do TST, minhas senhoras, meus senhores, o sentido de fazer esta sessão no dia de hoje tem também correlação com o ato, querido João Vicente, que fizemos neste mesmo Plenário há dez anos.

Em dezembro de 2013, em especial no 11 de dezembro de 2013, este Congresso Nacional, procurando se redimir do crime cometido na madrugada de 1º para 2 de abril de 1964, restaurou... Só quero interromper para cumprimentar aqui o meu querido Jaques Wagner, Líder do Governo do Presidente Lula nesta Casa. Convido o Jaques Wagner para ficar à mesa conosco. Nós já estamos terminando aqui o evento. Se quiser usar da palavra... (*Pausa.*)

Obrigado, Jaques.

Então, há exatos dez anos, em uma sessão aqui deste Congresso Nacional, com a presença da então Presidente da República Dilma Rousseff, com a presença do Presidente do Congresso Nacional Renan Calheiros, o mandato do Presidente João Belchior Marques Goulart foi simbolicamente devolvido. Foi um gesto simbólico. Como disse naquele dia... (*Palmas.*)

... repito, no dia de hoje: os símbolos são indispensáveis para a humanidade, os símbolos nos unem, os símbolos nos dividem. Milhões de britânicos fazem um minuto de silêncio às 11h todo dia 11 de novembro, o fazem para homenagear os mais de 800 mil britânicos mortos nos campos da Segunda Guerra. Da mesma forma, às 8h15 do dia 6 de agosto, milhões de japoneses também ficam em silêncio para lembrar o que ocorreu, em 1945, em Nagasaki e Hiroshima. Da mesma forma também, no dia 27 de janeiro, meu querido Jaques Wagner, em Israel, às 11h, os judeus silenciam para lembrar a libertação do campo de Auschwitz e todos os horrores do Holocausto. Os símbolos são para isso, os símbolos são sobretudo para que não se esqueça.

Foi por isso que a devolução do mandato do Presidente João Goulart, meu querido João Vicente e minha querida Maria Thereza, foi simbólica há dez anos, mas foi simbólica para lembrar que o Estado brasileiro errou e que o Congresso Nacional cometeu e legitimou uma arbitrariedade na madrugada de 1º para 2 de abril de 1974, quando, sentado a esta mesa, o então Presidente do Congresso Nacional, o Sr. Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República, estando o Senhor Presidente da República em território nacional, no Rio Grande do Sul, à frente das tropas legalistas, à frente de seu Governo, conforme comunicado lido naquela sessão da madrugada de 2 de abril, assinado pelo Chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro. Quando o Sr. Auro de Moura Andrade, em uma sessão ilegal, inconstitucional e ilegítima, assim o fez, cometeu uma arbitrariedade; legitimou uma ofensa sobre esta Casa. O mínimo que o Congresso poderia ter feito foi o que fez há dez anos.

Há dez anos, completava 50 anos o golpe de 1964. Hoje faz 60 anos, e é necessário lembrar – lembrar



para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça – que a ditadura vigeu por 21 anos.

Segundo a Comissão Nacional da Verdade, pelo menos 50 mil brasileiros, compatriotas – compatriotas –, foram presos arbitrariamente. Segundo levantamento da Human Rights Watch, 20 mil pessoas, 20 mil compatriotas foram torturados. Segundo concluiu a Comissão da Verdade, instalada pelo Estado brasileiro em 2013, 434 compatriotas, irmãos nossos, foram mortos e seguem desaparecidos. Apenas no campo quantitativo, outros números chegam a pelo menos 1,6 mil. Durante o período autoritário, 4.841 representantes eleitos democraticamente pelo povo brasileiro, meu querido José Dirceu, foram destituídos arbitrariamente de seus cargos, entre estes, 173 Deputados Federais, membros deste Congresso Nacional, e oito Senadores, membros deste Congresso Nacional. Entre os 173, um foi sequestrado e assassinado. A memória de Rubens Paiva paira sobre este Congresso Nacional, alertando para nós que não pode ser esquecido. (*Palmas.*) Entre os Senadores cassados, um ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek, foi vítima do arbítrio e da violência.

Ditaduras, sejam à direita, sejam à esquerda, devem ser banidas, devem ser defenestradas. Deve ser sempre lembrado o que foi dito por Ulysses Guimarães na promulgação da nossa Constituição democrática: “Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo [em qualquer lugar em que ela aconteça, sobretudo] na América Latina”. (*Palmas.*)

Dos 16 Ministros do Supremo Tribunal Federal da época, três tiveram a aposentadoria compulsória decretada, dois saíram em protesto contra o arbítrio.

Ditaduras não distinguem posições políticas. Ditaduras ofendem a todos, de todas as posições políticas.

Segundo pesquisa apoiada pelo Instituto Herzog, ao menos 19 crianças, muitas delas entre um e dois anos, foram sequestradas e adotadas ilegalmente por famílias de militares ou famílias ligadas às Forças Armadas na ditadura. Para que as Forças Armadas brasileiras restaurem o seu compromisso pela democracia, é necessário lembrar isso. É necessário lembrar para que não volte a ocorrer. Cerca de 233 locais serviram à ditadura para torturar e violar gravemente direitos humanos, têm que ser lembrados esses locais, têm que ser museus, têm que ser símbolos para que não mais aconteça.

O regime prendeu ou torturou 6.591 membros de suas Forças Armadas, militares brasileiros, alguns que defenderam o Brasil nos campos de guerra da Europa durante o conflito contra o Eixo Nazifascista. A ditadura não distinguiu quem por ela era cassado ou perseguido, seja civil, seja militar.

Este Congresso Nacional foi fechado três vezes durante o período de arbítrio, o maior número de vezes em que o Congresso Nacional foi fechado em todo o período histórico, desde a Proclamação da República, em 1891. Em 13 de dezembro de 1968, o Presidente de então, Marechal Costa e Silva, baixou o Ato Institucional nº 5, aprofundando a barbárie que tinha sido inaugurada em 1964. O último fechamento do decreto foi pelo então Presidente, General Ernesto Geisel, em 1977.

A Constituição de 1988 restaurou a democracia. A Constituição de 1988 consolidou um novo período histórico. A ela e a Ulysses Guimarães, é necessário sempre lembrar. A Constituição de 1988 não estabeleceu o seu art. 142 como poder moderador. Poder moderador só existiu no regime monárquico. O art. 142, agora por decisão soberana do Supremo Tribunal Federal, reafirma o que se sabia por óbvio, lamentavelmente, devido ao último período, é necessário às vezes reafirmar o óbvio: não existe país democrático no mundo em que o direito tenha deixado às Forças Armadas a função de mediar conflitos entre os Poderes constitucionais ou de dar a última palavra sobre o significado do texto constitucional. Poder militar se submete ao poder civil eleito em uma democracia, assim é na nossa democracia, assim é em qualquer regime democrático. (*Palmas.*)

Destaco aqui o trecho, entre os votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, destaco aqui o trecho do Ministro Flávio Dino sobre a verdadeira interpretação do 142 da Constituição: “Com efeito,



lembro que não existe, no nosso regime constitucional, um 'poder militar'. O poder é apenas civil, constituído por três ramos unidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna, como aliás consta do artigo 142 da [...] [Constituição]”.

Lembro mais uma vez Ulysses Guimarães: “Traidor da Constituição é traidor da pátria. Conhecemos o caminho maldito. [...] mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério”. (*Palmas.*)

Ao golpe de 1964 há de se lembrar a tentativa de golpe de 2023. O 1º de abril de 1964 tem como filho legítimo a tentativa de 8 de janeiro de 2023. Tem significado de diagnóstico que os atos institucionais do regime autoritário proclamavam, em nome de algo, a legitimidade sobre a Constituição. Tem significado de diagnóstico que a minuta golpista de 2023 busca as coincidências com ato institucional, a primeira delas: a relativização da legalidade, dizendo que a lei e a Constituição não bastam. Em 1964, diziam eles: “Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente [procurava] [...] bolchevizar o País”. Em 2023: “[...] devemos considerar que a legalidade nem sempre é suficiente: por vezes a norma jurídica ou a decisão judicial são legais, mas ilegítimas por se revelarem injustas, na prática”. Os coturnos da ditadura, os arautos do arbítrio, as vivandeiras de plantão, sempre estão à espreita, seja em 1964, seja em 2023, seja em 2024. É por isso o significado de diagnóstico desta sessão, para expulsar as vivandeiras do diálogo no regime democrático.

À democracia cabe o paradoxo de Popper: não é possível e aceitável relativizar e tolerar tentativas de ruptura para com a democracia. A tolerância com o intolerável dispõe sobre a vitória do intolerável. O arbítrio e a ditadura são intoleráveis. Não pode ter anistia aos golpistas de 8 de janeiro, para que não aconteça (*Palmas.*)...

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. S/Partido - AP) – ... para que nunca mais busquem atentar contra o Estado democrático de direito.

Agora, olhando para frente, é necessário também uma reflexão e um diálogo democrático com as Forças Armadas brasileiras. E esse diálogo é necessário chamar ao comando militar e a todas as Forças Armadas. É urgentíssimo e necessário, como é dito, na obra que lançaremos daqui a pouco, pelo querido José Dirceu: *A despolitização das Forças Armadas.*

As Forças Armadas e o exercício da missão militar devem ao sacerdócio. É nesse sentido a proposta de emenda constitucional do meu querido colega Senador Jaques Wagner, que tramita neste Congresso Nacional. As Forças Armadas cabem ao sacerdócio, e um sacerdócio que merece de nós todo o respeito, assim como a política cabe ao sacerdócio. A mistura dos sacerdócios, às vezes, a politização, resulta no que resultou o último período: a tentativa, a instigação, para mais uma vez buscar o arbítrio.

É necessário um debate democrático para, sobretudo, as escolas militares, inclusive, em especial, a Academia Militar das Agulhas Negras, debater com os seus cadetes, debater com seus recrutas o que de fato aconteceu na história. Não foi revolução em 1964, foi golpe de Estado, que usurpou a democracia brasileira. É necessário reafirmar o nome das coisas como elas são, e isso tem que ser ensinado para as novas e futuras gerações de militares. Não foi regime, foi ditadura, e ela não pode ser esquecida, para que nunca mais volte a acontecer. Foi ditadura, e ela trouxe tortura, trouxe morte, trouxe desaparecimentos, trouxe exílio. Não é aceitável, em qualquer canto, a continuação do negacionismo em relação à história.

João Belchior Marques Goulart foi violentado no exercício do poder político. Foi apeado do poder. A família Goulart foi uma das que mais sofreram ao longo da história brasileira. A ela o Estado brasileiro tem que sempre redimir-se em homenagens e pedir desculpas. (*Palmas.*)

O Brasil, restaurado e reconstruído a partir da eleição do Presidente Lula, busca a conciliação, busca reunir todos os brasileiros sobre um só país, uma só nação, mas a conciliação não é esquecimento. Não é



esquecimento, sobretudo, para que a palavra de ordem que sempre é dita seja sempre lembrada. Não se esqueçam, para que nunca mais aconteça. (*Palmas.*)

Cumprida a finalidade desta sessão, eu agradeço a presença de todos. Desejo excelente dia e convido todos para juntarem-se a nós, no Espaço Cultura Ivandro Cunha Lima, para a abertura da exposição e lançamento do livro *Tempos de Chumbo*, pelas lentes do nosso inesquecível Orlando Brito. Mara, destaco a sua iniciativa nesta homenagem e também o livro *Os 60 anos do golpe de 64*, esse com a organização do meu querido Cristiano Ferreira, a quem, mais uma vez, agradeço.

Enfim, cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado, está encerrada.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 49 minutos.*)



Ata da 32ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial,  
em 2 de abril de 2024

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco e Styvenson Valentim.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos e encerra-se às 17 horas e 40 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A inscrição para o uso da palavra poderá ser feita pelo aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa, ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Os Senadores e as Senadoras presentes remotamente e inscritos para o uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

A presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilidades em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia:

- Projeto de Lei nº 169, de 2020, do Deputado Lúcio Vale;
- Projeto de Lei nº 3.144, de 2021, do Deputado Marcos Pereira; e
- Projeto de Decreto Legislativo nº 929, de 2021, de iniciativa da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Passamos aos oradores inscritos, que terão o prazo de até dez minutos para o uso da palavra.

Pela ordem, o sempre primeiro, Senador Jorge Kajuru, PSB, Goiás.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Inicialmente, voz consagrada do Rio Grande do Norte, meu amigo pessoal, Senador Capitão Styvenson Valentim, Deus e saúde a você, seus familiares e especialmente a toda a pátria amada.

Eu quero pedir desculpas ao Brasil, eu estou irritado. Hoje é um dos dias, desses cinco anos de mandato, em que eu perdi a paciência – e normalmente eu sou um homem perante quem Jô, da Bíblia, era afobado. Eu sou muito paciente. Eu tenho 50 anos de carreira nacional na televisão brasileira, eu já suportei de tudo; agora, tem dia que é duro.

Eu vou começar aqui de improviso, antes do meu pronunciamento. Eu não sei quem está aqui no Plenário, você pode me avisar?

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – O Senador Confúcio.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Esse honradíssimo e maior Governador da história de Rondônia, Confúcio Moura.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Remoto, o Paim.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Remoto está, como sempre, Paulo Paim.

Girão eu tenho certeza que está – e preste atenção, Girão, porque você também vai ficar irritado! Você, que está aí, vendo os seus amados filhos. Um beijo neles todos aí, no seu papai, na sua família toda.

Respeito os Senadores que estão ausentes, porque esta é uma semana definitiva para filiações partidárias, mas estamos aqui, presencialmente, Confúcio, eu, Styvenson e outros Senadores com os quais estive na Comissão de Segurança Pública hoje, em uma sessão muito importante, da qual eu fui o Presidente. Mas pasmem! Passou dos limites agora.

Você, Styvenson, não é apaixonado pelo futebol. Eu estive com você na sua casa, no seio da sua família, lá em Natal, e eu vi que a sua paixão não é futebol. A minha é. O Confúcio eu sinceramente não sei se é apaixonado por futebol. O Paim é, Paulo Paim é. O Girão não tem discussão: foi o Presidente histórico do Fortaleza; é também apaixonado pelo futebol. Aqui na Mesa Diretora não sei quem gosta de futebol.

Mas, para quem gosta de futebol no Brasil: o dono do Botafogo do Rio de Janeiro chama-se John Textor. É um americano que veio ao Brasil e comprou o histórico time do Botafogo do Rio de Janeiro –



comprou; ele é o dono –, o time de Garrincha, Didi, Zagallo, e vai por aí... João Saldanha também. Ele é dono de mais dois times no mundo: na Inglaterra, do Crystal Palace; e na França, do Lyon.

Pasmem, Senadores que estão presentes ou remotos e brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências! Trinta dias atrás, ele fez a seguinte declaração: ele tinha a gravação de um árbitro de futebol que estava cobrando a propina de um time que não lhe pagou – ou seja, ele manipulou um resultado de jogo de futebol, correto? Nós até falamos isso aqui; eu, Girão, não me lembro de outro que tenha falado, mas eu creio até que você, Styvenson, estava na Presidência nesse dia em que eu comentei sobre esse assunto, e você fez o seu comentário, como sempre, pontual e correto. Eis que ele até hoje não apresentou a gravação. O Superior Tribunal de Justiça Desportiva exigiu que ele apresentasse, e ele não apresentou; ignorou o Superior Tribunal, simplesmente, e disse que vai entregar ao Ministério Público – e até agora não entregou. Já se passaram 35 dias.

Eis que agora, hoje, ele traz duas revelações gravíssimas, denúncias que, se forem verdadeiras, ele tem que ser aplaudido, respeitado e ter uma estátua, mas, se forem mentirosas, ele tem que ser banido do Brasil, preso e nunca mais entrar no país, porque vejamos a irresponsabilidade desse cidadão.

Ele declarou que cinco jogadores do São Paulo Futebol Clube – um time histórico, respeitado – se venderam, receberam propina do Palmeiras no jogo da Série A do Campeonato Brasileiro, a elite do futebol – não é Série D, é Série A –, que cinco jogadores do São Paulo se venderam para o Palmeiras, que goleou o São Paulo nesse jogo por 5 a 0. Ele disse que tem provas. Terceira declaração dele, ele disse que tem provas de que o Palmeiras comprou arbitragens para ser campeão brasileiro.

O que eu fiz agora? Enviei à Polícia Federal, ao Diretor Andrei, que para mim é o maior Diretor da história da Polícia Federal, muito bem escolhido pelo Presidente Lula e pelo Ministro Flávio Dino. A Polícia Federal, em todos os estados hoje, está fazendo um trabalho de causar orgulho. Eu pedi à Polícia Federal que convoque esse cidadão americano, que mora no Rio de Janeiro, dono do Botafogo do Rio, em 24 horas, que ele venha a Brasília, e que exija que ele traga as provas e as gravações. Porque, para mim, se ele não trouxer as provas e as gravações, ele teria que ser preso aqui amanhã – cela, algema. Porque isso é uma irresponsabilidade enorme, porque não é qualquer coisa, gente, é futebol brasileiro, é a maior paixão deste país.

Como é que você faz, Presidente Styvenson, Senador Confúcio aqui, Paim e Girão remotamente, e demais que estão, desculpe não ter os nomes de todos aqui, mas eu tenho certeza de que todos vão concordar comigo e assinariam comigo esse ofício que eu enviei à Polícia Federal. Ela tem que convocar esse cara amanhã aqui, porque isso aí vai a cada dia se tornando notícia e aí vem aquela velha frase de Tancredo Neves e outros: “Uma mentira dita várias vezes vira verdade”.

Daqui a pouco ninguém vai para o estádio, ninguém leva torcedor, familiar ao estádio mais, simplesmente o futebol perde a credibilidade. Então, nós, legisladores, temos a obrigação, a meu ver, de entrarmos nessa ferida, nesse vespeiro e exigirmos da Polícia Federal providências. Eu, se fosse Diretor da Polícia Federal, traria esse cara hoje: “Pega o avião aí agora e vem aqui, e traz as provas, porque senão eu lhe prendo. O senhor está brincando com uma coisa séria chamada futebol brasileiro”. Claro que tem corrupção no futebol, eu transmiti nove Copas do Mundo, eu sei que tem corrupção.

Quantas vezes eu denunciei corrupção na minha vida?

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Senador Kajuru, e o que dizem os times?

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Os dois entraram na justiça, os dois... O Palmeiras...

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS -



RN) – O Palmeiras... Os dois entraram contra ele na justiça para obter essas provas?

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, o São Paulo e o Palmeiras, hoje cedo, já imediatamente, e com razão, né? Até porque eles não podiam ter outra atitude, não é, Zé Roberto? Os dois times, se ficassem calados... “Quem cala consente”, essa é outra frase antiga, dos nossos avós.

Então, gente, isso tem que ter um fim, e aí o Girão, que vai participar – eu não sei se o Paim vai – da CPI, da qual de repente eu serei o Presidente e o Romário...

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Senador Kajuru, o Senador Eduardo Girão, que já foi presidente de time de...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De clube.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... futebol conhecido no nosso país, quer um aparte...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, lhe darei, até porque eu esperava aparte dele. Eu conheço o Girão e tenho maior respeito por ele.

E, só para concluir, eu só quero dizer o seguinte: a CPI agora, Girão... Eu vou ligar para o Romário, que vai ser o Relator, se Deus quiser, da CPI, porque foi ele que criou junto comigo, mas ele foi o primeiro... Que a gente comece na semana que vem já a CPI. Ela não pode demorar mais, ela tem que ser aberta imediatamente. Convocar esse cara, esse diretor – depois da Polícia Federal, caso a Polícia Federal aceite o meu ofício, a minha solicitação. Porque não pode, isso não tem cabimento, chegamos a um ponto que não dá.

Girão, com o maior prazer, ouço seu aparte. Um beijo.

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Paz e bem, Senador Kajuru, Senador Confúcio, Senador Styvenson Valentim.

Eu estou assistindo aqui atentamente as colocações sempre contundentes do Senador Kajuru e quero dizer que assino esse ofício com ele. Se der tempo ainda, Senador Jorge Kajuru...

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dá, é *online, online.*

**O Sr. Eduardo Girão** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) – ... o senhor tem todo o meu apoio, o senhor tem todo o meu apoio.

Acredito que o assunto é grave, porque isso lança dúvida sobre um patrimônio do povo brasileiro, que é o futebol. Já não basta o que está acontecendo com as apostas. Nós tivemos o maior cuidado na Comissão, o senhor aceitou emendas, e nós tentamos fazer algo que protegesse o torcedor de uma tragédia, do endividamento e de manipulações também da essência do futebol. O que a gente está vendo agora com essas denúncias... E o pior são as suspeitas que vão afastando as famílias de acompanharem uma paixão nacional.

Então, eu quero assinar com o senhor. O Francisco já está aí no Plenário. Peço para que assine junto porque esse seu ofício à Polícia Federal é muito importante, em 24 horas. Esse é um assunto tão grave que não pode esperar nem a CPI, eu acho que tem que ouvir... Nós fizemos uma audiência pública, Senador Kajuru, há 15 dias, o senhor esteve conosco desde o início, justamente ouvindo uma empresa internacional que monitora esse tipo de suspeitas, e, como disse o Senador Portinho, às vezes, a manipulação e a própria suspeita são tão graves porque já deixam dúvidas sobre a espontaneidade, a pureza da prática do esporte.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, e conte com o meu apoio nesse documento à Polícia Federal.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu já



estou pedindo à Carol, a minha eficiente assessora – que você conhece, que toda a Casa conhece – que não entregue agora à Polícia Federal, que espere a assinatura do Girão e de outros Senadores que desejarem. Eu terei o maior prazer – não trabalho no singular, eu trabalho no plural –, vamos juntos apresentar este ofício à Polícia Federal. E esperarmos providências.

Muito obrigado, Girão, eu tinha certeza da sua posição sempre coerente e rigorosamente honesta.

Eu quero concluir... Hoje eu vou passar um pouquinho só do tempo – eu nunca passo –, por gentileza, Presidente, por gentileza. Vou ser objetivo, porque são dois assuntos importantes, mas eu não vou nem ler, porque senão eu estouraria o tempo, e eu não sou de fazer isso; sou disciplinado, você sabe disso.

Primeiro, democracia. Hoje se discutiu aqui... Pela manhã, teve uma sessão comandada – eu queria comandar, mas ele chegou a tempo, graças a Deus – pelo meu irmão Randolfe Rodrigues. Democracia. Resumo: democracia, sempre; ditadura, jamais. E liberdade de imprensa é o pilar de qualquer democracia – tenho certeza de que o Senador Confúcio Moura também pensa assim, com a sua experiência política.

Posto isso, o dia de hoje precisa ser refletido em todo o país. Hoje é o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, que é a minha principal causa – entre elas, diabetes, doenças raras, cirurgias, catarata, tudo. Vários Senadores vão a Goiânia na semana que vem porque querem conhecer pessoalmente, como o Astronauta Marcos Pontes, meu irmão, amigo, Senador bolsonarista, mas amigo – eu não tenho esse problema, há vários Senadores bolsonaristas com os quais eu convivo maravilhosamente bem e os respeito, e é recíproco –, foi a Goiânia conhecer o meu Centro de Diabetes, que é o único do Brasil. São Paulo não tem, e ele vai construir igual, lá em São Paulo, porque copiar coisa boa eu também copio. Qual o problema que tem?

E vários Senadores querem conhecer o primeiro instituto de autismo completo, que eu criei em Goiânia, com o nome de Ronaldo Ramos Caiado Filho – o filho do meu irmão, Ronaldo Caiado, há 35 anos nossa amizade –, que infelizmente faleceu, e eu o tinha como filho. Portanto, o nome dele, eu pedi para esse instituto, que já foi inaugurado em Goiânia e já está atendendo milhares de autistas em todo o estado.

Já temos quatro institutos em Goiás, chegaremos a dez, e, até 2026, no final do meu mandato, eu vou, se Deus quiser, realizar o sonho de tratar de todos os autistas. Por quê? Gente, hoje é o dia mundial, esse mês é o mês da conscientização do autismo, eu já estou até com o meu broche aqui, que eu sempre uso, graças a Deus. A Senadora Damares falou que está com o dela também.

Gente, olha a gravidade do que Organização Mundial da Saúde informou – vocês que são mulheres, estão aqui na mesa e não sabem disso: no ano passado, a cada cem crianças nascidas, uma era autista; hoje, a cada 36 crianças nascidas, uma é autista. E já teve Senador aqui, não vou falar nome, que quando eu, no ano passado, lancei o instituto em Goiás, veio dizer para mim: “Kajuru, que bobagem é essa? Autismo é doença”. E eu falei para esse Senador, não vou dizer o nome dele, falei assim: “Meu querido, lamento a sua ignorância, embora a ignorância seja a maior multinacional do mundo. Autismo não é doença. Autismo bem tratado, você tem noção do que é? Até porque [falei para ele] normalmente um autista é muito mais inteligente do que você, até porque você pensa menos do que essa mesa, e eu peço desculpas à mesa, porque eu estou ofendendo a mesa”. Eu perdi a paciência com esse colega meu, porque ele disse que autismo é doença. Não é! O autista bem tratado simplesmente é um fenômeno, ele tem QI – para quem não sabe, não é “que ignorância” não, é quociente de inteligência –, QI de Albert Einstein, que foi o maior do mundo. Desculpe, Styvenson, o meu é de 190, segundo o Albert Einstein de São Paulo, o hospital. Então, eu tenho, graças a Deus, QI. De vez em quando eu tenho QI de “que ignorância”, porque perco a paciência.

Então, hoje é um dia, em que nós aqui precisamos pensar, os demais Senadores. Vamos criar em seus estados institutos para os autistas, porque as mães estão desesperadas. O tratamento... Confúcio,



sabe quanto custa o tratamento? R\$8 mil por mês! Qual a mãe que tem condições de pagar isso, gente, no Brasil? Então, é obrigação de qualquer governo deste país. O Presidente Lula, sensível, falou: “Kajuru, de quanto você precisa?” Eu falei para ele: “De R\$35 milhões de emendas, para a gente espalhar em todo o Estado de Goiás e fazer com que seja referência para o Brasil inteiro”.

E aí, termino. Olha que coisa revoltante que as mulheres não sabem. Olha o bicho homem como é. Agora eu estou falando do bicho homem, que nem pode ser chamado de homem um cidadão desses. O Brasil é, proporcionalmente, o país com o maior número de divórcio de mães autistas, porque o pai tem preconceito ou não quer pagar os R\$8 mil por mês de tratamento. Deixa a mãe sozinha, a mãe não pode trabalhar, porque ela tem que ficar com a criança autista o dia todo, e essas mães estão em desespero. Em Goiás tem várias. Eu sou amigo da líder das mães, a Letícia Amaral, e ela que me revelou. O Brasil inteiro me conta. As mães ligam toda hora para mim, no meu gabinete e no meu telefone pessoal, que é o zero operadora (061) 99591919. Eu não tenho problema de dar meu número de telefone, porque eu não tenho nem amante. Portanto, pode grampear meu celular.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, eu termino, porque hoje tive que explodir um pouco, por causa dessas coisas todas que aconteceram. Mas, gente, vamos pensar no autismo, por gentileza. E neste mês aqui, se Deus quiser, a gente ver todos os Senadores em seus estados criando... Não é um custo alto, é um custo de R\$350 mil por mês. Portanto, não é alto, concordam? Pelas emendas que nós temos, não custa nada a gente passar R\$3,5 milhões por ano para um instituto e a gente socorrer essas mães por essa causa tão linda chamada autismo.

Presidente Capitão Styvenson, muito obrigado pelo tempo. Foi a primeira vez, em cinco anos, que eu ultrapassei os meus dez minutos.

Agradecidíssimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Muito bem ultrapassado, Senador Kajuru.

Recentemente recebemos a notícia, Senador Confúcio, de que o Parlamento está muito bem aprovado pela população brasileira. Creio que seja por essa diversidade de temas, bem atualizada, em ressonância com a população. Trata-se de futebol, de autismo, de economia, de muitos temas que interessam à população de fato.

Falando sobre democracia, Senador Kajuru – e eu falo isso de forma particular, não na condição de Presidente ou de Senador –, longe de mim criticar o Senador Randolfé, que presidiu a sessão hoje, mas eu acredito que essa tribuna não deveria ter sido ocupada por uma pessoa que foi condenada quatro vezes por corrupção neste país, e não foi descondenada. Isso, querendo ou não, causa uma repercussão na sociedade. É um desabafo meu. Eu, que tanto luto... Uma das minhas principais causas é a transparência, o combate à corrupção. Mas eu vejo que a democracia é tão ampla que aceita isso. Bom, vamos lidar com as opiniões públicas agora, a respeito desse assunto, mas que a democracia aqui foi exercida, foi, com a ocupação dessa tribuna por uma pessoa que foi condenada pelo maior esquema de corrupção que este país já viu.

Passo a palavra agora para o Senador Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Paz e bem, Sr. Presidente Senador Styvenson, demais colegas, funcionários desta Casa, assessores, principalmente o pessoal da técnica, que me ajudou a estar aqui nesta tarde.

Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero manifestar a minha solidariedade ao senhor. Eu concordo. Para mim é um desrespeito ao povo brasileiro ter uma sessão do Senado Federal após os seus 200 anos, que foi na semana passada, e começar com o pé esquerdo, tendo uma sessão... Com todo o respeito à



peessoa, mas o José Dirceu foi condenado quatro vezes no maior esquema de corrupção deste país, e é algo que mostra como os valores estão invertidos no nosso país.

Eu vou falar hoje – e vou tocar nesse assunto – sobre um tema pelo qual o senhor tem muito apreço, que é segurança pública, e tem a ver com o seu estado. Na última sexta-feira, dia 29, o Ministro da Justiça, Lewandowski, comunicou oficialmente o encerramento da participação da Força Nacional na busca pela recaptura dos dois presos que fugiram da prisão de segurança máxima de Mossoró, no Rio Grande do Norte. A operação já consumiu mais de R\$3 milhões em despesas. A busca vai continuar com as polícias militar e civil, com um efetivo menor.

No dia 14 de fevereiro, Rogério Mendonça e Deibson Cabral fugiram espetacularmente da prisão federal de segurança máxima localizada em Mossoró, uma prisão considerada modelo, sem nenhuma superlotação, ou seja, com vigilância humana redobrada, além de contar com todos os recursos eletrônicos. Eles conseguiram abrir uma passagem, através de um buraco, detrás de uma luminária, mas para cortar as grades de segurança precisaram usar alicates especiais, que não tinham sido devidamente armazenados em decorrência de uma obra de reforma.

No momento da fuga, luzes que deveriam estar acesas estavam apagadas. Câmeras que deveriam estar varrendo, olhando, monitorando todo o presídio, estavam desativadas.

Tudo muito estranho. Tudo muito estranho!

Na tentativa de captura dos dois presos vinculados à poderosa facção criminosa Comando Vermelho foram empregados 500 policiais e mais de cem homens da Força Nacional, com vários helicópteros, *drones* e cães farejadores, mas até hoje nenhuma notícia.

Na época, o atual Ministro, Lewandowski, fez uma observação muito infeliz, abro aspas: “Os fugitivos usaram do *timing* perfeito, por ser um período carnavalesco, onde as pessoas atuam mais relaxadas.”

E ele não parou por aí, Presidente. Ele chegou a dizer, após semanas de buscas frustradas, abro aspas: “A operação, a meu juízo, é uma operação que está se desenvolvendo com êxito.” Uma piada de mau gosto que nos aponta sinais graves da provação por que passa o brasileiro com este Governo irresponsável e farsante, que é o Governo Lula.

O Brasil vive, há décadas, uma grande e crônica crise nacional de segurança pública, com destaque negativo para os estados do Nordeste, governados pelo PT, como a Bahia, o Ceará e o próprio Rio Grande do Norte.

Isso não é por acaso, Senador Styvenson. Mas a única coisa que ainda não tinha acontecido na história deste país era uma fuga de detentos perigosos dos presídios de segurança máxima. Agora não falta mais nada. E se o estado não consegue garantir a segurança nem dentro das penitenciárias de segurança máxima, passa uma imagem de total falência ao cidadão comum, cada vez mais acuado pelo crime.

Além disso, a notícia da fuga reflete rapidamente, chegando a todos os presídios comuns administrados pelos governos estaduais. Foi o que aconteceu, logo depois, com a fuga de sete detentos – sete! – do presídio estadual de Itaitinga, na região metropolitana de Fortaleza, usando recurso semelhante ao empregado em Mossoró, abrindo um buraco no teto da cela, num pequeno espaço destinado ao banho de sol.

Um dos sete fugitivos foi condenado a 70 anos de prisão por uma chacina ocorrida em 2018. Está-se multiplicando pelo país, não é? O exemplo tem que vir de cima. E o exemplo não é bom, o que vem do nosso Governo Federal.

Existem muitas dúvidas, Sr. Presidente, sobre a relação do PT e seus aliados com a proliferação do crime organizado no Brasil.

Quem não pode esquecer das imagens gravadas, nas penitenciárias, de criminosos condenados, de facções, comemorando a vitória de Lula nas últimas eleições do ano passado, ano retrasado; ou, então, a estranha e inexplicável visita do ex-Ministro da Justiça Flávio Dino ao Complexo da Maré, no Rio de



Janeiro, sem nenhuma – repito, nenhuma – escolta policial. Ocorre que toda essa região é dominada, coincidentemente, pelo Comando Vermelho.

Porém, nada se compara aos dois encontros oficiais de Luciane Barbosa com secretários do Ministério da Justiça, representando uma ONG voltada para os direitos dos presidiários. Ocorre que essa senhora é muito popular no Estado do Amazonas, conhecida como a Dama do Tráfico, por ser casada com o líder do Comando Vermelho e chefe do tráfico, o Clemilson dos Santos, mais conhecido como Tio Patinhas, preso desde 2022.

Tudo isso se soma às posições políticas do PT favoráveis à legalização da maconha no Brasil, que interessa demais ao crime organizado, pois vai aumentar, potencializar o tráfico de drogas, incluindo a maconha, que é objeto de mais uma deliberação hoje do Plenário, a PEC antidrogas, PEC 45, que nós temos o dever moral – Senador Styvenson, todos os Senadores – de votar e aprovar na semana que vem.

Os estados do Nordeste, governados há décadas pelo PT e seus aliados, são os que mais têm sofrido com o agravamento da gravíssima situação na nossa segurança pública. Fortaleza, a quarta maior cidade do país, tem muitos bairros dominados por facções criminosas, funcionando como um poder paralelo e expulsando até moradores que não aceitam a submissão ao crime. Tal degradação levou Fortaleza à triste condição de nona cidade mais violenta do mundo, agora, no mês passado, segundo o World Index.

Os governos do PT e seus aliados gastam fortunas em propaganda, tentando mascarar a dura realidade vivida pelos pagadores de impostos. Nos oito anos da gestão de Camilo – hoje Ministro do Lula –, do PT, foram torrados R\$1,1 bilhão com propaganda e publicidade. No atual Governo, a farra do desperdício continua no mesmo nível da inversão de prioridades. Bastava aplicar esse dinheiro nos serviços de inteligência policial, de forma a estrangular as operações financeiras do crime organizado e, certamente, essa situação caótica seria superada, para o bem de toda a sociedade. Porém, precisa de vontade política, precisa de querer fazer, ter compromisso com o bem.

Sr. Presidente, para encerrar, como o assunto tratado aqui hoje é sobre crime e violência, eu não posso deixar de fazer uma referência ao discurso do José Dirceu hoje, no Plenário, aí onde o senhor está, neste momento em que nós estamos aqui, neste dia. Talvez não exista um crime cuja violência silenciosa cause tanto mal à população como a corrupção. Quando José Dirceu foi cassado, em 2005, no primeiro Governo Lula, o escândalo era o mensalão, e as cifras giravam em torno de mais de R\$100 milhões desviados, roubados do povo brasileiro. Passados 15 anos, seu partido, o PT, foi protagonista do escândalo do petrolão, cujas cifras do desvio ultrapassam os R\$30 bi – “b” de bola, “i” de índio –, R\$30 bilhões!

Nós vivemos tempos difíceis, sim, tempos de resistência. Vamos continuar fazendo a nossa parte no limite das forças da melhor forma possível, porque tudo que é indigno não se sustenta indefinidamente.

Sr. Presidente, que a verdade e a justiça prevaleçam em nossa nação!

Muito obrigado pela sua benevolência no tempo. Um abraço a todos os colegas. Que a gente possa despertar...

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Senador Eduardo Girão, o Senador, o mestre, o professor Esperidião Amin pede um aparte.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, com muita honra!

**O Sr. Esperidião Amin** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Prezado Presidente e querido amigo Senador Girão, eu não vou fazer o aparte, eu apenas estou reiterando a minha inscrição, mas não posso deixar de fazer coro com as observações do Senador Girão e farei os comentários devidos no momento em que usar da palavra como estou inscrito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS -



RN) – Para concluir, Senador Eduardo Girão.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para concluir, Senador Styvenson.

É um momento difícil. Eu aprendi desde a infância com a minha mãe falecida, Erbene, que dizia o seguinte: “Ou a gente aprende pelo amor ou a gente aprende pela dor”. Curiosamente, este Governo usou, durante a campanha, o amor – “o amor voltou, o Brasil voltou” – e o que a gente está vendo no Brasil é tudo o inverso do que eles pregaram: é o dólar disparando, é a ganância irresponsável, é o flerte com as ditaduras mais sanguinárias que existem no planeta, jogando no lixo da história todo o trabalho feito como o desse homem, que tem o busto aí em cima do Plenário do Senado e que dá o nome ao nosso Plenário, que é Ruy Barbosa, jogando a diplomacia do Brasil fora, como Oswaldo Aranha.

O Brasil sempre foi de pacificação, de cultura da paz, de, no mínimo, a neutralidade, mas este Governo, que é um Governo da vingança, é um Governo do rancor, tem mostrado tudo aquilo que o brasileiro não é e tem trazido os piores sentimentos para cassar até Senadores da República, o que se movimenta nos bastidores, e a gente sabe disso.

Então, que o bem possa prevalecer em nossa nação!

A dor que estamos todos sentindo, na área econômica e na área de princípios e valores, nós vamos conseguir despertar para escolher melhor os nossos governantes, a partir deste ano, e mostrarmos que o brasileiro é homem de bem, trabalhador e que este país merece muito mais do que essa irresponsabilidade do poder pelo poder, protagonizado por este Governo Lula.

Deus abençoe esta nação!

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Senador Eduardo Girão, eu não podia ficar em silêncio em relação ao assunto que o senhor tocou inicialmente, que foi o desmonte da operação para tentar recuperar os elementos Martelo e Tatu. Seiscentos policiais, três helicópteros, cães farejadores – um aparato imenso, que virou motivo de críticas e risos no Estado do Rio Grande do Norte e no país.

Quanto aos números que o senhor informou, os 3 milhões, eu não sei a fonte, mas eu enviei dois ofícios para o Ministério da Justiça e até então não recebi como resposta a informação de quanto custou aos cofres públicos, ao contribuinte brasileiro, todo aquele espetáculo na segurança pública ineficiente.

Não houve sequer uma prisão – e olha que o Rio Grande do Norte tem uma proliferação de vagabundagem, de marginais, de bandidos imensa –, ou seja, o contribuinte, que paga seus impostos, não viu o resultado de algo tão grande, em que uma diária de um policial rodoviário federal que já reside no Rio Grande do Norte, para estar no trabalho extra, é de R\$420 a R\$450.

Pelo número de efetivo, precisa de alimentação, precisa de estadia, precisa de combustível. Esse valor que o senhor deu não é o oficial, porque o Ministério da Justiça não se manifestou ainda.

Então tudo isso que a gente viu – falhas no presídio, falhas nas buscas e falhas também na comunicação em dar uma resposta precisa para a população – diz que foram incompetentes na busca, sim.

Obrigado.

Vou passar a palavra para o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente Styvenson Valentim, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras.

Presidente, hoje pela manhã, o Senado realizou uma sessão especial para celebrar a democracia brasileira, mostrando que está viva, muito viva. Por uma questão de agenda – estou no Rio Grande do Sul



–, não pude estar presente, embora eu tenha sido convidado.

O requerimento para a sessão foi apresentado pelo querido Senador Randolfe Rodrigues, a quem aqui eu gostaria de expressar o meu mais sincero reconhecimento, a este nobre Parlamentar.

Estiveram presentes D. Maria Thereza Goulart, viúva de João Goulart, Presidente deposto em 1964; João Vicente, filho de João Goulart; Cid Benjamin; José Dirceu; entre tantos outros. Muitos que estiveram nessa sessão foram exilados. Somente quem viveu no exílio sabe o que isso significa. O medo, o desespero, a tristeza, a dor, a saudade, as lágrimas.

O poeta assim escreveu: “Dizem que o exílio é como a agonia dos pássaros cativos. De que adianta um par de asas, se falta o céu para voar”.

Logo após a sessão foram lançados dois livros: *Tempos de Chumbo*, com o qual contribuí com um artigo de minha autoria; e *A Renúncia de Jânio*, uma reedição do livro do saudoso jornalista Carlos Castelo Branco.

Foi inaugurada uma exposição de fotos do também saudoso fotógrafo Orlando Brito.

Sr. Presidente, Styvenson, em *As Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt afirma que compreender não significa negar o ultrajante, mas, sim, examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós.

Compreender significa encarar a realidade de forma espontânea e atenta e resistir a ela, seja qual for a sua natureza, origem ou consequências. Acredito, senhores e senhoras, que o fortalecimento da democracia brasileira também passa pela compreensão dessas palavras de Hannah Arendt.

É necessário sempre recordar os governos totalitários, as ditaduras e os estados de exceção, para evitar que essas páginas tristes da nossa história sejam esquecidas. Durante os chamados anos de chumbo no Brasil, houve intensa repressão política; cassação de direitos políticos, sim; extinção de partidos; censura à imprensa e à cultura; além de assassinatos, torturas, sequestros e exílios. Os direitos humanos foram barbaramente desrespeitados e o Congresso Nacional chegou a ser fechado. Para citar Hamilton Pereira da Silva, pseudônimo Pedro Tierra, em *Tempo Subterrâneo*: “A lama não distingue, dilui, dissolve seus cristais, cega o fio dos olhos, o fio da vida, silencia, sufoca o vértice dos homens. Em tudo, o medo: na palavra, no silêncio, no golpe, na palidez do rosto, o veneno dos dias paralisando sonhos”.

Sr. Presidente, os norte-americanos têm a tradição de recorrer à história quando a ordem política está em perigo, como assinala Timothy Snyder em *Sobre a Tirania*. A história não se repete, mas ensina e adverte. Todo e qualquer discurso extremista, independentemente de sua vertente política e ideológica, tem seus propósitos. Sabemos onde ele começa, em que circunstâncias se estabelece e qual destino almeja, infelizmente.

A democracia brasileira vem, a cada ano, fortalecendo o seu comprometimento com o país e sua gente, seus cidadãos. Por meio dela é que tivemos grandes avanços, consagrados na Constituição – eu estava lá! –, ampliando as liberdades civis, os direitos e as garantias individuais. Repito: eu estava lá, com orgulho, ao lado de Ulysses Guimarães, de Mário Covas, Zé Dirceu e o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e tantos outros lutadores. Consagramos cláusulas transformadoras; sim, consagramos cláusulas transformadoras, com o objetivo de alterar e melhorar relações econômicas, políticas e sociais. Nossa Constituição abriu canais de participação para as pessoas, fortaleceu leis e direitos para garantir uma vida digna; assegurou a liberdade de imprensa, a manifestação do pensamento e a livre expressão da atividade intelectual, artística, de comunicação e científica.

Se a história nos adverte sobre os males das tiranias e das ditaduras, nada mais oportuno e necessário do que seguir seus ensinamentos e defender, claro, intransigentemente, sim, a democracia, a Constituição e os direitos humanos.

Memória e direitos humanos estão profundamente conectados, apontando para um caminho de



esperança por uma vida mais humana e justa, com igualdade de direitos e oportunidades, mas oportunidades para todos: negros, brancos, índios, migrantes, imigrantes, idosos, crianças, LGBTQIA+. Enfim, todos, todos, mulheres, enfim.

A memória viva restabelece a verdade e a justiça, permitindo que as sociedades confrontem eventos traumáticos. A democracia e os direitos humanos são fundamentais para combater injustiças, discriminações e promover o respeito, sim, promover o respeito à diversidade, sendo portas de entrada para as transformações necessárias de que o país tanto necessita.

Era isso que queria dizer nesse dia em que mais uma vez se consagrou a democracia. Com a democracia, tudo. Sem ela, é nada. Vida longa à democracia! Que ela seja eterna no nosso país!

Obrigado por até ter me dado uns minutos a mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Nós que agradecemos, Senador Paulo Paim.

Caminhando até a tribuna, Senador Confúcio.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senadores em seus gabinetes, os virtuais, toda a equipe de servidores do Senado, meus cumprimentos.

Sr. Presidente, hoje é dia 2 de abril e é um dia celebrado como o Dia Mundial do Autismo. Eu sou médico e lá atrás eu não sabia fazer diagnóstico de autismo. Devem ter passado por mim muitos meninos com autismo, mas eu não tinha conhecimento para fazer o diagnóstico.

Até mesmo na família, um sobrinho com autismo do espectro mais grave... Porque é um espectro, desde o autismo muito leve, de difícil diagnóstico, até o autismo em que realmente a criança não tem a menor condição de ser deixada porque não tem consciência de voltar para casa. Ele sai e não volta. Ele não sabe o que faz.

Mas, nesse espectro escalonado, tem genialidades. Eu conheço autistas lá de Rondônia que vieram para Brasília e estudaram na UnB. E sabe do que eles gostam? De matemática e física. E um deles, que eu conheço bem, fez engenharia mecatrônica aqui na UnB e hoje está no Instituto de Matemática Pura e Aplicada, no Rio de Janeiro. Para você verificar como que é o negócio. A gente pensa que o autista realmente é um deficiente, e como diz aqui o Kajuru, não é. Alguns merecem uma atenção muito especial devido ao espectro de gravidade, mas têm outras genialidades, assim, que realmente passam despercebidas, e só o tempo vai dizer como eles são extraordinários.

Eu conversei com um menino autista, e ele me falou o seguinte: que o sonho dele é deixar um teorema, um teorema sobre o espaço, sobre o universo, com o nome dele. Assim como se fosse Einstein, com a lei da relatividade, outras coisas assim. Você imagina o grau de avanço, de conhecimento e os neurônios lá em cima, organizados para gostar de ciências exatas.

Então, em cada cidade hoje, depois de algum tempo, os neurologistas foram diagnosticando, os psicólogos foram diagnosticando. E não é fácil o diagnóstico, porque não tem um exame de sangue para falar: “é autista”, não tem. Tem que ser a percepção, a análise clínica, que vai verificar se o menino é ou não autista. Mas existem muitos.

E os municípios brasileiros estão se organizando do seu jeito. Geralmente a mãe de um autista chama outras mães e monta uma estrutura, uma associação. E aí, é aquela dificuldade para manter, para manter o terapeuta ocupacional, para ter o psicólogo, para ter o médico, para ter, enfim, tudo. É um Deus nos acuda. E os professores, nesses municípios brasileiros, para essa organização...

E o Kajuru aqui abriu a sessão, no seu discurso providencial, falando que ele está realmente fazendo esses investimentos. Eu também faço, mas não faço como ele, porque ele realmente tem feito como uma prioridade máxima, não é? Mas nós todos aqui deveremos ter um olhar muito especial para ajudar no



custeio dessas estruturas nos estados e municípios brasileiros.

Bem, Sr. Presidente, então hoje é o Dia do Autista, dia mundial. Esta data é muito especial, é uma oportunidade para aumentar a consciência sobre o autismo em todo o mundo e promover uma aceitação, a celebração da diversidade neurocognitiva. É uma celebração que visa não apenas educar o público sobre o autismo, mas combater os estigmas. A gente acha que o menino é bobo, acha que o menino é atentado, acha que o menino é hiperativo. Aí a gente põe mil defeitos no menino, realmente achando que ele é muito agitadinho, ou não. Mas são especiais, são realmente crianças que têm que ser entendidas assim, com promoção da inclusão deles.

Para citar uma parábola bíblica, cuidar da primeira infância de nossas crianças é o mesmo que edificar a casa sobre a rocha. Os alicerces sólidos produzirão um adulto saudável e vocacionado a ser feliz.

Assim sendo, destaco a importância crucial do atendimento às crianças na primeira infância, especialmente àquelas que são diagnosticadas com autismo. Esse é um período decisivo de desenvolvimento, no qual as bases para habilidades cognitivas e emocionais sejam estabelecidas.

Por meio do marco legal da primeira infância, nome pelo qual ficou conhecida a Lei 13.257, de 2016, que estabelece diretrizes e princípios para orientar a criação de políticas públicas voltadas à faixa etária que vai do bebê na barriga à criança de seis anos. O Poder Legislativo passou o seguinte recado ao Executivo: desejamos brasileiros e brasileiras saudáveis, capazes e produtivos, ou seja, se desejamos adultos que alavancarão o desenvolvimento do país, precisamos investir em nossas crianças.

Diante disso, fiquei muito satisfeito ao ter sido designado como Relator do PL 2.650 – PL é projeto de lei –, de 2022, proposição de autoria da Deputada Erika Kokay, que aperfeiçoa o marco legal da primeira infância em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, a Deputada Erika Kokay institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 anos de idade; em segundo lugar, declara como absolutamente prioritário o apoio a crianças com necessidades especiais que se encontrem nessa faixa de idade.

O projeto da Deputada Erika Kokay deixa claro que o poder público deve oferecer serviços que propiciam um desenvolvimento infantil pleno, inclusivo, focado na aquisição de competências humanas e sociais, especialmente no que diz respeito às crianças com necessidades especiais.

Defendo que o atendimento à primeira infância para crianças autistas deve ser holístico, abrangendo áreas de terapia comportamental, fonoaudiologia, terapia ocupacional, neurologia, clínica geral, os professores e o apoio psicossocial para a família. Quanto mais cedo essas intervenções começarem melhores serão os resultados.

Parafrazeando um poeta inglês, Machado de Assis, na época, escreveu que o menino é o pai do homem. Naquele pequeno ser encontra-se um universo de possibilidades existenciais, muitas das quais – as mais positivas, diga-se de passagem –, só virão a se concretizar caso ele seja bem cuidado na etapa de vida em que ainda é apenas uma promessa. Afinal, é na primeira infância que se gestam brasileiros e brasileiras de sucesso. E é na primeira infância, senhoras e senhores, que garantimos o cumprimento dessa promessa que existe em cada criança do nosso país. Quando abraçamos a diversidade e oferecemos apoio adequado, estamos construindo uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Eu que agradeço, Senador Confúcio, ao senhor, na qualidade de médico, sendo sincero: no início da carreira, sem saber diagnosticar. E, ouvindo as suas palavras, eu tenho certeza, agora, de que a nossa racionalidade e de que a nossa naturalidade cognitiva são inferiores ao avaliarmos os autistas, que estão bem à frente. Por exemplo, eu não teria capacidade, nem se estudasse muito, de ir para a área de humanas



ou de pleitear alguma teoria, com meu nome, dentro de uma área de exatas.

Impressionante a sua fala.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador.

Utilizando o Regimento, art. 14, inciso IX, o Senador Marcio Bittar vai fazer uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, é um prazer, uma honra, falar na sessão de hoje, presidida por um acriano de nascimento que nós emprestamos ao Rio Grande do Norte para ser Senador por aquele estado.

Quero cumprimentar aqui o Senador Cleitinho – prazer revê-lo – e quero fazer aqui, Sr. Presidente, um apontamento e uma reflexão para aquelas pessoas que estão nos assistindo. V. Exa., que emprestou seu brilhantismo para a CPI das ONGs, que ajudou a mostrar para o Brasil a hipocrisia de ONGs mancomunados com países estrangeiros, dizendo-se preocupadas com a população tradicional, os indígenas, os ribeirinhos, com a questão ambiental, quando, na verdade, escondem interesses econômicos daqueles países que fornecem fartos recursos, que, para o Brasil, são esmolas, mas, para as ONGs, são muitos recursos... Então, V. Exa. – repito –, que emprestou a sua competência, o seu brilhantismo, a sua dedicação; viajou conosco para vários lugares. Em quase todas as sessões externas que fizemos, vai se lembrar de que dizíamos, muitas vezes, a hipocrisia de países como a França.

E eu não posso perder a oportunidade de, mais uma vez, fazer este registro: o Presidente francês – confesso –, por quem tenho enorme antipatia – eu! –, porque mete o bedelho onde não foi chamado, é metido a esperto, esteve no Brasil e foi embora há dois dias. Não vai fazer falta. Agora, ele foi recebido aqui com toda a pompa e circunstância pelo Presidente da República, pela Ministra do Meio Ambiente, por várias autoridades. As fotos que surgiram davam conta de um encontro felicíssimo, uma festa, uma união de pessoas que comungam dos mesmos interesses. O que foi que ele deixou no Brasil? O que foi que essa visita deixou aqui? O que eu sei, por incrível que pareça – a notícia que se tem –, é que o Brasil firmou um acordo com esse esperto de que nós vamos ajudar a França a combater o garimpo ilegal. Onde? Na Guiana Francesa.

Esse sujeito, que passou por aqui uns dias, recebido com festa pelo Governo e pelos seus ministros, foi o mesmo que bateu a porteira na cara do Lula, na cara do Presidente Lula, na Europa. Lembram-se? Quem foi o Chefe de Estado europeu encarregado de anunciar para o Presidente do Brasil que a comunidade europeia, o mercado europeu, não aceitava – como não aceita – fazer acordo com o Mercosul? O encarregado pela Europa ocidental de bater a porteira na cara do Brasil foi o Seu Emmanuel Macron. Isto nos interessava: que eles quebrassem um pouco as barreiras que eles impõem, que praticamente proibem que os nossos produtos sejam competitivos no mercado interno da Europa ocidental. Para isso, ele disse categoricamente “não”, o acordo era prejudicial aos países europeus. Isso nos interessava; ele disse que não pode. Ele foi o porta-voz daqueles países que adoram falar sobre a Amazônia e decidir sobre a Amazônia, para minha vergonha, como brasileiro e como amazônida.

Na mesma época em que ele foi encarregado, repito, de bater a porteira, fechar a porteira na cara do Brasil, o que ele disse? “Não, mas nós vamos arrumar um fundo. Vamos arrumar um dinheiro para o Brasil”. Há pouco tempo ele já disse que não vai cumprir isso. Eu não estou inventando. Está na imprensa. Ele já disse que não vai cumprir.

Então, veio fazer o quê no Brasil? O sujeito bate a porteira na cara do país, não aceita o que nós queremos – que é abrir o comércio europeu para o Mercosul –, promete um recurso e não cumpre – e já disse que não vai cumprir isso –, vem ao Brasil, e o Brasil ainda – é muito rico, não é? Não tem desemprego



no Brasil, não tem problema nenhum aqui – vai ajudá-lo a combater o garimpo ilegal na Guiana Francesa.

Mas a hipocrisia não para por aí não. Alguém ouviu, nesses encontros, alguma declaração conjunta sobre a morte dos ianomâmis, que, nesse ano passado, aumentou 6% com relação ao último ano do Bolsonaro? Nenhuma fala. Um silêncio criminoso.

Então, só se incomodavam com a morte dos ianomâmis porque quem governava o Brasil era Bolsonaro. Agora não ligam mais! Nenhuma palavra – nenhuma palavra.

Mas a hipocrisia não tem limite não. Mais do que isso. Em fevereiro, a Amazônia bateu recorde de focos de incêndio.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Houve alguma declaração dessa delegação do Governo francês, com o brasileiro, na Amazônia? Zero declaração. Repito: silêncio criminoso. E isso mostra, mais uma vez, a hipocrisia.

Eu fiquei com uma inveja saudável – se é que tem essa expressão – do Presidente da Guiana. A Guiana, que, no passado, foi a Guiana Inglesa, que hoje está se tornado a Dubai da nossa região... Um jornalista inglês, no alto da sua arrogância – eu vi a entrevista –, no alto do seu pedantismo europeu, foi dar um sermão no Presidente da Guiana sobre como é que eles iam explorar petróleo, que vai jogar CO<sub>2</sub> no planeta?

Ele interrompeu, com a autoridade que o povo do país dele deu a ele...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... o entrevistador e deu um sermão no inglês que o entrevistava. Eu fiquei com uma inveja saudável, porque era isso que eu esperava do meu país.

Esses... Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá... Alguém acha que o Canadá está preocupado com a questão ambiental do Brasil ou com o seu povo? É claro que não! Eles financiam a energia no Brasil para nos proibir, Senador Jayme, que representa com brilhantismo o Estado do Mato Grosso, onde eu já morei, estado que já acolheu minha família... É porque eles vendem potássio para o Brasil.

A Noruega, quando financia o Fundo Amazônia, como eu já disse nesta tribuna, é um fundo apátrida... “Não, todo o dinheiro é bem-vindo no Brasil”. Que vergonha! Um dinheiro que vem criar militância para trabalhar contra o progresso brasileiro...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... é bem-vindo ao Brasil? É claro que não!

Então, o que eu esperava ver no Governo brasileiro eu vi no Presidente da Guiana. Ele interrompeu e, sim, deu um sermão.

Quem é a Europa, que não sabe o que é APP?

Quem é a Europa para cobrar de nós? Não é nada! E vive impondo.

Agora sabe por quê, Presidente? Eu tenho uma desconfiança, porque... Eu fico pensando assim – apesar de tudo isso, que são fatos –: por que o Governo recebe com festa um sujeito desses? Será que é pelo dinheiro que ele remete para as ONGs ligadas à esquerda? Na época da campanha, todos formam militância para a esquerda. Eu desconfio que sim, porque interesse nacional não existe.

E, por último, Presidente, só um apontamento. Eu sou daqueles que entende que se um sujeito está solto...



*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... qualquer Senador tem o direito de convidá-lo. Está solto, então, ele está, neste momento, livre das garras da Justiça, mas não posso deixar de fazer a minha observação.

Então, o Líder do Governo, Senador Randolfe, tem o direito de convidar o José Dirceu para uma sessão solene do Congresso Nacional, mas eu também tenho o direito de achar que é outra hipocrisia, porque se tem um sujeito que nunca lutou pela democracia foi o José Dirceu.

O José Dirceu é o fundador do Foro de São Paulo. O Foro de São Paulo não prega chegar ao poder através da democracia, o que o Foro de São Paulo prega é a extensão do regime socialista comunista na América Latina, dito por eles mesmos.

O mesmo Foro de São Paulo que agasalhava quem? Os fundadores das Farc.

Onde é que José Dirceu lutava pela democracia antes do regime militar? Ele lutava pela ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado, para quem não sabe, é a ditadura comunista, que já matou muito mais...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... inclusive do que a suástica nazista.

Então, repito, é um direito do Líder do Governo chamar aquele que foi condenado – não foi por mim não, Presidente, foi pelo Supremo Tribunal Federal – como um dos mentores do maior escândalo de corrupção do Brasil!

E o que é interessante... olha como a esquerda é uma coisa doentia. Dizia Olavo de Carvalho: “Toda teoria revolucionária é uma doença mental”. Quando eu li aquilo, achei exagerado, mas depois eu acabei analisando e vi que está correto, porque não existe interrupção, existe evolução. Olavo de Carvalho, quando dizia isso, estava prevendo aquilo que muitos depois iriam entender.

A hipocrisia, Sr. Presidente, para terminar, é que a esquerda perdoa inclusive o Che Guevara. Eles acham normal andar com a camiseta do Che Guevara, que é e foi um assassino confesso. É só acessar na ONU a sessão em que ele foi representando Cuba. Ele disse isso. Não precisou ninguém falar por ele...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... ele próprio disse isso.

Mas Che Guevara pode ser homenageado pela esquerda, não tem problema e nós toleramos isso.

Agora, aqueles brasileiros do dia 8 de janeiro, esses não podem receber anistia.

Jose Dirceu pôde!

Dilma Rousseff, guerrilheira, que não lutava por democracia, lutava pela implantação do comunismo, pôde ser anistiada, mas homens e mulheres pobres do Brasil, humildes, que vieram protestar aqui, inconformados com o resultado das eleições, esses não podem receber anistia, na ótica da esquerda.

Mas isso quem vai resolver é o Congresso Nacional. É uma das PECs... Aliás, a PEC que propõe a anistia é de minha autoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão, pela paciência e pela tolerância.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Um aparte?

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, queria



fazer um breve comunicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Pode.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, amigo querido, Senador Styvenson, queria apenas registrar, como voto de pesar, o falecimento do empresário Joseph Malouf, pai do ex-Deputado Estadual e Conselheiro do Tribunal de Contas Guilherme Malouf, que faleceu no último sábado, em decorrência de problemas de saúde.

Seu Zé Malouf, como era conhecido, tinha 83 anos e deixa esposa, dois filhos e netos.

Proprietário da Imobiliária e Construtora São José, Seu Zé era respeitado no ramo. A empresa, que possui mais de 40 anos de existência, tem projetos entregues em vários estados. Se não me falha a memória, quase nove estados têm empreendimentos construídos pela sua empresa.

Migrante libanês, Seu Zé tinha um grande espírito empreendedor. Ajudou a trazer desenvolvimento e prosperidade para o Estado de Mato Grosso. Joseph Malouf foi um grande líder empresarial, deixando um legado na história mato-grossense.

E aqui eu quero render as minhas homenagens a esse grande libanês, que veio com a sua família, vários irmãos: Jorginho, Kalil e Samir. E foram pessoas empreendedoras. Primeiro, comerciantes na área de tecidos e, depois, na área da construção civil. E ele, certamente, deixou um legado muito grande para todos nós mato-grossenses. Ele somou na construção, na modernização da nossa querida Cuiabá, com seus investimentos, acreditando naquele pedaço do Brasil.

De forma que aqui eu quero render minhas homenagens à D. Janete Malouf, grande esposa, grande mulher, e a todos seus familiares, na certeza de que Seu Zé está lá ao lado de Deus, com certeza sempre levando aquilo que era mais importante na sua vida: o trabalho, o respeito e, sobretudo, o seu espírito de humanidade.

Portanto, aqui eu quero registrar o meu pesar a toda a família Malouf que reside na cidade de Cuiabá, que, com certeza, contribuiu muito para o desenvolvimento do nosso estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Nós que agradecemos, Senador Jayme.

Que ele seja acolhido no Céu, que a família tenha força e que o legado dele seja lembrado sempre, como foi lembrado aqui pelo senhor.

Com a palavra, por dez minutos, de forma remota, Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Prezado amigo, Presidente desta sessão, Senador Styvenson, é uma alegria muito grande poder cumprimentá-lo e agradecer por me deferir a palavra.

Eu ocupo, neste momento, pela via remota, a tribuna para fazer dois registros. O primeiro deles é o de que nós teríamos hoje, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, uma audiência pública com a participação do Sr. Ministro da Casa Civil, Rui Costa, em que teríamos a oportunidade de debater algumas controvérsias que incidem sobre o momento da Itaipu Binacional. Em razão de termos uma semana com a realização de sessões remotas, não presenciais, foi suspensa a sessão pelo nosso querido Presidente Confúcio Moura e também a audiência pública do Ministro Rui Costa.

Eu acho até que isso foi bom, porque não está muito clara a dificuldade que nós estamos vivendo no Brasil em relação à situação jurídica da Itaipu Binacional. E para isso, eu me valho de uma matéria do jornal *Valor Econômico*, do dia ontem, da qual tomei conhecimento hoje, que fala da falta de definição do valor da tarifa da Itaipu Binacional, que é uma supridora das distribuidoras de energia elétrica de todos os



estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O preço, ou seja, o valor da tarifa da Itaipu Binacional está em suspenso desde o fim do ano passado. E pasmem, a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), que sucedeu a Eletrobras, agora privatizada, depositou em juízo, por indefinição do valor da tarifa, o que deve à Itaipu Binacional, algo em torno de R\$300 milhões. Ou seja, ela distribui a energia gerada por Itaipu e comprada pelo Brasil – 85% da energia gerada por Itaipu é comprada pelo Brasil e 15%, pelo Paraguai.

E nós estamos sem preço. A falta deste preço tornou inseguro o pagamento de uma estatal brasileira. Prestem bem atenção: por não poder saber o valor da tarifa, está pagando a tarifa do ano passado, US\$16,71 o quilowatt-hora; e, se nós continuarmos nessa batida, daqui a pouco a Itaipu não vai ter dinheiro em caixa, vai ter dinheiro em juízo. Então, é uma situação que recomenda, efetivamente, a realização desta audiência, que foi suspensa por um motivo justo hoje, mas que tem um motivo muito mais grave para ser realizada. Porque, eu repito, Itaipu nos vende a tarifa, especialmente para os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, coercitivamente pela lei que a criou, e não pode receber o dinheiro porque não há segurança jurídica quanto ao valor da tarifa: se vai ser US\$10, se vai ser US\$14, se vai ser US\$16 ou US\$22 o quilowatt. Então, a ENBPar está depositando em juízo.

De sorte que aquela audiência, que justificadamente foi postergada, tem que ser realizada; e eu quero me valer da oportunidade para, primeiro, apontar um problema que está amplamente divulgado na imprensa especializada – no caso, no jornal *Valor Econômico*, pelo jornalista Robson Rodrigues – e para o fato de uma empresa estatal nossa estar depositando em juízo o valor daquela energia que nós compramos por um preço, uma tarifa, que ainda não está devidamente liquidada ou tornada líquida e certa, por um acordo que não aconteceu.

Desde o final do ano passado – ou seja, janeiro, fevereiro e março completos – este pagamento está sendo recolhido em juízo por prudência de uma estatal no Brasil, causando insegurança quanto a este suprimento vital, de sorte que eu quero mais uma vez formular um apelo para que o nosso querido Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Confúcio Moura, renove o convite ao Sr. Ministro da Casa Civil e nós possamos discutir aquilo que estava apazado para o dia de hoje – e eu repito: com o meu conhecimento, com a minha anuência, foi prorrogado o prazo desta, ou seja, foi postergada a realização desta audiência em função de estarmos operando em regime semipresencial.

A outra colocação que eu quero neste momento fazer é endereçada ao nosso Ministro dos Transportes, o nosso Senador Renan Filho. Hoje, dia 2 de abril, nós estamos há um mês e dois dias... O ponto de parada e descanso de motoristas, o primeiro de Santa Catarina – poderia ter sido o primeiro do Brasil, se não tivesse havido um atraso de quase dez anos na sua construção –, da BR-101, aqui no Município de Palhoça, completa 32 dias da sua conclusão – ou seja, a obra está pronta, muito bem executada – e não foi aberto ao uso dos motoristas, dos caminhoneiros que percorrem a BR-101 aqui, nas imediações da Grande Florianópolis, no Município de Palhoça.

A antiga praça de pedágio teve seu espaço aproveitado para a construção, para a instalação desse ponto de parada. Está pronto, e eu quero renovar o pedido, que já foi feito pela Fetranesc (Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina), ao Ministro para que ele inaugure, como seria usual; ou, não podendo vir inaugurar, para que abra o tráfego, ou seja, abra ao uso dos motoristas esse equipamento que é fundamental para a segurança não apenas do caminhoneiro, mas também dos demais usuários da BR-101.

Repito: o ponto de parada e descanso, aqui, na altura do km 222 da BR-101 no nosso estado, está pronto. É uma boa obra, um bom serviço que está disponível, mas que não é usado ainda por falta do ato inaugural, ou seja, de ele ser efetivamente aberto para o uso dos caminhoneiros do Brasil e daqueles que utilizam a BR-101 no nosso estado, um corredor do Mercosul, uma rodovia de grande utilização, de



grande importância para a economia e para a circulação das pessoas em Santa Catarina, no sul do Brasil e em todo o Mercosul.

Um grande abraço.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Na sequência, o Senador... Senador Jayme Campos.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – É o nosso líder maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – É, eu tive um lapso de memória agora, porque fiquei confuso entre o Cleitinho e o senhor, mas entraram em um acordo para ocupação da tribuna.

Dez minutos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Styvenson, que preside esta sessão na tarde de hoje, Sras. e Srs. Senadores, prometo que não vou usar nem os dez minutos, Sr. Presidente, tendo em vista ter alguns compromissos, algumas audiências em alguns ministérios hoje, na Esplanada.

Sr. Presidente, o acesso à internet no campo é um dos principais desafios do agronegócio brasileiro. De acordo com o IBGE, mais de 70% das propriedades rurais brasileiras não possuem conexão.

A expansão da banda larga no campo é indispensável para o Brasil dar um salto de produtividade que pode representar um incremento de até R\$100 bilhões no valor bruto da produção agrícola rural, segundo estudo do Governo Federal. Além de aumentar o acesso à assistência técnica, a internet ajuda os produtores a melhorar o uso da tecnologia nas fazendas. É uma forma de elevar a produção a novos patamares de inovação.

É com o intuito de apoiar o contínuo desenvolvimento tecnológico do agronegócio que estou apresentando no Senado Federal um projeto de lei que institui Política Nacional de Coletividade no Campo. É um projeto moderno, composto de seis artigos, para o qual peço atenção e apoio desta Casa.

O objetivo da nossa proposta é construir um marco legal que defina diretrizes gerais de atuação do Poder Executivo para promover a expansão de tecnologias digitais e do acesso à internet no agronegócio e nas escolas rurais.

Estamos entrando no universo das redes móveis de tecnologia 5G, e o Brasil não pode ficar para trás nessa agenda, Sr. Presidente, sob pena de atrapalhar o nosso comércio internacional agrícola e pecuário.

É momento, portanto, de acelerar a expansão da internet na zona rural, com a liberação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação, que é o Fust, tal como prevê o nosso projeto. O Fust, infelizmente, tem falhado em ampliar o acesso à internet em nosso país. Uma parcela irrisória do dinheiro foi aplicada para atenuar o abismo digital que isola parte da nossa população.

Somente em 2024, Sr. Presidente, caros colegas Senadores, na proposta orçamentária, o Fust dispõe de R\$1 bilhão de investimentos, porém, temos constatado que os recursos do fundo costumam ficar represados no caixa da União.

É fundamental destravarmos as verbas do fundo, sobretudo para estimular que pequenos provedores da internet possam promover acesso à banda larga e à telefonia móvel no interior do Brasil. Mas, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil ainda tem 6,4 milhões de lares sem acesso à internet. São quase 24 milhões de pessoas que estão desconectadas. Desse contingente de excluídos digitais, quase 10% não têm sinal disponível, e mais de 30% apontaram motivos financeiros para a falta de acesso à rede mundial de computadores,



segundo estudo do IBGE.

O acesso à internet é essencial e absoluto no exercício da cidadania e para obter outros direitos sociais, como educação, saúde e trabalho. É fundamental, dessa forma, fomentarmos a agenda da inclusão digital, essencialmente em escolas e bibliotecas públicas. O poder público deve, com prioridade, expandir a infraestrutura da comunicação e oferecer incentivos econômicos para redução do preço do acesso à banda larga em computadores e celulares.

Sras. e Srs. Senadores, o tema da conexão requer soluções inovadoras. Com o nosso projeto, vamos estimular a expansão da internet no campo brasileiro, vamos fomentar a instalação de cabos de banda larga em localidades remotas do país, com verbas do Fust. Esse é um recurso que pequenos agricultores brasileiros precisam para que possam, com certeza, buscar a melhoria de suas propriedades, com avanços das novas tecnologias e técnicas de desenvolvimento sustentável.

A educação também ficará mais acessível às famílias do campo. Enfim, esse é um projeto que vai levar uma verdadeira revolução no meio rural. Por isso, nós temos que aprová-lo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Preciso e quero contar com apoio de todos os senhores. Que, com a maior rapidez possível, possamos aprová-lo e levar esse serviço, que será prestado a milhões de brasileiros, que, muitas vezes, estão à mercê desse serviço tão importante.

Concluindo, Sr. Presidente, estamos trabalhando em várias ações do Governo de Mato Grosso. Agora à tarde, por volta de 16h30, nós estaremos na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), junto do Deputado Estadual, Diego Guimarães, para solicitar ao Presidente daquela agência, Rafael, que possamos iniciar os estudos para duplicação daquele trecho do Mato Grosso.

Já está sendo duplicado o trecho do Trevo do Lagarto, ou seja, que vai demandar até a cidade de Sinop. O primeiro trecho que foi licitado era do Posto Gil até Nova Mutum, de Nova Mutum até Lucas, de Lucas até Sorriso e de Sorriso até Sinop. Todavia, está resolvendo parcialmente, com certeza melhorando sobremaneira o atendimento naquela rodovia que corta todo o território brasileiro.

Agora, com a demanda, ou seja, com a explosão demográfica – sobretudo com a nossa grande explosão agrícola –, nós precisamos levar também em conta a necessidade de nós duplicarmos do Trevo de Santa Helena, se possível, até Miritituba. Todavia, acho que o primeiro trecho, que é o trecho que hoje demanda o maior movimento de caminhões e carretas, é do Trevo de Santa Helena até a cidade de Guaratã do Norte.

Por isso, nós estamos envidando todos os nossos esforços, junto com a bancada federal, com o próprio Governador Mauro Mendes, sobretudo com a bancada estadual, particularmente com o Deputado Diego, que nos solicitou essa audiência com o Presidente da ANTT. Ali buscamos soluções, como foi essa que aconteceu nesse trecho, Trevo do Lagarto, agora, até a cidade de Sinop. São soluções caseiras, porque, lamentavelmente, o Governo Federal, que tinha a obrigação de fazer esse trabalho, ou seja, de fazer esses investimentos, lamentavelmente ainda é impotente.

Foi transferido para uma concessionária chamada Rota do Oeste, que não cumpriu tudo aquilo que estava pactuado dentro daquilo quando foi feita a concessão. E ali, milhares de vidas foram, com certeza, levadas a óbito por falta de investimentos no setor rodoviário, nessa longa estrada que corta todo o território nacional.

E agora espero que possamos travar uma nova luta no sentido de fazermos com que esse trecho também seja privatizado com investimentos, obviamente, ali pactuados. Se é por um período de quatro anos, cinco anos, seis anos, eu não sei, o que nós temos que ter é solução, soluções que certamente possam dar melhor trafegabilidade, mas, sobretudo, segurança àqueles que trafegam também nas rodovias de todo esse imenso Brasil, mas particularmente no Estado de Mato Grosso, nesse trecho que é do Trevo de Santa



Helena até a cidade de Guarantã, que é um trecho, com certeza, detentor de maior volume de tráfego.

Quero, uma vez mais, dizer ao povo mato-grossense que me assiste e que me ouve pela Rádio Senado que nós estamos envidando os nossos esforços para conseguirmos com certeza obter aquilo que é de direito, na medida em que o Mato Grosso tem contribuído sobremaneira com essa grande balança comercial que o Brasil está tendo, o superávit no nosso PIB, enfim, estamos contribuindo muito. Entretanto, quase nada está sendo investido por parte do Governo Federal.

Por isso, eu quero aqui dizer que nós estamos empenhados na duplicação da BR-163 agora, estamos empenhados na conclusão da obra da BR-158, da BR-242, as obras estruturantes. O Governo do Mato Grosso está fazendo a sua parte, com grandes obras, particularmente no setor rodoviário, no setor de saúde, no setor de educação, mas não é o suficiente. O Mato Grosso quer ter uma contrapartida naquelas obras que são da responsabilidade do Governo Federal.

Por isso, eu faço aqui, com certeza, esta minha fala como porta-voz da sociedade mato-grossense para que seja ouvida...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... pelos órgãos e pelas autoridades federais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Jayme.

Vai ocupar a tribuna o Senador Cleitinho.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Ah, está o.k.

Então, o Senador Izalci na sequência.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, meu amigo, Senador Cleitinho, quero dar os meus pêsames pelo falecimento do seu pai. Só quem passou por isso sabe da dificuldade e da tristeza que você vive neste momento.

Que Deus te ilumine e dê muita força.

Mas, Presidente, hoje, a minha fala é mais no sentido de, primeiro, agradecer toda a parceria que foi feita aqui com o meu amigo Plínio, do PSDB. No mandato passado nós éramos acho que nove ou dez Senadores e, agora, com o meu afastamento, fica apenas o meu amigo Plínio, que assume agora a Liderança do PSDB. Dia 27, na quarta-feira, eu me filei ao PL, partido que tive o privilégio de presidir em Brasília em 2009, 2010 e 2011, quando fui eleito, inclusive, pela primeira vez, como Deputado Federal. Então, quero agradecer o convite, aqui no Senado, de toda a bancada, em especial do nosso Líder Rogerio Marinho, com que tive também o privilégio de compartilhar momentos na Câmara Federal, como Deputado Federal pelo PSDB – ambos pelo PSDB –, onde fizemos um belo trabalho na área de educação.

Rogerio sempre foi uma referência para nós na educação, na área de gestão, na área tributária, em todas as áreas. Rogerio realmente é um Senador com muita competência e com muito conteúdo. Eu quero agradecer o carinho e o convite de estar junto aí nessa oposição, e a nosso amigo também, Senador Portinho, que é o Líder do PL, e todos os nossos Senadores, pelo empenho, pelo carinho e pela presença. Nós tivemos um evento maravilhoso, quase 3 mil pessoas no evento. Estava chovendo, véspera de feriado, o Congresso inclusive sem sessão, mas foram oito Senadores e 15 Deputados que prestigiaram nossa filiação



ao Partido Liberal.

Na prática, a gente está mudando a sigla, mas a gente sempre defendeu as bandeiras que o PL vem defendendo nesta Casa já há algum tempo, juntamente com um grande Líder, e tive o privilégio também de ser Líder do Governo Bolsonaro. Fui Vice-Líder do Governo, mesmo estando no PSDB. Então, a minha pauta é a pauta que o PL e o Presidente hoje defendem em todo o país, que é a defesa realmente da família, da liberdade.

Nós estamos neste momento vivendo um momento difícil na política brasileira, em especial a interferência dos Poderes, seja do Executivo, seja do Judiciário, aqui na Casa do Congresso Nacional. Agora mesmo o Presidente Pacheco tomou uma decisão com relação à Medida Provisória 1.202, que é a medida da reoneração dos 17 setores, bem como o fim também dos incentivos fiscais do Perse, matérias essas que já foram votadas na Câmara, foram votadas no Senado. Nós aprovamos, o Governo vetou, e nós derrubamos o veto. E aqui no Senado foram 63 votos, então foi uma derrubada com bastante consistência e, para nossa surpresa, no recesso o Executivo manda para esta Casa uma medida provisória. Na reunião de Líderes que foi convocada no recesso ficou muito claro para nós que essa medida provisória seria devolvida. Ela não deveria ser nem discutida, porque é inadmissível o Executivo encaminhar uma matéria que já foi votada pela Câmara, pelo Senado, ou seja, pelo Congresso, desprezando completamente a nossa prerrogativa. Então, nós não podemos aceitar. E hoje a informação é de que o Presidente Pacheco, na prática, deixou claro também para o Governo que a desoneração, seja do setor, seja dos municípios, será mantida. E é isso mesmo que deveria ter acontecido lá, ainda no final de dezembro.

A outra matéria é o Perse. Ora, nós sabemos que o setor de eventos, turismo, foi o que mais sofreu com a pandemia, e foi o último a sair. Foi o primeiro a entrar e o último a sair da crise. Está saindo agora. E quando nós votamos essa matéria de dar o incentivo fiscal para essa atividade até 2027, fizemos isso exatamente porque é um setor de mão de obra intensiva. São os maiores geradores de emprego. E não caberia a nós aqui, num momento de recuperação, querer cancelar aquilo que nós aprovamos no Congresso Nacional. Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que, independentemente da posição do Governo, do que que ele vai fazer, esta Casa terá que manter aquilo que já foi aprovado, tanto pela Câmara quanto pelo Senado. Esse setor merece de nós toda a consideração, todo o carinho e todo o apoio. E é isso que nós vamos fazer com relação ao Perse.

Com relação ao Supremo, mais uma vez, espero que a gente possa votar. Não está contando hoje os cinco dias de tramitação da PEC nº 45. Esta semana não está contando o prazo, até em função das eleições, que nós devemos mudar também. Não dá para ficar fazendo eleição de dois em dois anos. Isso prejudica o país, não é?

Para o Congresso Nacional, portanto, a reforma eleitoral, a reforma do Código Eleitoral, que a gente está discutindo, deve ser aprovada o mais rápido possível, para a gente fazer as eleições, unificar as eleições, acabar com a reeleição, e colocar cinco anos de mandato para o Executivo. Com isso, elimina-se essa eleição de dois em dois anos, que acaba prejudicando o andamento do Congresso Nacional e conseqüentemente o país.

O Governo não se manifestou, mas, pelas conversas que tivemos até agora, essa matéria está sendo discutida há anos, inclusive o próprio Senador Marcelo Castro foi Relator dessa matéria na Câmara, durante muitos anos, e agora no Senado, novamente, assume a relatoria... Espero que a gente possa votar isso o mais rápido possível.

Então, não está contando esta semana o prazo da PEC nº 45, e espero que, na semana que vem, a gente possa votá-la, tanto no primeiro turno, quanto no segundo turno, porque no país, e já foi demonstrado isso nas pesquisas, quase 80%, acho até que mais do que isso, da população, é contra essa questão da descriminalização das drogas, a liberação na realidade, não é? A liberação das drogas; porque é isso que



vai acontecer. Na medida em que o Supremo continue a votação no sentido de descriminalizar, quantificar se são 10g, 50g ou 60g, isso, na realidade, está sinalizando para os traficantes qual é a medida com que eles devem trabalhar a partir da decisão do Supremo.

Por isso que a votação da PEC nº 45 é fundamental. Nós já votamos na CCJ, já está na pauta aqui do Senado, já tramitou por três sessões, são cinco sessões, e eu espero que, na semana que vem, a gente possa contar terça e quarta para podermos votar essa matéria ainda na semana que vem, exatamente para deixar claro para o país, para os traficantes, que qualquer posse, qualquer porte, de qualquer droga é crime.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Portanto, a gente não pode relativizar, flexibilizar, qualquer matéria nesse sentido da liberação de drogas. Eu acho que as pessoas que apoiam essa matéria não conhecem o mundo real.

Presidente, V. Exa. que é da polícia militar sabe, e já disse aqui diversas vezes, o caos que acontece nas famílias. Eu acho que esses Ministros deveriam adotar todos esses zumbis que estão rondando pelo país, levar para casa, pelo menos uma meia dúzia cada um, para verem exatamente o que é isso; e visitar as famílias que têm pessoas que mexem com drogas, para saber o que acontece, a pessoa vendendo tudo o que tem para poder utilizar a droga.

Então, Presidente, é uma matéria urgente, relevante, que a gente deve votar, para que seja votada ainda este ano na Câmara e se torne uma emenda constitucional.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Nós é que agradecemos, Senador Izalci. É um tema que a população está ansiando – pode vir, Senador Cleitinho –, a votação da PEC que criminaliza qualquer quantidade de droga.

Isso aí foi uma bola muito dentro, foi um fator muito positivo e eu acho que é isso que levanta o Senado Federal e o Congresso Nacional diante da população, essa nossa defesa em relação à saúde pública, principalmente dos jovens, das crianças, afastando deles esse risco, que talvez eles nem conheçam; talvez eles nem saibam o risco a que estão sendo submetidos com essa pseudodiscriminação, que, para mim, é uma legalização e liberação de algo que degrada o ser humano, degrada literalmente o ser humano e acaba com qualquer sonho de qualquer jovem.

Senador Cleitinho, dez minutos.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discursar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Obrigado pela oportunidade.

Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras. Boa tarde ao público presente, que se encontra aqui agora em Plenário, a todos os servidores desta Casa e à população que acompanha a gente pela TV Senado.

Eu queria aqui começar a minha fala, porque semana passada veio aquela questão do Bolsonaro ter ficado na Embaixada da Hungria, e aí um repórter pegou... Eu não estava aqui, estava com meu pai internado. Infelizmente meu pai faleceu, e eu não tive a oportunidade de poder responder aqui em Plenário, mas respondi para ele. Falei assim: “O que é que tem de crime nisso? E por que ele está fazendo essa pergunta para mim? Pergunte à nossa eterna Primeira-Dama. É ela que pode responder, porque ela que é casada com ele. Eu não sou casado com ele”.

Eu, com toda humildade, fui lá à Primeira-Dama e fui fazer a pergunta à Primeira-Dama. Eu fiz essa pergunta à Primeira-Dama.

Aqui, Presidente. Olhe aqui, povo brasileiro.



*(Procede-se à execução de áudio.)*

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Está aí a resposta da nossa eterna querida Primeira-Dama Michelle Bolsonaro.

É isso que ela falou. É ela que tem que se preocupar. Se ela não está preocupada, por que é que vocês estão preocupados? Deveriam estar preocupados é com financiar uma dama do tráfico para vir aqui conversar com o ministro. Será que não é isso que é crime, não, excelências? Será que não é isso que é crime, não?

Então, vocês estão muito...

Respeitem a família do ex-Presidente Bolsonaro! Respeitem-no! Isso é medo de quê? Ah, é porque saiu pesquisa agora que já colocou o Bolsonaro já na frente do atual Presidente Lula na pesquisa, inclusive com a nossa Primeira-Dama também – a Michelle Bolsonaro também – na frente, com o apoio do Bolsonaro. Que medo é esse com que vocês estão, gente? Que medo é esse com que vocês estão? Pois venham muito logo esses três anos, para passar, para a gente mostrar a verdade deste país aqui.

Eu vou falar para vocês aí: aceitem, que dói menos.

Então, está aqui a minha resposta muito clara sobre a questão da embaixada. Foi a Primeira-Dama, a Michelle Bolsonaro, que respondeu. É ela que tem que responder, ela que é casada com ele.

Muito obrigado.

Eu queria aqui também falar uma situação do nosso STF, e eu queria aqui fazer uma comparação para vocês, gente, para mostrar para vocês como é a iniciativa privada e como é o público.

Então, eu venho fazendo isso, eu fiz isso agora com o GSI, que ia fazer comprar uns equipamentos de fone, quando mostrei para eles que o valor que eles estavam comprando era fora da realidade. Fui lá, fiz um orçamento e mostrei que era muito mais barato. Inclusive, o GSI foi lá e sabe o que fez? Barrou a licitação.

Então está aqui, um edital de licitação do STF, de água mineral – eu não sei que água mineral é essa que tem, não; deve ter mel nessa água mineral. Mas a água mineral de que eles estão fazendo a licitação, gente, 109 mil garrafas de 500ml – 109 mil garrafas de 500ml. Sabem qual o valor de cada uma? São R\$2,90, quase R\$3. Aí eu peguei, liguei no supermercado, porque eu mexi com isso, mexo com isso a vida inteira. Inclusive, eu estava, domingo agora, lá no varejão com meu pai – a gente faz compras, essas coisas todas... Peguei e liguei para um supermercado que faz compra grande. Nesse supermercado, gente, eles conseguem comprar 109 mil garrafas por R\$0,81 – R\$0,81; enquanto, lá no STF, R\$2,90, quase R\$3. Sabe qual é o total disso tudo, essas 109 mil garrafas, o total? São R\$324 mil. Eu vou falar bem devagarzinho – hoje eu estou calmo, gente –, R\$324 mil. Sabe quanto seria para esse supermercado comprar as 109 mil garrafas? São R\$88 mil – R\$88 mil, uma diferença de R\$236 mil.

É muito fácil. É o que eu falo para vocês, gente, que, às vezes, tem que privatizar é tudo. Na iniciativa privada, olha a diferença. Agora, olha o público aqui. Sabem por que é que fazem isso? Porque o dinheiro não sai do bolso deles. O dinheiro sai é do bolso de vocês. E tem mais aqui: água com gás, 14,4 mil garrafas de 350ml, R\$2,42 cada uma – R\$2,42. Dá um total de R\$35 mil. Sabem quanto é lá nesse supermercado, para quem quer fazer essa comprar também? No caso do STF, R\$2,42; nesse supermercado R\$1,38 – R\$1,38.

Eu queria falar uma coisa para você, para o patrão, que é você... Vocês querem ficar pagando água com gás para ministro? Vocês querem ficar pagando essas águas desse preço aqui para ministro? É você que paga isso. Não é muito mais fácil pegar e colocar um bebedouro? Coloca um bebedouro lá, gente. Vai fazer economia grande. Que água é essa? Tem mel? Aí vão falar: “Cleitinho, mas essa água é mais cara, ela em isso, ela tem aquilo”... O patrão, que é o povo, bebe o quê? Bebe é água de esgoto; olhem como



está o saneamento básico da população brasileira. Bebe água com cheiro de cloro. Agora, o patrão, que é o povo, tem que ficar pagando água, R\$324 mil de garrafa de água para ministro, para vossas excelências? Tem limite esse país aqui! Tem limite! Põe um bebedouro aí e pronto, acabou. E acaba com isso! Quase R\$400 mil aqui, com água, com água mineral e com água com gás. É uma brincadeira uma situação dessas. O trabalhador hoje, para trabalhar quase 35 anos, quase ganha isso aqui, esse valor aqui, de quase R\$400 mil, só com água. Aí vêm falar que este país aqui está quebrado? Esse país aqui nunca esteve quebrado, não! Este país o que mais tem é dinheiro. Mas o dinheiro que deveria ficar para o povo, fica para vossas excelências – fica para vossas excelências.

Então, eu vou só finalizar aqui, dizendo novamente. Viu, gente? Eu gosto de fazer essas contas, e eu vou continuar fazendo isso, porque a minha função é fiscalizar. O STF, no edital de licitação, 109 mil garrafas, cada uma R\$2,90, quase R\$3. Eu liguei no supermercado. Para ele fazer uma compra grande também, ele iria pagar R\$0,81 – R\$0,81. Quer dizer, o STF ia pagar R\$324 mil e o supermercado ia pagar R\$88 mil, uma diferença de R\$236 mil.

Outra coisa que eu queria falar aqui, falar para vocês aqui, que está acontecendo também: o Governo, às vezes, a questão dos indígenas, os índios... Para poder levar a cesta básica para eles, o Exército fazia isso. E eu quero já denunciar aqui para o TCU: TCU, vocês têm que fazer alguma coisa para nós aqui, porque o Governo... Para poder fazer esse serviço, para servir os indígenas, servir também os índios, o próprio Exército faz isso, vai lá e leva a cesta básica; se tem algum índio que está doente, que precisa vir para cá, o Exército vai lá e busca com o enfermeiro, e traz e cuida, depois devolve, toda a situação. E todo o meu carinho e meu respeito aqui por todos os índios. Então, o Exército fazia isso.

Então, TCU, eu estou aqui denunciando para vocês e vou encaminhar agora.

Aí sabe o que o Governo pegou e fez? Tirou o Exército: “Não, Exército, você não vai fazer mais, não”; pegou, pegou sem licitação, contratou uma empresa por R\$211 milhões – R\$211 milhões. Em um país que está com um déficit de R\$82 bilhões, é nas pequenas coisas que você consegue trazer a economia e consegue zerar; mas o Governo não está preocupado em zerar o déficit, porque, se tem um Exército para poder fazer isso, que não tem custo, aí ele pega e contrata uma empresa – sem licitação! – por R\$211 milhões...

Aí, TCU, eu estou encaminhando para vocês, para poderem investigar e barrar. E onde já se viu? Sem licitação; sem licitação. Porque para mim é o seguinte: a administração pública, um princípio dela se chama transparência. Então, em tudo que você compra e em tudo que você gasta, você tem que ser transparente, para poder mostrar isso para a população. Por que fez isso sem licitação, por R\$211 milhões, e onde tinha o Exército para fazer isso?

Então, eu quero aqui encaminhar aqui para todos os órgãos competentes, para poder, mais uma vez, o Cleitinho ensinar ao Governo como é que se faz. Eu vou continuar fazendo isso. E não fique com raiva de mim, não! Se ficar com raiva de mim, não fique; pode orar que vai passar. E aceite que dói menos, porque a minha função aqui... Qualquer outro Presidente que estivesse nessa cadeira eu iria fiscalizar, porque eu fiz isso quando era Vereador, eu fiz isso quando era Deputado e continuo fazendo como Senador. Porque o maior jeito de você mudar este país aqui, gente, e combater corrupção, combater desperdício de dinheiro público e farra com o dinheiro público, é a fiscalização. E, ó, eu sei fazer isso muito bem, viu?

Eu queria aqui só finalizar, para poder falar aqui... Eu fico um pouco ansioso e nervoso de...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – É.

Eu queria aqui só agradecer a toda a população brasileira, que sempre orou pelo meu pai. Desde o ano passado que meu pai estava com essa questão de câncer na bexiga, e tudo o que eu podia fazer



pelo meu pai, eu corri atrás para tentar fazer para ele. Semana passada, ele ficou mais de uma semana entubado, e semana passada ele veio a falecer.

Mas eu queria deixar aqui, na tribuna do Senado, um agradecimento a Deus. Porque é muito fácil você agradecer a Deus, gente, nos momentos bons. Isto é fácil demais: você ajoelhar, você poder louvar a Deus nos momentos... quando eu virei Senador, quando eu virei Deputado, quando eu virei Vereador, quando eu virei pai. Nisso é muito fácil a gente agradecer a Deus. Mas também eu quero agradecer a Deus aqui pelos momentos tristes pelos quais eu passo na minha vida, e este é o momento mais triste pelo qual eu estou passando na minha vida, porque eu estou perdendo a pessoa mais importante da minha vida.

Então, queria, Deus, eu só quero Te agradecer por tudo, continuar Te honrando, falar que a minha fé é duas vezes maior do que era antes, falar para o Senhor que eu vou continuar Te glorificando, continuar Te honrando. E neste momento aqui eu queria falar para o meu Deus, meu Deus: muito obrigado por, nos meus 41 anos que eu tenho, por ter convivido com o meu pai! Muito obrigado, gratidão eterna pela vida do meu pai, pelo que meu pai foi aqui na Terra, pelo filho de Deus que ele foi com os seus 70 anos. E eu tive o privilégio de, nos meus 41 anos, poder estar com o meu pai. Eu tive o privilégio de, quando ele morreu, escutar a última batida do coração dele. (*Manifestação de emoção.*) Eu tive esse privilégio.

E eu queria mostrar aqui um legado para vocês. Porque eu estava lá no velório e essa senhora pegou e entregou esta cartinha para mim, que eu queria ler para toda a população brasileira; para mostrar para vocês, gente, que, quando você planta o bem, você pode ter certeza de que você vai colher o bem. Esta foi a carta que ela... pelo meu pai...

Carta de agradecimento ao Sr. José Maria de Azevedo:

Não me esqueço alguns anos atrás, quando minha filha ainda era de colo, passando com ela nos braços em frente ao varejão, ela estendeu as suas mãos e me pediu banana. Tinha umas pencas penduradas, bem maduras e bonitas na porta. Eu não tinha dinheiro para comprar, levava uma vida simples e bem regrada. O Sr. José Maria estava na porta e a viu me pedindo e me parou e disse: “Não deixa ela ficar com vontade, não”. Foi para dentro e trouxe uma sacolinha para ela e com algumas frutas. Alguns gestos parecem simples, mas nós o marcamos para sempre. Naquele dia ele tirou um pouco da angústia de uma mãe que não tinha condição de dar uma simples fruta para sua filha. Nunca esquecerei desse dia. Passado algum tempo, hoje faço parte da população que ganha verduras e frutas e legumes no varejão todas as segundas-feiras. Em nome de todos, eu venho agradecer a bondade de nos ajudar. Para alguns... (*Manifestação de emoção.*)

... é a única forma de ter uma mistura na mesa e principalmente agradeço de coração por ter ajudado anos atrás. Eterna gratidão. Aparecida.

O que eu mais carregado do meu pai se chama gratidão. O meu pai, teve uma vez em que a gente estava passando bem dificuldade no varejão e a gente precisava pagar as contas e a gente não conseguia levantar de jeito nenhum. E eu quero falar isso aqui. É um testemunho, que eu vi e que eu aprendi com ele, por isso eu vou carregar gratidão por resto da minha vida.

E aí, não dava nada certo, mas tinha sempre um cliente que comprava da gente. Ele não precisava nem mais comprar da gente, era um cliente de restaurante. Ele não precisava mais comprar da gente. Mas mesmo assim, para ajudar a gente, ele continuou comprando.

A gente trabalhou, ergueu a cabeça e conseguiu reerguer o varejão novamente. O varejão conseguiu pagar as dívidas, os clientes voltaram a comprar no varejão e a gente conseguiu normalizar. Passou um tempo depois, esse cliente de restaurante que passou dificuldade. Começaram a ficar mais atrasadas as contas, os clientes já não iam lá mais. E aí, o que aconteceu? Ele ficou devendo lá dentro do varejão



porque comprava com notinha para pagar todo mês e ficou devendo.

Um dos meus irmãos, nervoso com isso uma hora em que a gente estava conversando lá no varejão, pegou e falou com o meu pai: “Pai, eu vou lá cobrar dele, ele tem que pagar a gente”. Aí o meu pai pegou na mão dele, puxou a mão dele e falou assim: “Você não vai cobrar nada dele. Quando a gente precisou, ele ajudou a gente. Então, agora é a hora de a gente ajudar ele. Se ele estendeu a mão para a gente, agora a gente vai estender duas”. E eu falo isso para vocês todos os meus filhos que estão aqui: “Todas as vezes em que alguém estender a mão para você, você estenda duas. Isso se chama gratidão”.

E é isso, pai,... (*Manifestação de emoção.*)

... que eu vou carregar de senhor pela vida inteira. Gratidão.

E eu queria falar que meu pai morreu sem nada. Meu pai morreu sem conta no banco, sem nada. Não morreu querendo ter loteamento, não morreu querendo ter várias casas, porque cada ser humano tem uma maneira de querer ter na vida. Tem uns que querem ter cinco carros, tem uns que querem ter dez casas, meu pai nunca teve isso. Até para comprar uma roupa, a minha mãe que ia para comprar para ele.

Meu pai, o único patrimônio que ele queria na vida dele eram os filhos dele. E olha como é que Deus porque eu tenho que agradecer ao Senhor, meu Deus, pela bondade que o Senhor fez com meu pai porque eu sei que meu pai morreu cheio de orgulho e cheio de amor. E realizado, que é o mais importante, porque algumas pessoas acham que realização é ter bens; realização é ter muitos carros, é ter piscina, é ter isso e aquilo. Meu pai morreu com a maior realização da vida dele porque a única coisa que ele valorizava nessa vida dele era a mulher dele, o varejão em que ele trabalhou mais de 50 anos, desde os 15 anos dele ele trabalhava, trabalhava trezentos e sessenta e... Nunca viajei com meu pai. Se tinha feriado, meu pai trabalhava. Então, o patrimônio dele era o varejão, era a esposa dele e os quatro filhos dele.

Com essa carta que eu li para vocês aqui, se você colhe o bem, você vai ter o bem. Sabe qual é o maior patrimônio que Deus pegou e fez para o meu pai? Valorizou os filhos dele. Ele fez um filho dele agora Deputado Estadual, fez um filho dele Prefeito e me fez Senador da República.

Sabe qual era o maior orgulho do meu pai? Ele ir à Ceasa comprar verdura, e o pessoal virar e falar assim: “Nossa, eu estou adorando seu filho, eu adoro ver seu filho falar lá no Senado, eu adoro ver seu filho falar como Deputado, seu filho é muito bom, Zé Maria”.

Aquilo lá o enchia de orgulho, sabe por quê? Porque nunca ninguém chegou para o meu pai e falou assim: “Você tem filho bandido, você tem filho ladrão”. Pelo contrário, sempre falavam assim, olha: “Você tem filho honesto”.

Então eu só quero aqui louvar a Deus, neste pior momento da minha vida, te falar, meu Deus, que eu vou te honrar mais ainda, eu vou honrar meu pai lá em cima. E o que ele pediu para mim? Falava comigo: “Você vai entrar nessa porcaria de política, Cleitinho?” “Vou, pai”. “Então não me envergonhe e não envergonhe o povo”. E é isso que eu vou fazer aqui no Senado, eu não vou te envergonhar e não vou envergonhar o povo, viu? (*Manifestação de emoção.*)

Eu vou ajoelhar aqui para agradecer a Deus pela vida que deu, do meu pai, e eu tive a oportunidade de conviver com meu pai 41 anos. Muito obrigado, meu Deus, e muito obrigado! (*Manifestação de emoção.*)

Obrigado, obrigado, meu pai. Obrigado, obrigado, obrigado, meu pai. Obrigado, obrigado, muito obrigado a toda a população brasileira, viu?

E longe de ser perfeito, porque eu não sou Jesus Cristo. Jesus Cristo é o salvador. Eu vou ter erros aqui, vou ter equívocos, mas uma coisa que meu pai me ensinou: “Quem estender a mão para você, você estende duas. E quando você errar também, seja homem de reconhecer que errou e conserte seu erro.” Então, quando eu errar aqui também, serei homem de falar que eu errei e vou consertar, porque quem foi



perfeito foi só Jesus Cristo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Senador Cleitinho, como sempre, um testemunho forte. Meus pêsames pela perda de seu pai.

Eu posso dizer que sinto dor semelhante, mas não igual, porque eu perdi minha mãe há oito meses. Minha mãe também teve câncer, mas morreu de infarto fulminante.

Câncer é uma causa pessoal minha. Invisto 120 milhões em hospitais no Rio Grande do Norte, quatro hospitais de combate ao câncer nós estamos fazendo.

E quero dizer que o maior legado do seu pai é esse, tudo que o senhor falou, tudo que o senhor transmitiu para quem está aqui no Plenário, nas galerias, para todos que estão assistindo ao seu discurso. Acho que o maior legado dele foi justamente os filhos. É trazer esse discurso aqui firme, um discurso de quem não tem medo de falar e de enfrentar, justamente porque tem a convicção e a certeza de seu caráter, da sua honestidade. Essa é uma das maiores aulas que a gente pode dar, como político, para a população brasileira. Então obrigado pela sua presença aqui no Senado Federal.

Senador Mecias de Jesus, o senhor me ouviu, por favor? O senhor está com a tela fechada, o senhor está remoto. Mas o senhor me ouviu? (*Pausa.*)

Senador Mecias de Jesus, câmbio. (*Pausa.*)

Não está conectado? O.k.

Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para participação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Suspensa a sessão.

*(A sessão é suspensa às 16 horas e 03 minutos, e reaberta às 16 horas e 58 minutos, sob a Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Está reaberta a sessão.

Desde já, encerro o Período do Expediente e declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Eu gostaria de registrar a presença, no Plenário do Senado Federal, de S. Exa. o Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, nosso colega Senador pelo Estado do Ceará, hoje licenciado para ocupar o cargo de Ministro da Educação do Brasil.

Igualmente, gostaria de registrar a presença de S. Exa. o Governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas, a quem manifesto nossas boas-vindas ao Senado Federal, junto de sua grande comitiva, que hoje está aqui para prestigiar a posse de nossa nova Senadora da República, no lugar da Senadora Augusta Brito, a Senadora Janaína.

Há sobre a mesa os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2024, da Senadora Augusta Brito, de licença, no dia 1º de abril de 2024, e de licença particular no período de 2 de abril a 30 de julho de 2024, totalizando 121 dias. (**Vide Item 3.1.2 do Sumário**)

Em votação os Requerimentos da Comissão Diretora nºs 184 e 185, de 2024, de autoria da Senadora Augusta Brito.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Encontra-se na Casa a Sra. Janaína Carla Farias, segunda suplente do Senador Camilo Santana, da representação do Estado do Ceará, convocada em virtude da licença da primeira suplente, Senadora



Augusta Brito.

S. Exa. encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

Designo comissão formada pelos Senadores Teresa Leitão, Flávio Arns e Jorge Kajuru para conduzir S. Exa. ao Plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(A Sra. Janaína Carla Farias é conduzida ao Plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

A Presidência solicita que todos permaneçam em posição de respeito.

**A SRA. JANAÍNA CARLA FARIAS** – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senadora que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Declaro empossada, como Senadora da República, a nobre Sra. Janaína Carla Farias, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa, adotando o nome parlamentar Janaína Farias, integrando a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Estão sobre a mesa comunicação de filiação partidária e o nome parlamentar, que serão publicados na forma regimental. (**Vide Item 3.1.1 do Sumário**)

Concedo a palavra à Senadora Janaína Farias, a quem rendo minhas homenagens e desejo muito boa sorte no seu mandato parlamentar na representação do importante Estado do Ceará e do seu partido, o Partido dos Trabalhadores.

V. Exa., Senadora Janaína Farias, tem a palavra da tribuna. (*Pausa.*)

**A SRA. JANAÍNA FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discursar.) – Boa tarde, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, senhoras e senhores colegas Senadores e Senadoras, povo brasileiro e, em especial, povo do meu amado Ceará.

Cumprimento aqui o nosso Presidente; cumprimento aqui, com muita honra, o nosso Senador, o Senador mais bem-votado do Brasil, de que a gente tem orgulho, que é o nosso Ministro da Educação, Camilo Santana; a nossa Senadora Augusta Brito, a quem agradeço também pela parceria; o nosso Governador Elmano de Freitas, a quem agradeço pela presença, com muita honra, aqui; a nossa Secretária Onélia Santana, nossa amiga; o nosso Ministro do Superior Tribunal de Justiça Teodoro Silva Santos; a nossa Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Kátia Arruda, que é cearense; vários amigos aqui presentes; o nosso ex-Senador, Presidente Pacheco, nosso ex-Senador e ex-Ministro do TCU, mas cearense, que foi Senador por Brasília, Valmir Campelo, também cearense; o nosso amigo Julio Ventura, que também é Senador; o Chiquinho Feitosa, também aqui entre os amigos; queria cumprimentar aqui também os Senadores que me acompanharam, agradecer aqui ao Senador Kajuru, à Senadora Teresa, que me acompanhou aqui, ao Senador Arns, agradecer a todos. Cumprimento a imprensa. E eu sei que hoje a Câmara está sem sessão, mas quero agradecer, porque estão aqui, aos amigos Eunício Oliveira, Luiz Gastão, Moses Rodrigues e Mauro Filho e a vários Deputados Estaduais e, especialmente, à minha família.

Hoje é mais um dia na rotina desta Casa, que, há 200 anos, é guardiã da democracia e dos direitos e deveres do povo brasileiro, mas eu peço licença às senhoras e aos senhores para me expressar com bastante emoção e, nesta tribuna, me dirigir especialmente a todos aqueles que teceram a história da minha vida e que comigo aqui hoje acompanham um dia que, para mim, será eterno e histórico, o dia em que aquela menina filha do sertão de Crateús, lá no Ceará, neta de trabalhadores e trabalhadores humildes, filha de uma costureira e de um electricista, toma posse como Senadora da República, na suplência de uma das



pessoas mais generosas e íntegras que eu tive a honra de encontrar na vida pública: o Senador Camilo Santana.

A menina simples e cheia de sonhos... (*Manifestação de emoção.*)

Desculpa, Presidente.

... que via a avó cozinhando bolos para vender na madrugada, que acompanhava a mãe virando noites de Natal e Ano-Novo para entregar as encomendas às suas clientes...

Desculpa, Presidente. (*Palmas.*)

Agora embaçou aqui. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. JANAÍNA FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Beber água, não é?

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – A costureira está orgulhosa.

**A SRA. JANAÍNA FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está orgulhosa.

Agora é enxergar com os olhos cheios de lágrimas.

... recebo aqui a honra de um mandato no Senado da República para representar o povo brasileiro.

Obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Está limpinho o lenço, viu, Senadora? (*Risos.*)

**A SRA. JANAÍNA FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

Esta Senadora, senhoras e senhores, que agora vos fala é filha dos sertões e disso sente muito orgulho. Eu carrego no sangue a persistência daquela gente de fibra, determinada, trabalhadora, e é com essa coragem que assumo meu mandato. Como suporte, trago comigo a luta resiliente de uma família que nunca teve medo. O exemplo veio de minha mãe, Dona Helena, incansável – que está aqui entre a gente – ao lado do meu pai, trabalhando pelo nosso sustento.

Minha mãe, quando é que a senhora ia imaginar, aos 74 anos, que hoje estaríamos juntas, eu com o vestido que a senhora, com muito amor, conseguiu fazer, e também com a renda, aqui, do Ceará, renda renascença? Então, mãe, é com muita honra que eu estou aqui vestida com esta sua roupa. Nenhum vestido teria tanto valor, minha mãe, nenhum traje teria tanta riqueza quanto o que carrega o suor de suas mãos. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Traz-me até aqui também o apoio incondicional do meu marido, Flávio, que, há 30 anos, mesmo distante da política, me deu força para que eu alcançasse voos sempre maiores.

Carrego ainda a sorte de contar com pilares que solidificam minha atuação política com felicidade e realização pessoal: o amor dos meus irmãos, das minhas irmãs, dos meus sobrinhos, das minhas sobrinhas, que me são como filhos, e minhas três enteadas, que me deram netos e netas e que me trazem muita felicidade.

Agora, ao me tornar a primeira mulher Senadora da República na história de Crateús, afirmo meu compromisso de lutar pelo Estado do Ceará e pela nossa região, devolvendo com dedicação toda a confiança honrada a mim. Recebo com orgulho a oportunidade que me é dada de direcionar ao povo brasileiro todo o aprendizado conquistado ao longo de minha trajetória profissional, iniciada em 2006, desde quando atuei como assessora da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria das Cidades e do Governo do estado, ao lado do nosso então Secretário Camilo Santana; e depois atuando novamente ao seu lado, por



oito anos, ele como Governador, na assessoria especial do seu gabinete, desenvolvendo vários projetos importantes para o nosso Ceará, na área da educação, saúde, vários projetos.

Já em Brasília, desde o ano passado assumi ainda a missão de ser Secretária de Gestão da Informação e Inovação do MEC, do Ministério da Educação. Deixei minha família e vim nesse projeto que eu acredito, hoje chefiado pelo nosso Ministro Camilo Santana.

Fico grata de ter estado junto à construção de programas tão importantes para a vida das nossas crianças e jovens como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Escola em Tempo Integral, o Escolas Conectadas e, recentemente, o programa Pé-de-Meia, que é aqui a Casa também aprovou todos os projetos e a gente agradece aqui a todos.

Minha trajetória é a marca de que todo esse meu caminho de afetos vem pavimentado, com muita força, por um projeto político sólido que me orgulha e que, ao longo dos últimos 15 anos, tem sido a missão da minha vida. Meu trabalho, lado a lado com o nosso Senador e Ministro Camilo Santana, é fonte inesgotável de aprendizado. Em seu percurso como secretário, Deputado Estadual, como Governador do nosso estado por dois mandatos, de onde saiu eleito como o Senador mais bem votado do Brasil, para assumir também o Ministério da Educação, do nosso querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva... A ele venho expressar notória e enorme admiração e gratidão. Sua disposição ao diálogo, sua trajetória de mérito e coragem me são fontes de inspiração e disposição para lutar pelos que mais precisam. E, na pessoa dele, quero estender a minha gratidão pública a todos aqueles que, cada um a seu tempo e a seu modo, vêm construindo o alicerce desse projeto no Ceará e no Brasil, começando pelas mulheres fortes que, com o senhor, sempre tiveram espaço, como a Senadora Augusta Brito, a quem agradeço pelo seu trabalho, pela sua luta também, uma mulher que vem do interior do Ceará, sempre lutando pelo melhor da população.

E também queria aqui fazer uma homenagem a nossa... Detalhe, o Ministro tem duas mulheres suplentes do PT, a gente fica com muito orgulho.

Eu queria aqui também fazer um destaque a uma mulher que também admiro muito, que é a nossa Onélia Santana. Trabalhamos oito anos lá no governo do Ceará e sempre foi protagonista nas políticas públicas do estado, em especial na política da primeira infância. Digo isso porque o nosso Ministro sempre valoriza o papel da mulher. No MEC nós temos aqui diversos gestores, presidentes de instituições que são mulheres. Então, muito obrigada.

Querida aqui agradecer ao nosso Governador Elmano de Freitas, um homem de luta e de grande sensibilidade, preocupado em melhorar a vida dos cearenses. Muito obrigada, Governador. Continue com o seu trabalho lindo e maravilhoso.

Querida aqui também agradecer, que não está presente, ao Senador Cid Gomes, outra referência de homem público.

A vocês e a todos aqueles que nos ouvem neste momento aqui no Plenário, na tribuna, remotamente no Ceará, aos vários amigos Deputados Federais que aqui estão, Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos e Prefeitas, amigos, reitero meu recado claro: vocês têm aqui uma filha do Ceará, que traz no coração o desejo de mudar a realidade do povo cearense e que irá dedicar cada minuto deste mandato, deste trabalho no Senado a esse projeto consistente para o Ceará e para o Brasil. E também ao projeto do nosso querido Presidente Lula, lutando pelas políticas estruturantes deste Governo, do nosso Ministro Camilo e dos demais ministérios.

O Brasil voltou, e eu seguirei aqui a mais fiel defensora desse projeto de país que prioriza melhores condições de vida para o nosso povo tão sofrido.

E por falar em compromisso, não posso deixar de lembrar que hoje, dia 2 de abril, é o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Quero, como Parlamentar, dar continuidade ao fortalecimento da educação inclusiva que o Presidente Lula, com o Ministro Camilo, no final do ano, anunciou. Espero, inclusive,



contar com a contribuição republicana daqueles que pensam diferente de nós, porque a democracia se constrói também com as divergências. E divergir, no campo das ideias, com respeito ao outro, ajuda no desenvolvimento da nossa nação.

Que todos nós trabalhemos conjuntamente para desenvolver nosso potencial e melhorar a vida da nossa gente, com mais recursos para quem está na ponta, para quem está nas cidades, ajudando a melhorar a qualidade dos serviços das áreas essenciais, como educação, saúde e segurança.

Recentemente uma amiga que está aqui me disse que quando a mulher que não nasceu em berço esplêndido se move, todas nós nos movemos com ela. E é com essa responsabilidade que chego hoje a esta Casa, Presidente, e me integro como uma das 81 Senadoras e Senadores do Brasil, acompanhada pelos meus, pela minha trajetória pessoal e política, por milhares de mulheres e homens simples, trabalhadores, humildes e fortes, que resistem e sonham com um mundo mais justo e melhor para viver.

Que esse meu desafio seja propulsor de esperança e de conquista. Eu peço a Deus sabedoria nessa missão. Que ele guie meus passos, que são os passos também de muitos.

Quero aqui finalizar com um abraço muito especial para minha terra amada, Crateús. E com uma homenagem a meu pai. Ontem, 1º de abril, fez dez anos que ele nos deixou.

Zé Moraes, onde você estiver, eu sei que o senhor estará orgulhoso desta sua filha, que o senhor tanto amou e inspirou; a filha teimosa, que o senhor sempre encorajou a não desistir, a ser resiliente e a ir além. Onde estiver, um abraço, Zé Moraes. Seu nome segue conosco, e em sua memória, seguirei honrando o meu caminho, com trabalho e dignidade, cada dia da minha vida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, um aparte. (*Pausa.*)

Presidente, um aparte. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Eu gostaria de, uma vez mais, saudar a Senadora Janaína Farias, desejar muito boa sorte no seu mandato parlamentar, representando o Estado do Ceará, cumprimentá-la pelo seu belo pronunciamento de reconhecimento a inúmeras figuras públicas, mas também de um reconhecimento muito profundo e sincero aos seus familiares, inclusive emocionando a D. Helena, que ali está, mãe da nossa Senadora.

Que seja muito bem-vinda aqui ao Senado Federal, naturalmente com muito orgulho da filha, que assume hoje um mandato tão honroso de Senadora da República, no alto dos 200 anos de história do Senado Federal, que nós celebramos no dia 25 de março último. E V. Exa. assume o Senado nesta quadra histórica muito importante na defesa da democracia, do progresso do Brasil, e, certamente, contribuirá para as muitas pautas que temos ainda como desafios aqui no Senado Federal. Então, uma voz feminina, uma voz do Nordeste, uma voz qualificada para poder defender os interesses do Brasil. Seja muito bem-vinda, Senadora!

E, quero dizer também que vamos sentir muito falta da Senadora Augusta Brito, que ali está, que também honrou, no tempo em que aqui esteve, o seu mandato parlamentar, o Ceará muito bem representado aqui no Parlamento.

Eu concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru, pela ordem.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente histórico deste Congresso Nacional e meu amigo pessoal, Rodrigo Pacheco, eu gostaria de, inicialmente, também como filho de merendeira de grupo escolar e costureira, dona Zezé Kajuru, dizer que, nesses cinco anos de mandato, foi o mais emocionante pronunciamento que ouvi de uma suplente.

Eu estive, recentemente, em Fortaleza, capital cearense – que eu tanto amo, e lá tenho amigos



pessoais, como Raimundo Fagner e tantos outros, através da música –, e pude ver e saber do seu currículo, Janaína Farias, Senadora, que é bem-vinda neste momento aqui.

Eu terei orgulho de ser seu companheiro, e você me emocionou quando falou do autismo, exatamente hoje, 2 de abril, que é o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Sabendo hoje, você, Janaína, como apaixonada por causas sociais que você é, além de sua envergadura moral, até porque, para ser suplente – assim como tem a mesma envergadura a minha amiga pessoal, que virou irmã, Augusta Brito... Para ser suplente de Camilo Santana tem que ter muita honradez, porque esse homem fez história como o maior Governador do Ceará e, para mim, já é o maior Ministro da Educação da história deste país, Camilo Santana.

Ele, que tem como eterna primeira-dama a Onélia, hoje minha amiga, apaixonada por causas sociais. O amor dela aos próximos mais carentes... Ela, que também tem paixão pela causa do autismo. Eu já a convido aqui, publicamente – convido também o Presidente Rodrigo Pacheco, os demais Senadores. Em junho, nós vamos a Atlanta, nos Estados Unidos, para conhecermos o maior centro de autismo do mundo.

Hoje, lamentavelmente, a Organização Mundial da Saúde, tem uma informação triste. A partir de agora, a cada 36 crianças nascidas, uma será autista; antes era, a cada cem, uma. Vejam a situação preocupante com essa causa linda, que não é doença, embora tenha gente ignorante que pense que é doença. Então, que você também se junte a nós.

A nossa querida Onélia, primeira-dama, foi a Goiânia conhecer o meu instituto, que foi o primeiro do Brasil, criado. E, hoje, já tenho quatro, de que o Presidente Lula, sensível, me deu emendas para bancar todo o custeio, de quatro centros. Teremos dez no Estado de Goiás. O Ceará também é exemplo em relação ao autismo.

Portanto, seja bem-vinda, Senadora Janaína Farias.

E eu, como sou da música, sou compositor, eu quero terminar lhe oferecendo um poema da demonstração de como você é bem-vinda a esta Casa:

Se teu sonho for maior que ti  
Alonga tuas asas  
Esgarça os teus medos  
Amplia o teu mundo  
Dimensiona o infinito  
E parte em busca da estrela...  
Voa alto!  
Voa longe!  
Voa livre!

Voa, Janaína Farias! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Agradeço ao Senador Jorge Kajuru e, também pela Presidência, registro a alegria de receber entre nós o ex-Senador Valmir Campelo. Seja muito bem-vindo à sua Casa, Senador Valmir Campelo. Igualmente os nossos colegas Senadores Julio Ventura e Chiquinho Feitosa, que compartilharam momentos conosco no exercício de seus respectivos mandatos. Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal.

Eu gostaria de registrar ao Plenário a decisão tomada pela Presidência do Congresso Nacional, na data de ontem, 1º de abril, acerca da Medida Provisória nº 1.202, que trata da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores e dos municípios, bem como do programa de assistência aos eventos (Perse) e das compensações tributárias. São quatro temas tratados na medida provisória.

Ontem, a Presidência decidiu por não prorrogar a parte relativa à desoneração da folha de pagamento,



justamente por compreender que uma vez decidido pelo Congresso Nacional o tema, através da promulgação de uma lei, no dia 27 de dezembro, não havia a possibilidade jurídica e política de a medida provisória, dois dias após, reverter a decisão tomada pelo Congresso Nacional a título de projeto de lei.

Naturalmente que o Congresso Nacional está aberto à discussão ou à rediscussão de um modelo relativo à desoneração da folha de pagamentos no Brasil, mas, desde sempre, ficou muito claro e acentuado, inclusive da cadeira da Presidência do Senado, que esse caminho não seria por medida provisória e sim, eventualmente, por projeto de lei. Sob pena, Senador Jorge Kajuru, de termos a perplexidade de uma insegurança jurídica tremenda, pelo fato de que a medida provisória, vindo com a noventena para vigorar aquilo que se pretendia com a MP 1.202, nós teríamos a realidade de, nos três primeiros meses do ano, vigorar uma alíquota de 8%; nos meses de abril e maio, enquanto vigorasse a medida provisória, alíquota de 20%; depois da caducidade da medida provisória, retornar, com efeito repristinatório, à lei de dezembro do ano passado, voltando à alíquota de 8%, até que um novo modelo fosse discutido.

Então, a razão de ser foi buscar estabilidade, segurança jurídica. E, repito, estamos absolutamente abertos à discussão com o Governo Federal relativamente a esse tema da desoneração, a partir do debate no âmbito de um projeto de lei. Essa decisão foi tomada na data de ontem, pela Presidência do Congresso Nacional, no uso devido de suas atribuições constitucionais de prorrogar ou não a medida provisória.

Eu anuncio o primeiro item a ser apreciado pela nossa Senadora Janaína Farias.

É o item 1.

Projeto de Lei 169, de 2020 (nº 5.011, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Lúcio Vale, que altera o Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos estudos prévios de impacto de vizinhança.

Parecer favorável nº 2, de 2024, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Zequinha Marinho.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 3.144, de 2021, do Deputado Marcos Pereira, que institui a região turística Vale do Panema como Área Especial de Interesse Turístico, nos termos que especifica.

Parecer favorável nº 16, de 2023, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator:



Senador Mecias de Jesus.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o item 3 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 929, de 2021, de iniciativa da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Parecer favorável nº 4, de 2024, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Humberto Costa, Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão.

Passamos à discussão na matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência a submeterá à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Requerimentos nºs 177, 178, 179, 180, 181, 182 e 186, de 2024, dos Senadores Alessandro Vieira, Humberto Costa, Mara Gabrilli, Hamilton Mourão, Fabiano Contarato, Weverton e Sérgio Petecão, que solicitam, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participarem de missões oficiais, nos termos das autorizações da Presidência do Senado Federal. (**Vide Item 3.1.2 do Sumário**)

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimentos aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário. (*Pausa.*)

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Com a palavra, Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. em relação à tomada de decisão quanto à medida provisória.

A explicação, a justificativa é aquela que o Congresso Nacional esperava, tendo tomado a decisão, votado a matéria no Congresso e, no dia seguinte, já termos a medida provisória. Então, resguardar o papel do Congresso Nacional nessas decisões. Nesse sentido, a tomada de decisão de V. Exa. foi muito



importante.

Quero parabenizar também o Ministro da Educação, que está aqui presente com sua esposa. Novamente quero parabenizá-lo, já o tinha feito lá fora, porque é um Senador da República exercendo o cargo de Ministro da Educação. E quero dizer que V. Exa. tem um perfil, já tenho dito isso várias vezes, muito bom para a área da educação, de escutar, dialogar, fazer as ponderações, de ser paciente. E realmente esta tem sido uma marca desse Ministério e de V. Exa.

Então, quero cumprimentá-lo, dizer que o Ceará teve a honra de tê-lo como Governador por oito anos. E é esse o espírito que deve vigorar na educação, de conversar, de dialogar com todas as pessoas.

Mas quero cumprimentar também a primeira suplente Augusta Brito, que trabalhou tão eficientemente no Senado Federal nesse período como primeira suplente em todas as Comissões, em todos os relatórios, se desdobrando e se empenhando.

Quero dizer que foi um trabalho extraordinário dentro do Senado Federal e quero dar as boas-vindas também à nova Senadora Janaína Farias para que ela também, como já foi ressaltado, possa, nesse sentido, trabalhar bastante e ter o apoio de todos nós do Plenário para que o trabalho seja muito a favor, como ela colocou, do Ceará, das regiões e do Brasil.

Então, parabéns para todos!

Só quero destacar, Sr. Presidente, que hoje é o Dia Mundial de Conscientização do Autismo e tivemos uma sessão especial no dia de ontem com a ampla participação de pessoas com autismo, de famílias, de profissionais e de associações sobre o tema, e foram feitos três encaminhamentos.

Um dos quais eu até gostaria de abordar, já que o Ministro da Educação está aqui presente. Eu já falei com o próprio Ministro, mas quero fazer um apelo. O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer nº 50, sobre autismo. É um parecer orientativo, isso é importante que se diga, apontando caminhos a serem tomados no Brasil com a sua diversidade imensa, na Amazônia, no Pará, em São Paulo, no Paraná e em Goiás – que nem o nosso Líder Kajuru falou – para que haja possibilidades, para que as pessoas pensem sobre alternativas.

É um parecer de 80 páginas, detalhado, fruto do esforço das famílias, das pessoas com autismo e de especialistas na área. O Conselho Nacional de Educação se debruçou sobre esse tema por diversos meses...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... concluindo com a elaboração desse documento.

Então, o apelo que foi feito ontem na sessão especial, inclusive de mandar um documento para o Ministério da Educação, é no sentido de apontar a necessidade de homologação desse documento orientativo, não impositivo. Isso é importante, com a participação...

Inclusive quero elogiar o Conselho Nacional de Educação por ter se debruçado sobre o tema, como se debruçou sobre superdotação, altas habilidades e agora está discutindo a deficiência auditiva e a deficiência intelectual.

Então, Sr. Ministro, é o apelo que a gente faz. A gente sabe que há sempre ponderações a serem feitas, mas confiamos em V. Exa., porque nas famílias, como o Kajuru colocou agora há pouco, há uma criança em cada 36. E é incrível como o pessoal está organizado, atuante e vibrando com essa possibilidade.

A segunda observação é a criação de um observatório, a exemplo do que existe em relação à violência contra a mulher, um observatório no Senado para ver como que a lei está sendo aplicada no Brasil.

Aprovamos – não é, Kajuru e Augusta Brito? – tantas leis aqui relacionadas ao autismo, mas que não vêm sendo cumpridas. Então, a gente tem que tomar uma posição em relação ao cumprimento da



legislação.

Então, nesse sentido, foi uma audiência muito boa.

Aproveito a oportunidade para transmitir esse pleito, esse encaminhamento.

Vamos em frente: Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, a demanda do Parecer 50 e também o cumprimento. Quer dizer, a gente aprova a lei, temos que fazer com que a lei aprovada, de alguma forma, seja cumprida em nosso país em todas as áreas, hoje falando do autismo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns sempre pela condução do trabalho!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Com a palavra, a Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Senadores e Senadoras, já começando a dar as boas-vindas à nossa colega Janaína Farias. Janaína, seja bem-vinda para fazer o time de mulheres aqui! Eu estava dizendo a Camilo que ainda bem que foi uma mulher, porque a gente aqui tem os avanços, mas a gente tem que lutar por cada centímetro e não deixar ninguém tomar o nosso espaço.

Está saindo aqui a nossa amiga Augusta, que fez um bom trabalho. Digo o seguinte: podem contar com todas nós. Além do PT, como o Jaques Wagner falou, a gente também está aqui para orientar, para dar as mãos e fazer essa defesa da mulher na política.

Sr. Presidente, também eu queria falar aqui sobre o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Eu fico pensando e lembrando que o autismo, até ser reconhecido, quantas crianças e adolescentes devem ter pedido socorro para os pais e para o Estado brasileiro: “Olhem para mim; eu apenas sou diferente”, porque as pessoas, com algum tipo de deficiência neste país, levaram anos para conseguir, Kajuru, que as pessoas olhassem e vissem que elas são capazes.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – É verdade.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Digo o seguinte: parabéns, Kajuru! Parabéns ao Presidente Lula por estimular esses centros de apoio a essas crianças e jovens.

A gente sabe que o autismo tem seus graus. Tem gente que tem uma vida praticamente que não precisa dessa inclusão, mas a gente tem que ter um olhar para a independência, não é só incluir. E eu digo sempre: um país que não consegue incluir as suas pessoas que têm algum grau de deficiência não tenha dúvida de que é esse país que é deficiente.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Com a palavra, Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Com a palavra, Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa ordinária semipresencial para amanhã, quarta-feira, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO

## Senado Federal 57ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**32ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**  
Presenças no período: 02/04/2024 07:00:00 até 02/04/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
UNIÃO	AC	Alan Rick	X
MDB	SE	Alessandro Vieira	X
PSB	MA	Ana Paula Lobato	X
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	X
PT	PA	Beto Faro	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X
Podemos	MG	Carlos Viana	X
PSB	RR	Chico Rodrigues	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
Republica	MG	Cleitinho	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
Republica	DF	Damares Alves	X
PSD	PB	Daniella Ribeiro	X
PP	RR	Dr. Hiran	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	PE	Fernando Dueire	X
MDB	AL	Fernando Farias	X
PSB	PR	Flávio Arns	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X
Republica	RS	Hamilton Mourão	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSD	TO	Irajá	X
MDB	SC	Ivete da Silveira	X
PL	DF	Izalci Lucas	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X
PT	CE	Janaína Farias	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
UNIÃO	MT	Jayme Campos	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorge Seif	X
PSD	PI	Jussara Lima	X
PP	SE	Laércio Oliveira	X
PDT	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PP	RS	Luis Carlos Heinze	X
PL	ES	Magno Malta	X
PSD	SP	Mara Gabrilli	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X
PL	RO	Marcos Rogério	X
PSD	MT	Margareth Buzetti	X

Emissão 02/04/2024 20:02:31





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO

## Senado Federal 57ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**32ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**  
Presenças no período: 02/04/2024 07:00:00 até 02/04/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X
-	AP	Randolfe Rodrigues	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RN	Rogério Marinho	X
PL	RJ	Romário	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
Podemos	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X
PT	PE	Teresa Leitão	X
PP	MS	Tereza Cristina	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X
PDT	MA	Weverton	X
PL	GO	Wilder Moraes	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X

***Compareceram 71 senadores.***



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 32<sup>a</sup> SESSÃO

EXPEDIENTE

**Comunicação**



DOC 1A



SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

## COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

### DECLARAÇÃO

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Ceará, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nome do Parlamentar: Janaína Farias.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2024.

Para mais informações, ligar para a Secretaria-Geral da Mesa: (61) 3303-5740 e 3303-4568.





República Federativa do Brasil  
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 2 de outubro de 2022, expede o diploma de 2º Suplente de Senador a JANAINA CARLA FARIAS, eleita pela COLIGAÇÃO CEARA CADA VEZ MAIS FORTE (Federação Brasil da Esperança - FE BRASIL (PT/PC do B/PV) / 15-MDB / 28-PRTB / Federação PSOL REDE (PSOL/REDE) / 77-SOLIDARIEDADE / 11-PP), juntamente com o candidato eleito a Senador CAMILO SOBREIRA DE SANTANA, com 3.389.513 votos preferenciais, do total de 4.856.028 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

FORTALEZA, 16 de dezembro de 2022.

Desembargador INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO  
Presidente do TRE/CE



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará  
Extrato da Ata Geral das Eleições

Às 9 horas do dia 11 de outubro de 2022, na Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, presentes os Exmos. Srs. Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, Vice-Presidente; DAVID SOMBRA PEIXOTO, Jurista; KAMILE MOREIRA CASTRO, Jurista; GEORGE MARMELESTEIN LIMA, Juiz Federal; RAIMUNDO DEUSDETH RODRIGUES JUNIOR, Juiz de Direito; ROBERTO SOARES BULCAO COUTINHO, Juiz de Direito; e o Dr. SAMUEL MIRANDA ARRUDA, Procurador Regional Eleitoral, foi proclamada eleita 2º Suplente de Senador, pela COLIGAÇÃO CEARA CADA VEZ MAIS FORTE, no pleito de 2 de outubro de 2022, a Senhora JANAINA CARLA FARIAS, sendo 6.812.993 o número de eleitores aptos a votar, 5.623.450 o total de votos apurados, 313.270 votos em branco, 454.152 votos nulos e 1.189.543 abstenções.

FORTALEZA, 16 de dezembro de 2022.

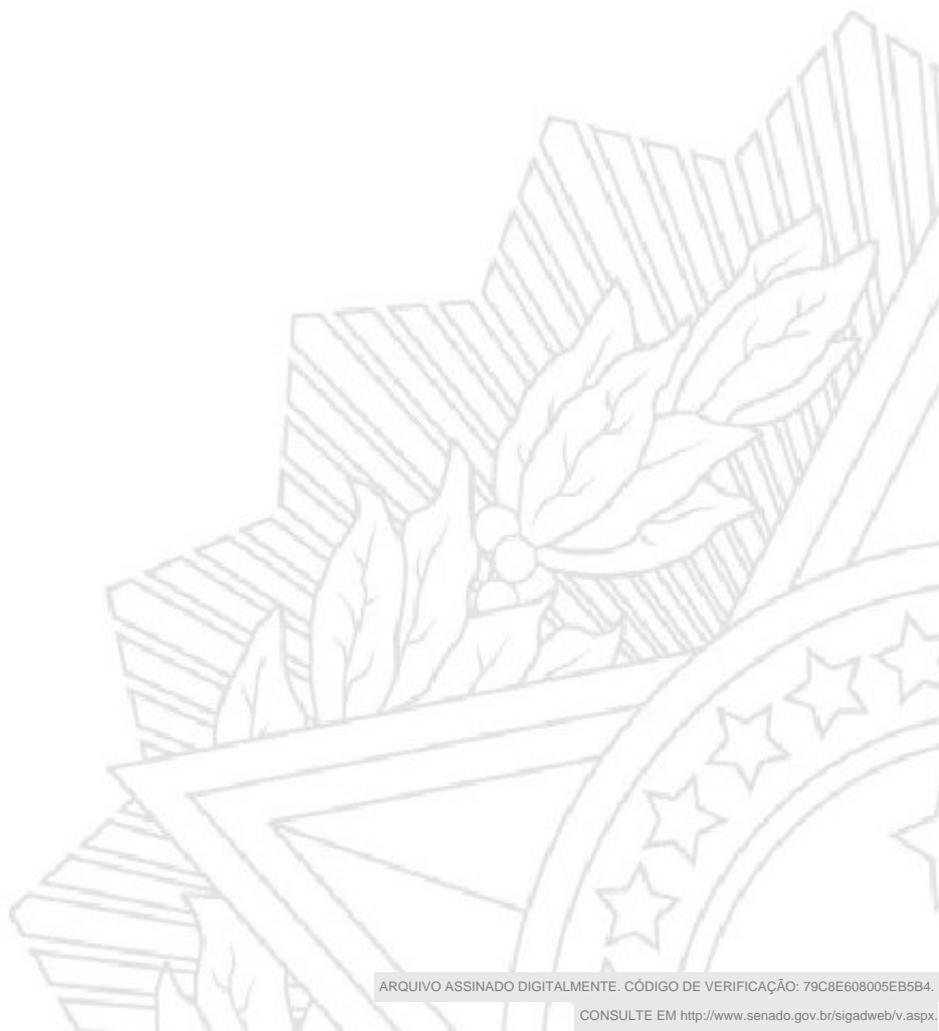
Desembargador INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO  
Presidente do TRE/CE

001484

Código de autenticidade: c2f4955f6baae730d7265289967b246.  
Para validar o diploma, favor acessar o site <http://apps.tre-ce.jus.br/diplomas-net/validar.html>.  
Emitido em 13 de dezembro de 2022, às 12:28:41.



# Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 177, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da 10ª edição da Brazil Conference at Harvard & MIT, em Massachusetts, Estados Unidos.

**AUTORIA:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 177/2024 - CDIR [1 de 3]



**REQUERIMENTO Nº DE**

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Massachusetts, Estados Unidos, de 05/04/2024 a 07/04/2024, a fim de participar, como palestrante, na 10ª edição da Brazil Conference at Harvard & MIT.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 05/04/2024 a 07/04/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 28 de março de 2024.

**Senador Alessandro Vieira**  
(MDB - SE)

Avulso do REQ 177/2024 - CDIR [2 de 3]





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24565.84134-45 (LexEdit)

Ofício nº 0206.2024-PRESID

Brasília, 28 de março de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Alessandro Vieira**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.042999/2024-11.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens, diárias e seguro viagem, na *Brazil Conference at Harvard & MIT*, a ser realizada na cidade de Massachusetts, nos EUA, no período de **5 a 7 de abril de 2024**, nos termos dos Ofícios nºs 066 e 082/2024/GSAVIEIR e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 178, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da XCII Sessão Plenária do Parlamento Mercosul, em Montevideú, Uruguai.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 178/2024 - CDIR [1 de 3]



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevideu, Uruguai, em 29/04/2024, a fim de tomar parte das reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País em 29/04/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2024.

**Senador Humberto Costa**





SENADO FEDERAL  
Presidência

Ofício nº 0231.2024-PRESID

Brasília, 28 de março de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Nelsinho Trad**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00200.006068/2024-21.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossas Excelências, os senadores **Alan Rick, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Efraim Filho, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Irajá, Leila Barros, Lucas Barreto, Luis Carlos Heinze, Marcos Rogério, Nelsinho Trad, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Tereza Cristina, Veneziano Vital do Rego**, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, na *XCII Sessão Plenária do Parlamento Mercosul*, a ser realizada na cidade de Montevidéu, no Uruguai, no período de **29 de abril de 2024**, nos termos do Ofício nº P/009/2024 e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 179, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da 32ª Sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas e do Fórum da Juventude do Conselho Econômico e Social da ONU, em New York, Estados Unidos.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 179/2024 - CDIR [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Nova York (Estados Unidos), de 15/04/2024 a 20/04/2024, a fim de participar da 32ª Sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas e do Fórum da Juventude do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), conforme documento "Of. 207. Presid. Autorização Missão 15 a 20.04. NY. Senadora" em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 13/04/2024 a 21/04/2024, para desempenho desta missão.

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da missão é o de participar como membro do Senado Federal, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e de titular da Comissão de Direitos Humanos (CDH), das diversas sessões plenárias e discussões interativas que ocorrerão na 32ª Sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas e no Fórum da Juventude do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC). Tais debates guardam relação direta com os propósitos de promoção de inclusão social que têm norteado minha atuação

Avulso do REQ 179/2024 - CDIR [2 de 5]



parlamentar e que abrirão oportunidades para a realização de contatos e gestões em favor de pautas que venho trabalhando em meu mandato.

A convite do Itamaraty, meu intuito é acompanhar a rica troca de pontos de vista e ideias sobre soluções inovadoras para questões de relevância para os jovens na implementação da Agenda 2030, bem como as discussões sobre desenvolvimento econômico e social, cultura, educação, saúde e direitos humanos dos povos indígenas.

Ao longo da semana de 15 a 20 de abril de 2024, em Nova York, está prevista a realização de debates gerais sobre a participação dos jovens em temas como a construção de sociedades pacíficas e inclusivas, segurança alimentar, cidades sustentáveis, mudanças climáticas, futuro do trabalho e inteligência artificial, entre outros assuntos temáticos.

Na referida semana, também haverá discussões sobre o direito dos Povos Indígenas à autodeterminação no contexto da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, com ênfase às vozes da juventude indígena.

Por fim, esta missão em Nova York constituirá oportunidade profícua para projetar minhas credenciais como candidata do país ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) nas eleições que se realizarão ainda neste primeiro semestre de 2024. Recordo aos nobres colegas que tive a honra de ter sido a primeira brasileira perita independente na temática inclusiva, eleita pela Assembleia Geral da ONU para mandato no CDPD, situado em Genebra, de janeiro de 2019 a dezembro de 2022.

Diante do exposto, seria uma honra, como representante do Senado Federal, dedicar os meus melhores esforços para fortalecer a imagem e a inserção internacionais do Poder Legislativo brasileiro nos foros internacionais de mais



elevado nível, notadamente no campo dos direitos humanos e dos direitos das pessoas com deficiência.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2024.

**Senadora Mara Gabrilli**  
**(PSD - SP)**

SF/24674.50311-76 (LexEdit)

Avulso do REQ 179/2024 - CDIR [4 de 5]





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24674.50311-76 (LexEdit)

Ofício nº 0207.2024-PRESID

Brasília, 28 de março de 2024.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora **Mara Gabrilli**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.043086/2024-12.**

Senhora Senadora,

Cumprimentando-a cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, no Fórum Permanente sobre Questões Indígenas e no Fórum da Juventude do ECOSOC, a serem realizados na cidade de Nova York, nos EUA, no período de **15 a 20 de abril de 2024**, nos termos do Ofício nº 277/2024 - GSMGABRI e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 180, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do Nabshow, em Las Vegas, Estados Unidos.

**AUTORIA:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 180/2024 - CDIR [1 de 3]





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, Las Vegas, EUA, de 13/04/2024 a 17/04/2024, a fim de integrar à comitiva da Radiodifusão que participará do evento NABSHOW 2024, com ônus para o Senado Federal em Las Vegas, Estados Unidos da América, de 13/04/2024 a 17/04/2024, conforme Ofício nº 0221.2024-PRESID em anexo. , conforme Ofício em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 12/04/2024 a 18/04/2024, para desempenho desta missão.

**JUSTIFICAÇÃO**

Justifico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 13/04/2024 a 17/04/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2024.

**Senador Hamilton Mourão**  
**(REPUBLICANOS - RS)**  
**Senador**

Avulso do REQ 180/2024 - CDIR [2 de 3]





SENADO FEDERAL  
Presidência

Ofício nº 0221.2024-PRESID

Brasília, 28 de março de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Hamilton Mourão**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.046180/2024-23.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com diárias, no evento NABSHOW, a ser realizado na cidade de Las Vegas, nos Estados Unidos da América, no período de **13 a 17 de abril de 2024**, nos termos do Ofício nº 145/2024-GSHMOURAO e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 181, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da Segunda edição parlamentar anual do Global Innovations in Democracy em Washington, Estados Unidos.

**AUTORIA:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 181/2024 - CDIR [1 de 9]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Washington, DC, nos EUA, de 15/04/2024 a 17/04/2024, a fim de participar da Segunda edição parlamentar anual do Global Innovations in Democracy, conforme Ofício\_Presidência\_Missão\_Washington em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 13/04/2024 a 19/04/2024, para desempenho desta missão.

### JUSTIFICAÇÃO

A missão tem como objetivo a participação no intercâmbio GID, deste ano, que reunirá legisladores nacionais de quase uma dúzia de delegações, representando Argentina, Brasil, Chile, Alemanha, Quênia, Malawi, Nigéria, Reino Unido, União Europeia, os Estados Unidos e outros.

O evento constitui-se num fórum global para os legisladores explorarem novas tendências, ferramentas e inovações, coletarem contribuições e conquistarem apoio a políticas públicas.

Avulso do REQ 181/2024 - CDIR [2 de 9]



Entre as várias atividades, destaca-se a visita ao Capitólio dos EUA para um intercâmbio parlamentar mais formal com membros do Congresso dos EUA.

Sem dúvida, esse evento é fundamental no sentido de fortalecer ainda mais a democracia

Sala das Sessões, de de .

**Senador Fabiano Contarato**  
(PT - ES)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

OFÍCIO Nº 055/2024 GSFCONTA

Brasília, 25 de março de 2024.

A Sua Excelência o Senhor Senador

**RODRIGO PACHECO**

Presidente do Senado Federal

Senado Federal

Brasília/DF

**Assunto: Missão Oficial**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1 Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar, como Senador da República, membro da Comissão de Defesa da Democracia, autorização para representar o Senado Federal, com ônus para esta Casa, na segunda edição anual do Global Inovações na Democracia, intercâmbio parlamentar, no período de 15 a 17 de abril de 2024, em Washington, DC, nos Estados Unidos.

2 Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 15/04/2024 a 17/04/2024, para desempenho desta missão.

3 Dessa forma, solicito passagens e diárias correspondentes ao período de afastamento.

4 Na oportunidade, renovo a V. Exa. meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

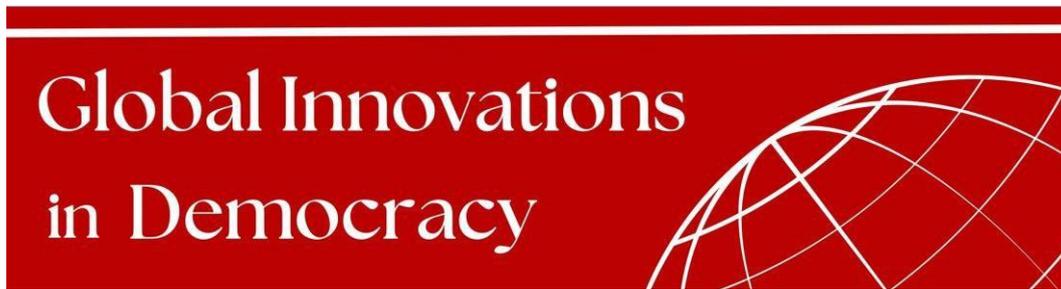
  
**Fabiano Contarato**  
Senador da República



Avulso do REQ 181/2024 - CDIR [4 de 9]

Telefone: +55 (61) 3303-9049 | E-mail: sen.fabianocontarato@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 63B05973005E4A6C.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



### *Workshop and Parliamentary Exchange*

Dear Mr. Contarato:

We would like to invite you to the second annual Global Innovations in Democracy parliamentary exchange on April 15-17, 2024, in Washington, DC. The Global Innovations in Democracy: Parliamentary Exchange (GID) led by the Institute for Democratic Engagement and Accountability (IDEA) at The Ohio State University, and the Center for Democracy Innovation (now part of the National Civic League), was established in 2022 to provide a global forum for legislators to discuss the most innovative methods and tools for gathering input, overcoming divisions, building trust, and gaining public support for public policy. In a time of rising threats to democracy, this kind of learning exchange is increasingly critical.

This year's GID exchange will bring together national legislators from nearly a dozen delegations, representing Argentina, Brazil, Chile, Germany, Kenya, Malawi, Nigeria, the United Kingdom, the European Union, the United States and others, to learn from one another and jointly explore new trends, tools, and innovations in this work. After one day of workshops and panels to be held at the Center for Congressional and Presidential Studies at American University, we will then move to the U.S. Capitol for a more formal parliamentary exchange with U.S. Members of Congress.

We request that country delegations be limited to 3-5 members each, comprised mainly of national parliamentarians. We regret that we cannot offer funding to cover travel and lodging expenses, but we will be making arrangements to reserve a block of rooms in a conveniently located hotel in DC as well as ground transportation, which we will forward once members of the delegation have RSVPed.

Please let us know if you have any questions. We hope to see you in Washington in the spring!

Matt Leighninger  
Head of Democracy Innovation  
National Civic League

Michael Neblo  
Inst. for Democratic Engagement  
& Accountability (IDEA)  
The Ohio State University



Avulso do REQ 181/2024 - CDIR [5 de 9]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 69B05973005E4A6C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





**-DRAFT AGENDA  
As of January 2024**

Our theory of change: "When legislators and constituents interact in more participatory, deliberative, and inclusive ways, their policies are smarter, more effective, and more popular, and their democracies are more equitable, trusting, and resilient."

**Monday, Apr. 15, 2024**

*International Delegations Arrive*

6:30pm - 8:00pm *Welcoming Reception*

Welcome: Walter Goetz, Head of European Parliament Liaison Office (*Confirmed*)

*Hosted by the European Parliament Liaison Office*

Location: 2175 K Street NW

**Tuesday, Apr. 16, 2024**

***Workshop Day***

*Discussion among international delegations: legislators, practitioners, and scholars*

*Location: Constitution Hall at American University, 3501 Nebraska Avenue*

**9:00 - 9:45am *Welcome and the View From America***

Presenter: Dr. David Barker, Center for Congressional and Presidential Studies, American University, United States (*Invited*)

**9:45 - 10:45 am *Panel 1: What Does Democracy Innovation Look Like in 2023?***

Panelists:

Chris Shaw, Clerk, House of Commons, United Kingdom (*Confirmed*)

Bonny Ibhawoh, Participedia, Canada (*Confirmed*)

Omezzine Khelifa, Executive Director of Apolitical Academy Global, Apolitical Foundation, Tunisia (*Confirmed*)

Repre... Avulso do REQ 181/2024 - CDIR [6 de 9]





4:00 - 4:30 pm **Linking These Learnings Together**  
Moderator: Dr. Michael Neblo, Institute for Democratic Engagement & Accountability (IDEA), United States (*Confirmed*)

Panelists:  
Jonathan Moskovic, Brussels Parliament (*confirmed*)  
Sarah Yaffe, Mass LBP, Canada (*confirmed*)  
Iain Walker, newDemocracy Foundation, Australia (*invited*)

3:00 - 4:00 pm **Interactive session: Using these Practices Together for Best Impact**  
Moderator: Maya Kornberg, Research Fellow at the Brennan Center for Justice, United States (*Confirmed*)

Panelists:  
Helge Lindh MP (Social Democratic Party), Germany (*Invited*)  
Sec. Graca Fonseca, Secretary of State, Portugal (*Invited*)  
Jeremiah Nyegenye, Clerk of the Senate, Kenya (*Invited*)  
Thamy Pogrebinski, Research Fellow, Center for Civil Society Research WZB, Germany (*Invited*)  
Moderator: Maya Kornberg, Research Fellow at the Brennan Center for Justice, United States (*Confirmed*)

2:00pm - 3:00 pm **Panel 3: Meeting Challenges and Seizing Opportunities**

12:30pm - 2:00 pm **On-Site Lunch and Informal Discussion with Peers**

Moderator: Tiago Peixoto (*invited*)  
*What are the implications of these two panels? What are the greatest threats and opportunities we face?*

12:00pm - 12:30 pm **Plenary Discussion: Making Sense of What We're Hearing**

Panelists:  
Jessica Smith, Director of Operations & Communications, Government Accountability Office, United States (*Invited*)  
Deb Roy, Director, MIT Center for Constructive Communication, Canada (*Confirmed*)  
Peter MacLeod, Principal & Founder of MASS LBP, Canada (*Confirmed*)  
Moderator: Marci Harts, CEO & Co-Founder of Popvox, United States (*Confirmed*)

11:00 am - 12:00 pm **Panel 2: How Is AI Changing the Picture?**

10:45 am - 11:00 am **Break**

Moderator: Matt Leighninger, Director, Center for Democracy Innovation, National Civic League, Canada (*Confirmed*)

SF/24785.37828-99 (LexEdit)

00100.049196/2024-98



Avulso do REQ 181/2024 - CDIR - 17 de 91  
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6980597300EFA8C.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

**6:30- 8:30pm**

Speaker: TBD

**Reception and Dinner**

Location: US Botanical Gardens

100 Maryland Ave SW  
Washington, DC 2001**Wednesday, Apr. 17, 2024****Parliamentary Exchange:** Chatham House Rules Member-to-Member Dialogue, between delegations from US, EU, UK, Chile, Colombia, Brazil, Germany, Malawi, Argentina, Nigeria, Kenya

Location: US Capitol (Capitol Visitors Center)

**9:30am -11:00am: Session 1: Why Do We Need to Innovate and Expand Our Definitions of Constituent Engagement?**

This session will examine the need to modernize how legislators around the world engage with citizens and the benefits of doing so. In conversation with national parliamentarians and Members of Congress, we will try to identify some of the shared challenges and limitations of traditional constituent outreach and participation. Are there global systemic trends that we can learn from?

Discussant: Oumar Doumbouya, Director, External Liaison Offices, European Parliament (*Confirmed*)Moderator: Alisha Todd, Director General, ParlAmericas (*Invited*)**12:00pm - 1:30 pm: On-site Lunch 12:00- 1:30****2:00pm – 3:30pm: Session 2: Who Is Experimenting and Is It Working?**

This session will build upon the first and move from the problem to examples of innovations used in various countries to connect with constituents in new ways. What have elected officials learned and what benefits are they and their institutions gaining from these experiments?

Discussants: Richard Youngs, Senior Fellow for Carnegie Europe, United Kingdom (*Invited*)  
Art O'Leary, CEO, Electoral Commission, Ireland (*Invited*)Moderator: Marjan Ehsassi, Future of Democracy Fellow, Berggruen Institute, United States (*Confirmed*)**Adjourn**

Avulso do REQ 181/2024 - CDIR [8 de 9]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 69B05973005E4A6C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24785.37828-99 (LexEdit)

Ofício nº 0229.2024-PRESID

Brasília, 28 de março de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Fabiano Contarato**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.049196/2024-98.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, no Global Inovações na Democracia, a ser realizado na cidade de Washington, DC, nos EUA, no período de **15 a 17 de abril de 2024**, nos termos do Ofício nº 055/2024 GSFCONTA e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 182, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar do NABSHOW, em Las Vegas, Estados Unidos.

**AUTORIA:** Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 182/2024 - CDIR [1 de 6]





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Las Vegas, nos Estados Unidos da América, de 13/04/2024 a 17/04/2024, a fim de participar do NABSHOW 2024, a ser realizado entre os dias 13 e 17 de abril, e ainda, Congresso e Feira da National Association of Broadcasters (NAB), que acontece nos dias 14 e 16 de abril, conforme os seguintes documentos anexos: Autorização de viagem e Convite.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 12/04/2024 a 18/04/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2024.

**Senador Weverton**  
**(PDT - MA)**





Brasília, 14 de março de 2024

Exmo. Senhor  
**Senador Weverton Rocha**  
Senado Federal  
Brasília/DF

Prezado Senador,

A **Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT)** tem a honra de convidar Vossa Excelência para juntar-se à comitiva da radiodifusão que participará do evento NABSHOW 2024, a realizar-se entre os dias 13 e 17 de abril, em Las Vegas (EUA).

Na oportunidade, temos também o prazer de convidá-lo para o **almoço que a ABERT** oferecerá para os radiodifusores brasileiros e demais autoridades, no dia **16 de abril, às 13h, no Tower Ballroom, no Bellagio Las Vegas Hotel & Casino**.

Realizada anualmente pela National Association of Broadcasters (NAB), entidade que reúne mais de oito mil emissoras de rádio e TV americanas, o NABSHOW 2024 acontece no Centro de Convenções de Las Vegas e é considerado o maior e mais completo evento mundial do setor de multimídia e entretenimento.

Paralelamente à feira, acontecerão diversas conferências sobre temáticas de gerenciamento e engenharia de broadcasting, produção e pós-produção, multimídia e cinema digital, inclusive realizadas por outras instituições e organizações brasileiras.

Esta será uma oportunidade de experimentar, em primeira mão, o que há de mais moderno na indústria da radiodifusão, enriquecendo sobremaneira o encontro dos empresários brasileiros.

Na expectativa de termos sua confirmação ao nosso convite, aguardamos retorno pelo email [presidencia@abert.org.br](mailto:presidencia@abert.org.br) ou pelo telefone (61) 2104.4614 (Michelle).

Atenciosamente,

  
**FLÁVIO LARA RESENDE**  
Presidente da ABERT





## PROGRAMAÇÃO

### 13 a 17 de abril de 2024

NABSHOW 2024 / Las Vegas Convention Center

### 13 de abril

Credenciamento / Las Vegas Convention Center e hotéis parceiros

### 14 de abril

Painéis e programação completa: <https://nabshow.com/2024/>

### 15 de abril

9h30 – Cerimônia de abertura / Main Stage

11h – Visitação à feira e ao estande da ABERT

### 16 de abril

13h – Encontro da Radiodifusão Brasileira / Almoço no Tower Ballroom do Bellagio Hotel & Casino





São Paulo, 14 de março de 2024

Exmo. Sr. Senador Weverton Rocha Marques de Sousa  
Senado Federal, Anexo 2, Ala Tancredo Neves, Gabinete 57  
Brasília – DF

Senhor Senador,

Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) anualmente promove a participação brasileira no Congresso e Feira da NAB em Las Vegas – USA, que neste ano será realizado **de 13 a 17 de abril**.

Como tem acontecido no transcorrer dos anos, a SET também promoverá seu tradicional evento denominado **SET:30**. Este ano, consistirá em ampla cobertura jornalística, na modalidade Digital e com Eventos Presenciais, que serão realizados nas Salas N106 e N107, também no mesmo período, porém de **14 a 16 de abril**.

Importante registrar que o Evento reunirá congressistas de todo mundo, momento este que proporcionará uma excelente oportunidade de interagir com líderes do setor e renomados palestrantes internacionais, que estarão por ocasião da Feira, participando também do Congresso da NAB SHOW - 2024.

Diante do exposto, a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) formaliza o convite ao **Exmo. Senhor Senador**, para participar dos referidos eventos e em especial do **SET:30, de 14 a 16 de abril, às 7h00**, que este ano ocorrerá, conforme mencionado, no formato presencial e digital.

A localização do **SET:30** no NAB SHOW - 2024 será: Las Vegas Convention Center (LVCC), Las Vegas – USA, nas Salas **N106 e N107**.

Na expectativa favorável de contar com a honrosa participação de Vossa Excelência, antecipa os agradecimentos.

**Carlos Fini**  
Presidente da SET





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24565.29146-10 (LexEdit)

Ofício nº 0209.2024-PRESID

Brasília, de de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Weverton**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00100.043440/2024-17.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com diárias e reembolso das passagens aéreas, no Congresso e Feira da *National Association of Broadcasters (NAB)*, a ser realizado na cidade de Las Vegas, nos Estados Unidos da América, entre os dias **14 e 16 de abril de 2024**, nos termos do Ofício nº 066/2024/GSWEVERT e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 184, DE 2024

Requer licença saúde em 01/04/2024

**AUTORIA:** Senadora Augusta Brito (PT/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 184/2024 - CDIR [1 de 3]





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, em 01/04/2024, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2024.

**Senadora Augusta Brito**  
(PT - CE)

SF/24805.73975-60 (LexEdit)





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
SERVIÇO DE JUNTA MÉDICA

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SENADOR (A)

<b>SENADOR (A):</b> <b>AUGUSTA BRITO DE PAULA</b>	<b>PARTIDO</b> <b>PT</b>	<b>ESTADO</b> <b>CE</b>
<input checked="" type="checkbox"/> <b>HOMOLOGADO</b>		
<input type="checkbox"/> <b>NÃO HOMOLOGADO</b>		

TIPO	AFASTAMENTO	SITUAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> <b>TRATAMENTO DE SAÚDE</b>	A PARTIR DE: <b>01/04/2024</b>  <b>01 (UM) DIA</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>CONCESSÃO INICIAL</b>
<input type="checkbox"/> <b>ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA</b>		<input type="checkbox"/> <b>PRORROGAÇÃO</b>
<input type="checkbox"/> <b>REPOUSO À GESTANTE</b>		
<input type="checkbox"/> <b>REASSUNÇÃO</b>		

**HUGO RICARDO VALIM DE CASTRO -CRM/DF 14293**  
Assinado eletronicamente

**BRUNO ANDRADE JESS, CRM-DF 15019**  
Assinado eletronicamente

**CHARLES ANDRÉ CARVALHO, CRM-DF 17363**  
Assinado eletronicamente

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 56, II  
 CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 7º, XVIII  
 REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, art. 43, I  
 DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 19.01.1995, art 4º, § 4º, REVOGADO PELO DECRETO LEGISLATIVO nº 7, de 29.01.1999.  
 ATO DO PRESIDENTE Nº 23/2022 (BASF 8599 - Seção: 1, 08/12/2022)

DECISÃO DA MESA

**APROVADO**       **REJEITADO**

\_\_\_\_\_  
**PRESIDENTE**

_____ <b>1º Vice-Presidente</b>	_____ <b>2º Vice-Presidente</b>
_____ <b>1º Secretário</b>	_____ <b>2º Secretário</b>
_____ <b>3º Secretário</b>	_____ <b>4º Secretário</b>





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 185, DE 2024

Requer licença particular de 120 dias

**AUTORIA:** Senadora Augusta Brito (PT/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 185/2024 - CDIR [1 de 2]





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Augusta Brito

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, de 02/04/2024 a 30/07/2024.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2024.

**Senadora Augusta Brito**  
(PT - CE)

SF/24279.40093-14 (LexEdit)

Avulso do REQ 185/2024 - CDIR [2 de 2]





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 186, DE 2024

Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar de reunião do PARLASUL, em Montevidéu, Uruguai.

**AUTORIA:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 186/2024 - CDIR [1 de 7]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/24699.39280-13 (LexEdit)

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevideú, Uruguai, em 29/04/2024, a fim de participar da XCII Sessão Plenária do Parlamentado Mercosul, conforme Convocatória e Autorização de Viagem em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 28/04/2024 a 30/04/2024, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2024.

**Senador Sérgio Petecão**  
**(PSD - AC)**

Avulso do REQ 186/2024 - CDIR [2 de 7]





CONGRESSO NACIONAL  
PARLAMENTO DO MERCOSUL  
*Representação Brasileira*

OF. P/009/2024

Brasília, 26 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal  
N e s t a

**ASSUNTO: Missão Oficial – XCII Sessão Plenária - Parlasul**

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que as próximas atividades do Parlamento do Mercosul ocorrerão no dia **29 de abril de 2024, segunda-feira, na cidade de Montevideú, Uruguai**, ocasião em que serão realizadas a **XCII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul** conforme convocatória em anexo.

2. Trata-se, Senhor Presidente, da continuidade dos trabalhos do Parlamento, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o art. 17 do seu Protocolo Constitutivo.
3. É forçoso lembrar que o Protocolo Constitutivo do Parlasul (artigo 18) determina que o quórum para abertura dos trabalhos nas reuniões deliberativas das Comissões, bem como da Sessão Plenária, depende da presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros componentes do Parlasul, representantes de cada Estado-Parte. Ressalto também que, conforme o artigo 15 do mesmo instrumento, **as deliberações para que produzam efeito, especialmente aquelas**

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF

Fones: (55) 61 3216-6875 – 3216-6876 e-mail: cpcms.decom@camara.leg.br

Visite nossa página na Internet: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms>

Avulso do REQ 186/2024 - CDIR [3 de 7]

SF/24699.39280-13 (LexEdit)





**CONGRESSO NACIONAL**  
**PARLAMENTO DO MERCOSUL**  
*Representação Brasileira*

dependentes de quórum qualificado em razão da natureza da matéria, devem ser tomadas com a presença de representantes de todos os Estados-Parte.

4. Assim, solicito a Vossa Excelência sejam autorizadas as providências necessárias à participação dos Senadores integrantes da Representação Brasileira, dos dias **28 a 30 de abril de 2024**, justificando eventuais ausências, bem como na liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados pelos gabinetes dos Parlamentares, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador NELSINHO TRAD

Presidente

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF

Fones: (55) 61 3216-6875 – 3216-6876 e-mail: [cpcms.decom@camara.leg.br](mailto:cpcms.decom@camara.leg.br)

Visite nossa página na Internet: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms>

Avulso do REQ 186/2024 - CDIR [4 de 7]





CONGRESSO NACIONAL  
PARLAMENTO DO MERCOSUL  
Representação Brasileira

### DELEGAÇÃO DE SENADORES – ABRIL/2024

SENADOR	PARTIDO
<b>Senador ALAN RICK</b>	<b>UNIÃO/AC</b>
<b>Senador ALESSANDRO VIEIRA</b>	<b>MDB/SE</b>
<b>Senador ANGELO CORONEL</b>	<b>PSD/BA</b>
<b>Senador CARLOS VIANA</b>	<b>PODEMOS/MG</b>
<b>Senador CHICO RODRIGUES</b>	<b>PSB/RR</b>
<b>Senador EDUARDO GIRÃO</b>	<b>NOVO/CE</b>
<b>Senador EFRAIM FILHO</b>	<b>UNIÃO/PB</b>
<b>Senador FABIANO CONTARATO</b>	<b>PT/ES</b>
<b>Senador HUMBERTO COSTA</b>	<b>PT/PE</b>
<b>Senador IRAJÁ</b>	<b>PSD/TO</b>
<b>Senador LEILA BARROS</b>	<b>PDT/DF</b>
<b>Senador LUCAS BARRETO</b>	<b>PSD/AP</b>
<b>Senador LUIS CARLOS HEINZE</b>	<b>PP/RS</b>
<b>Senador MARCOS ROGÉRIO</b>	<b>PL/RO</b>
<b>Senador NELSON TRAD</b>	<b>PSD/MS</b>
<b>Senador RENAN CALHEIROS</b>	<b>MDB/AL</b>
<b>Senador SÉRGIO PETECÃO</b>	<b>PSD/AC</b>
<b>Senadora TEREZA CRISTINA</b>	<b>PP/MS</b>
<b>Senador VENEZIANO VITAL DO REGO</b>	<b>MDB/PB</b>

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 – Ala C - 70160-900 Brasília - DF

Fones: (55) 61 3216-6875 – 3216-6876 e-mail: cpcms.decom@camara.leg.br

Visite nossa página na Internet: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms>

Avulso do REQ 186/2024 - CDIR [5 de 7]





**PARLAMENTO DEL MERCOSUR**

Secretaría Parlamentaria



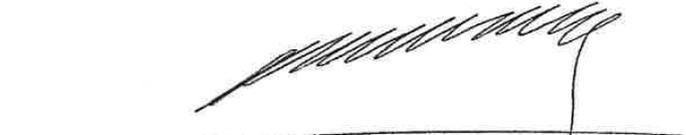
SF/24699.39280-13 (LexEdit)

**XCII SESIÓN ORDINARIA**

**Lunes, 29 de abril de 2024**

**11:00 horas**

Se convoca a los Señores Parlamentarios integrantes del Parlamento del MERCOSUR, para la XCII Sesión Ordinaria a realizarse el día **lunes 29 de abril de 2024 a las 11:00 horas en la Ciudad de Montevideo, Uruguay.**



**Parlamentario Alfredo Olmedo**  
**Presidente**



**Edgar Lugo**  
**Secretario Parlamentario**

Pablo de María 827 - Montevideo Uruguay - Tel: (5982) 410.97

[www.parlamentomercosur.org](http://www.parlamentomercosur.org)

Avulso do REQ 186/2024 - CDIR [6 de 7]





SENADO FEDERAL  
Presidência

SF/24699.39280-13 (LexEdit)

Ofício nº 0231.2024-PRESID

Brasília, 28 de março de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Nelsinho Trad**  
Senado Federal

**Assunto: Autorização de viagem.**  
**Ref.: Documento nº 00200.006068/2024-21.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossas Excelências, os senadores **Alan Rick, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Efraim Filho, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Irajá, Leila Barros, Lucas Barreto, Luis Carlos Heinze, Marcos Rogério, Nelsinho Trad, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Tereza Cristina, Veneziano Vital do Rego**, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, na *XCII Sessão Plenária do Parlamento Mercosul*, a ser realizada na cidade de Montevidéu, no Uruguai, no período de **29 de abril de 2024**, nos termos do Ofício nº P/009/2024 e convite anexos.

Atenciosamente,

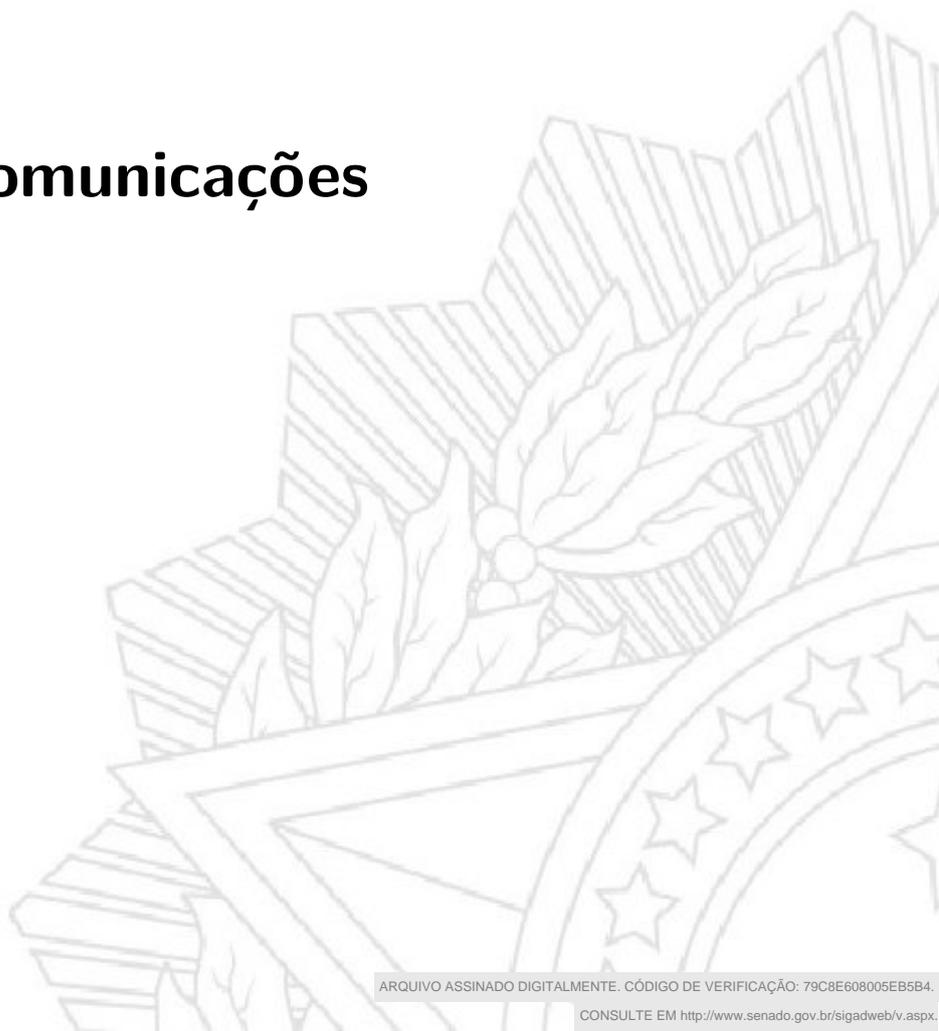
Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

**Comunicações**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/24227.08995-40 (LexEdit)

Ofício nº 05/2024 - GSIZALCI-LEG

**Assunto: Comunicação de filiação partidária.**

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, comunico minha filiação ao Partido Liberal, em 27/03/2024.

Respeitosamente,

**Senador Izalci Lucas**  
**(PSDB - DF)**





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do Partido Liberal

SF/24700.53667-03

Ofício nº 012/2024 - GLPL

Brasília, 02 de abril de 2024

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** indicação de Senador para a vice-liderança do PL.

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar o **Senador Izalci Lucas – PL/DF** para compor a **segunda vice-liderança do Partido Liberal**, a partir desta data.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar votos de elevada consideração e apreço.

Respeitosamente,

Senador **CARLOS PORTINHO**  
Líder do Partido Liberal

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Filinto Müller – Gabinete 06 – 70.165-900 – Brasília/DF  
Telefone: +55 (61) 3303.1218



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8195158130>



# Indicações





# SENADO FEDERAL

## INDICAÇÃO Nº 18, DE 2024

Sugere ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional a criação de um programa de financiamento voltado à construção de armazéns nas propriedades rurais, com a utilização de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste.

**AUTORIA:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 18/2024 [1 de 18]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

**INDICAÇÃO Nº , DE 2024**

Sugere ao Senhor Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional a criação de um programa de financiamento voltado à construção de armazéns nas propriedades rurais, com a utilização de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a criação de um programa de financiamento voltado à construção de armazéns nas propriedades rurais, com a utilização de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte (FNO), Centro-Oeste (FCO) e Nordeste (FND) e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE).

**JUSTIFICAÇÃO**

A armazenagem de grãos no País, em especial nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, vem demonstrando capacidade estática insuficiente para atender à demanda atual da produção de grãos. Ainda, tendo em vista a taxa de crescimento anual, ano após ano, ocorre o agravamento desta situação, sendo que, em algumas regiões brasileiras, o déficit em relação à capacidade estática chega a quase 71%.



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [2 de 18]



## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Vale ainda lembrar que as unidades armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estão distribuídas em 24 Estados da Federação e no Distrito Federal e que a capacidade estática total da empresa é de pouco mais de 1,6 milhão de toneladas, o que representa cerca de 1% do total do país.

Ao longo dos anos, poucas iniciativas com foco na armazenagem de grãos têm sido adotadas, como a criação, em 2013, do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA). Entretanto, os recursos disponibilizados a cada Plano Safra não têm sido suficientes para reduzir o déficit, pois não acompanha o crescente volume produzido a cada safra.

O total de recursos disponibilizados para investimentos em armazéns por meio do PCA no Plano Safra 2023/2024 somam R\$ 3,8 bilhões de reais, disponibilizados por meio operações diretas ou via repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Por sua vez, estes valores financiam os investimentos à ampliação e à construção de novos armazéns, com taxas de juros de 7% ao ano para investimentos relativos à armazenagem com capacidade de até 6 mil toneladas, e de 8,5 % ao ano para os demais investimentos, com prazo de reembolso de até 12 anos, com carência de até 3 anos. Têm ainda como limite de financiamento o valor de R\$ 50 milhões para investimentos relativos a armazenagens de grãos, enquanto, para os demais itens, o limite continua sendo de R\$ 25 milhões.

Assim, os produtores enfrentam uma situação crítica frente a mais uma colheita que só não é um recorde na produção de grãos, por conta das adversidades climáticas verificadas em diversas regiões do país. Entretanto, esse velho problema do setor continua assombrando os produtores: a falta de onde guardar o seu produto, cenário caótico que afeta todas as regiões produtoras do país, e que obriga os produtores a exportarem sua produção.

Na safra 2020/2021, a produção nacional de grãos alcançou o total de 268,3 milhões de toneladas. Entretanto, em apenas 3 anos, o Brasil viu um aumento da sua produção em mais de 43 milhões de toneladas,



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [3 de 18]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

representando um acréscimo de quase 16%. Por sua vez, ao contrapor esta realidade com a do aumento da capacidade estática de armazenagem no país, que em 2021 era estimada em 182,30 milhões de toneladas, percebemos que, em 2023, chegou a apenas 189 milhões de toneladas, o que representa um acréscimo de aproximadamente 4%.

Em resumo, o Brasil, apesar de ser um dos maiores produtores de grãos do mundo, ainda apresenta um sistema de armazenamento insuficiente e com uma capacidade estática capaz de armazenar menos de 60% de uma única safra.

Importante lembrar que no ano de 2010, a capacidade estática de armazenagem era suficiente para guardar aproximadamente 90% da safra colhida, e esse índice veio se deteriorando chegando a 60% em 2023 na relação entre produção e capacidade estática.

A causa disso é o forte desenvolvimento tecnológico impulsionado por investimentos em novas tecnologias que vem contribuindo para o aumento da produção no campo. Em 2010, o Brasil produzia, em média, 3.148 kg/ha e em 2023, alcançou mais de 4.000 kg/ha, ou seja, em apenas 10 anos a produtividade aumentou em média, 28,40%.

Produzimos cada vez mais graças às novas tecnologias de cultivo e ao desenvolvimento tecnológico impulsionados por investimentos, entretanto, o setor de armazenagem não seguiu o mesmo caminho e, assim, não temos onde armazenar a produção, evidenciando os prejuízos causados pela falta de investimentos nessa área.

Comparando nossa estrutura de armazenagem com os nossos concorrentes internacionais percebemos razões para a perda de competitividade brasileira. Assim, nos Estados Unidos da América pouco mais de 50% das propriedades possuem silos ou armazéns; no Canadá essa estrutura de armazenagem nas propriedades chega a quase 85% e na nossa vizinha Argentina, esse índice chega a quase 40% superando em quase 3 vezes a capacidade de nossas fazendas no país. Vale lembrar que os dados indicam que a armazenagem dentro da fazenda tem crescido cerca de apenas 1% ao ano, com superávit somente na região Sudeste.



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [4 de 18]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Ao observamos as microrregiões que possuem os 50 maiores déficits na capacidade estática de armazenagem da produção, verificamos que o problema está evidente em quase todos os estados produtores e no Estado do Tocantins, aparecem duas microrregiões deficitárias, Jalapão e Miracema do Tocantins que juntas já produziram quase 2,5 milhões de toneladas para uma capacidade estática capaz de armazenar apenas 505 mil toneladas (20,5%). São quase 2 milhões de toneladas comercializadas ou exportadas para outras regiões em plena colheita.

O quadro é tão caótico que a Conab, divulgou que o déficit em armazenagem na safra 2022/2023 chegaria a aproximadamente 130 milhões de toneladas. Nas condições atuais de produção e de capacidade estática de armazenagem, chega-se à conclusão de que, para cada 1% de aumento na produção de grãos seria necessário 1,66% do aumento da capacidade estática em armazenagem, apenas para manter os atuais níveis de relação entre produção e capacidade de armazenamento de grãos.

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) apresentou estudo no ano de 2023 para demonstrar que o Brasil precisa alocar mais recursos para promover investimentos no setor de armazenagem, estimando em R\$ 15 bilhões por ano apenas para impedir que o déficit de armazenagem de grãos, continue a crescer. Assim, os cenários futuros com previsões otimistas em relação ao aumento da produtividade e aumento de área plantada, seja pela conversão de áreas degradadas ou pela abertura de novas áreas devidamente licenciadas, trarão um quadro ainda mais caótico em relação à armazenagem para os próximos anos se nada for feito.

É sabido que uma armazenagem adequada dos grãos significa redução das perdas e dos custos com o transporte, permite um maior controle de umidade e de qualidade do produto adequadamente armazenado e melhores preços a serem alcançados ao longo da safra e com a possibilidade de comercializar a produção no momento mais adequado.

Sem ter como armazenar sua produção, os produtores se utilizam de alternativas como o “silo bag” quando não armazenam a céu aberto, buscam por prestadores de serviços em armazenagens locais mais distantes, ou se utilizam da entrega a um entreposto de recebimento representado pelas empresas exportadoras. O período de colheita é curto e o



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [5 de 18]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

acúmulo de caminhões em pontos de transbordo decorrente do grande volume de produção a ser escoada em curto espaço de tempo provoca perdas de qualidade e de quantidade, impactando negativamente no resultado, o que é agravado pelo aumento no custo do transporte e dos serviços de armazenagem, além de pressionar os prêmios da soja e do milho para níveis negativos em relação ao mercado internacional.

Conforme apresentado pelo Boletim Logístico da Conab datado ainda de 2021, as filas e a morosidade na descarga em terminais exercem efeito de enxugamento de oferta de transporte à medida que caminhões ficam parados em filas de descarga, portanto, indisponíveis para realização de mais viagens, o que inflaciona os preços do frete.

O problema de falta de armazéns para atender a demanda crescente da produção de grãos no Brasil, que já é crônico, vem trazendo prejuízos financeiros ao produtor rural, conforme demonstra um estudo elaborado pela Consultoria Cogo Inteligência em Agronegócio, ao pressionar os prêmios da soja e do milho para níveis negativos em relação ao mercado internacional, com perdas estimadas para a cadeia produtiva da ordem de R\$ 30,5 bilhões, segundo o estudo.

Os prêmios negativos, que no caso da soja, em 2023, foram os piores dos últimos 20 anos, fez com que essa cadeia respondesse por prejuízos estimados em R\$ 19 bilhões e a cadeia do milho por outros R\$ 11,5 bilhões, sendo o déficit de armazenagem o maior responsável por esse resultado.

No ano de 2015, estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), mapeou as perdas durante cada atividade da cadeia logística da soja e do milho no País, constatando que foram desperdiçadas 2,381 milhões de toneladas de milho e soja, o que corresponde a 1,3% da safra daquele ano, gerando uma perda financeira de R\$ 2 bilhões, sem considerar o custo do frete por conta das distâncias e da infraestrutura precária.

Traçando um diagnóstico detalhado das perdas de soja e milho durante o transporte e armazenagem no Brasil – da fazenda até os centros



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [6 de 18]



## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

consumidores e portos, passando por ferrovias e hidrovias –, foi possível identificar que as perdas ocorrem em função de diferentes atividades logísticas: armazenagem, qualidade das rodovias, modalidade de transporte e canal de comercialização, concluindo que das 2,381 milhões de toneladas desperdiçadas, 38,81% (aproximadamente 1 milhão de toneladas) ocorreram em armazenamento externo e 21,67% (516 mil toneladas) em transporte rodoviário entre a fazenda e a armazenagem.

Esse estudo já deixou claro, em 2015, quando a defasagem em armazenagem não chegava a 55 milhões de toneladas, que aumentar a capacidade de armazenagem pode reduzir essas perdas em até 21,6% e oferecer estradas rodoviárias em boas condições pode contribuir para uma redução de 16% nas perdas durante o transporte dos grãos.

Como o déficit na capacidade é crescente, com poucas mudanças em relação à infraestrutura de armazenagem e rodoviária, uma extrapolação razoável dos resultados obtidos pelo estudo da Esalq em 2015 permitiria estimar perdas de R\$ 4 bilhões para a cultura da soja em 2024 diretamente relacionadas à falta de armazéns.

O sistema de armazenagem de produtos agrícolas traz, dentre outros objetivos, sob a ótica da política pública, o de permitir um fornecimento uniforme de alimentos ao longo do ano, tanto para atendimento do mercado interno quanto para a exportação e o de assegurar um estoque de segurança para os períodos de contingências, permitindo inclusive, atender a demanda do setor primário quando da escassez de produtos destinados, principalmente, à alimentação animal, como forma de reduzir os custos de produção e evitar agravamento de crises de abastecimento.

Sob a ótica do empreendedor ou do produtor rural, a armazenagem de sua produção facilita a negociação por melhores preços, seja no mercado interno ou para exportação, proporcionando: maior estabilidade de preços; maior rentabilidade da atividade ao proporcionar a redução no custo do frete, uma vez que não será necessário o transporte para armazéns de terceiros; e menor risco de perda de qualidade do produto.

Segundo a Conab, o sistema de armazenagem nacional sempre foi um dos componentes da Política Agrícola com a finalidade principal de garantir



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [7 de 18]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

um fluxo de abastecimento constante, proporcionando maior estabilidade de preços e de mercado, com programas institucionais, realizados por meio da formação de estoques de produtos agrícolas que necessitam de suporte logístico, que é fornecido pela rede armazenadora do País, sejam eles armazéns próprios da Conab, ou de terceiros.

Com capacidade útil de 96,1 milhões de toneladas, os silos predominam como sistema de armazenagem, seguidos pelos armazéns graneleiros com 70 milhões de toneladas, e os armazéns convencionais, estruturais e infláveis, com capacidade útil 22,6 milhões de toneladas, que atendem basicamente os cinco principais produtos agrícolas estocados nas unidades armazenadoras, que representam 95,8% do total (soja, milho, arroz, trigo e café).

O armazenamento é feito principalmente por trades, em nível de fazenda e por cooperativas, mas a falta de capacidade de armazenagem e a baixa oferta de prestadores de serviços de armazenagem, fez surgir a figura do armazenamento informal por meio da disponibilização de espaço de produtores para terceiros armazenarem seus grãos, sendo comum, nesses casos, a ocorrência de perdas ocasionadas pelas más condições de conservação.

Também provocam perdas: o uso de soluções precárias como silos bag, que apresentam problemas relacionados a umidade, ataques de roedores, insetos, pragas e doenças, além de serem alternativas mais caras; e o armazenamento a céu aberto.

A utilização de entrepostos das exportadoras também representa prejuízo para os produtores rurais, pois precisam colher a safra e transportá-la ao entreposto de recebimento, o que provoca a concentração da oferta em um curto período do ano, derrubando a cotação do produto, além de aumentar custos de frete rodoviário.

A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que *dispõe sobre a política agrícola*, estabelece, no inciso I do seu art. 3º, que *o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o*



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [8 de 18]





## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

*incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais, definindo ainda no inciso VII do art. 4º que a produção, comercialização, abastecimento e armazenagem são ações e instrumentos da política agrícola.*

Na mesma lei, o art. 36 trata da criação de estímulos por parte do poder público para a melhoria das condições de armazenagem, processamento, embalagem e redução de perdas no âmbito dos estabelecimentos rurais, inclusive comunitário e, no art. 48, já tratando do crédito rural como instrumento de financiamento da atividade rural como os objetivos iniciados em seu inciso I traduzindo a importância da armazenagem ao estabelecer o *estímulo aos investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e instalação de agroindústria, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas.*

Quanto aos incentivos, o art. 103, que trata da concessão de incentivos especiais ao produtor rural, define no inciso II do seu parágrafo único *a prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infraestrutura rural, notadamente de energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação.*

Ao longo dos anos, infraestrutura em armazenagem sempre esteve presente no conjunto de políticas creditícias e anunciadas por meio dos Planos Safra, destinando recursos sejam para linhas gerais ou mesmo para os programas específicos com recursos do BNDES, como o Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras (PROAZEM) lançado pelo governo federal em 2001, para estimular o armazenamento da safra pelo produtor, além do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural).

Já em 2002, o Proazem foi remodelado e passou a se chamar Programa de Modernização da Infraestrutura Rural (MODERINFRA), contemplando também investimentos em irrigação, e atualmente, são vários os programas que disponibilizam crédito para financiar a infraestrutura em armazenagem, a exemplo do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (MODERAGRO), Programa de



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [9 de 18]



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) e o PCA, como instrumento mais recente e específico para melhoria da infraestrutura em armazenagem.

Em 1989, mesmo antes da publicação da Lei 8.171/1991 já traduzindo a importância da infraestrutura de armazenagem como componente a ser incentivado pelo crédito oficial, a Lei nº 7.827, que “*regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências*”, também tratava do crédito ao produtor para melhoria da infraestrutura produtiva, como instrumento de redução das desigualdades regionais, conforme definido no seu art. 2º, atribuindo às instituições financeiras, ainda, nos termos do inciso I do art. 15, o papel de *aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelos respectivos Conselhos Deliberativos*.

O crédito, no caso de operações amparadas com recursos dos Fundos Constitucionais, deve ser concedido de acordo com os programas aprovados pelos respectivos Conselhos Deliberativos, conforme se depreende do inciso I do art. 14 da Lei nº 7.827, de 1989, que atribui a esses Conselhos competência para *estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento*.

Em relação aos Conselhos Deliberativos do Desenvolvimento do Centro-Oeste, da Amazônia e do Nordeste, instituídos pela Lei Complementar (LCP) nº 129, de 8 de janeiro de 2009 (*Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO*), pela LCP nº 124, de 3 de janeiro de 2007 (*Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM*) e pela LCP nº 125, de 3 de janeiro de 2007 (*Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE*), as respectivas leis complementares estabelecem como atribuições desses Conselhos, a aprovação dos *planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas que priorizem as iniciativas voltadas para a promoção dos setores relevantes da economia regional*, definindo, em relação ao FCO, FNO e



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [10 de 18]



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

FNE, observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que compete aos referidos Conselhos, *estabelecer, anualmente, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento, em consonância com os Planos Regionais de Desenvolvimento de cada uma das regiões.*

A Resolução CONDEL/SUDECO nº 129, de 19 de julho de 2022 e a Resolução CONDEL/SUDAM nº 99, de 15 de agosto de 2022, aprovaram as Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento para os respectivos fundos, estabelecendo como diretriz, dentre outras, aquelas previstas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, e o *tratamento diferenciado e favorecido para os projetos de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas* e dentre as prioridades setoriais, a contratação de *projetos que apoiem o desenvolvimento das cadeias agropecuárias (insumos, produção, armazenagem, industrialização, irrigação, logística e produção de crédito de carbono).*

Via de regra e comparando os objetivos da política pública e a concessão de crédito, seja por meio do Plano Safra com recursos oficiais do crédito rural, em programas implementados pelo BNDES, ou ainda, por meio dos Fundos Constitucionais ou dos Fundos de Desenvolvimento Regional, apesar do enorme e crescente déficit na capacidade estática de armazenagem e todos os aspectos socioeconômico, tecnológicos e espacial que traduzem a importância da armazenagem em nível de propriedade rural, não há na programação dos Fundos Constitucionais qualquer forma de incentivo que se coaduna com o enunciado do art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, seja, pelo estabelecimento de prazos e carência compatíveis com o tempo de maturação do empreendimento, limites de financiamento e encargos financeiros que sejam realmente diferenciados ou favorecidos, que venham estimular a busca pelo crédito para fomentar a construção de silos e armazéns.

O déficit em armazenagem já vem causando enormes prejuízos do ponto de vista da infraestrutura rodoviária prejudicando o ir e vir com a deterioração das vias de transporte, além de outros prejuízos à sociedade como um todo, pois favorece oscilações dos preços de mercado e gera incertezas em relação a oferta de alimentos, devido à ausência de estoques reguladores. Isso gera um problema ainda maior sob a ótica da segurança alimentar e nutricional, pois o País fica exposto a riscos de abastecimento no



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [11 de 18]



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/24741.52684-33

caso de quebra de safra por eventos climáticos, como vem ocorrendo em algumas regiões, principalmente se considerarmos os desafios decorrentes das mudanças climáticas.

A importância da armazenagem não se resume ao benefício apenas do produtor, são investimentos que contribuem para o desenvolvimento incluyente e sustentável, que gera empregos por se tratar de construção civil e incremento de renda ao produtor, com impacto positivo para toda a população à medida que o sistema de armazenagem passa a cumprir e desempenhar seu importante papel ao permitir um fornecimento uniforme de alimentos ao longo do ano, trazendo estabilidade nos preços, e ao assegurar um estoque de segurança para os períodos de contingências, como forma de reduzir os custos de produção e evitar o agravamento de eventuais crises.

Não há dúvidas de que ampliar a oferta de crédito para investimentos em infraestrutura e construção de silos e armazéns, aumentando a capacidade estática de armazenagem, é sem dúvida oportunizar uma das soluções mais rápidas para reduzir esse descasamento entre produção e estocagem, mas os dados têm demonstrado, que, apesar de serem poucos os recursos, no período de 2013 a 2023 apenas cerca de 60% desses recursos foram aplicados. Isso evidencia, portanto, que há gargalos na concessão de crédito que precisam ser resolvidos, como a redução da burocracia para o acesso as linhas de financiamento, maior agilidade em relação à análise dos projetos, considerar os benefícios da armazenagem na redução de custos e agregação de valor ao produto e redução das garantias exigidas, considerando a infraestrutura a ser construída.

Ainda do ponto de vista da oferta de crédito, e estando os maiores déficits em armazenagens em microrregiões produtoras que integram as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, regiões amparadas pelos Fundos Constitucionais de Financiamento e pelos Fundos de Desenvolvimento Regional, vislumbra-se a possibilidade de atacar o problema por meio da oferta de crédito regionalizada que venha a estimular a ampliação, modernização e reestruturação do parque armazenador nessas regiões, por meio de prazos e condições mais adequados e rebates já permitidos na legislação dos respectivos fundos.



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [12 de 18]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Ressalta-se, por fim, que estudos elaborados pelo Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada (IMEA), realizado em fevereiro de 2023, conclui que investimentos realizados por produtores se mostraram viáveis economicamente a partir da produção em áreas superiores à 1.250 hectares de soja e 950 hectares de milho na 2ª safra, considerando as condições ofertadas pelo PCA, com taxa de juros de 7% ao ano e prazo total de 12 anos. O estudo considera, ainda, uma capacidade estática de 4 mil toneladas e o giro de 1,47% e um custo total de implantação da ordem de R\$ 5,53 milhões de reais a um custo médio de R\$ 1,38 mil por tonelada.

De fundamental importância o dado trazido no estudo apresentado pelo IMEA, entretanto, deve-se considerar também as informações divulgadas recentemente pela líder do mercado brasileiro na construção de silos, a empresa Kepler Weber, ressaltando que um silo montado custa entre R\$ 750,00 e R\$ 1.000,00 por tonelada de grãos armazenada, investimentos que valeriam à pena para propriedades com área de produção a partir dos 400 ha.

Todas essas informações justificam a presente Indicação e demonstram a necessidade urgente de se disponibilizar crédito para ampliar o número de armazéns nas propriedades rurais, aumentando a capacidade estática instalada.

Por fim, apresentamos, para a apreciação do Poder Executivo Federal, uma sugestão de detalhamento das características do programa a fim de servir de base para o futuro ato administrativo regulamentar:

**TÍTULO: PROGRAMA DE ARMAZENAGEM RURAL**

**OBJETIVOS:** promover a recuperação da capacidade estática de armazenagem por meio de investimentos para construção das estruturas de armazenagem em nível de propriedade rural, na área de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE), ficando vedado investimentos em recuperação ou ampliação de estruturas de armazenagem.

**BENEFICIÁRIOS:** produtor rural, pessoas físicas ou jurídica, suas associações, inclusive na modalidade de condomínio formal ou não que, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [13 de 18]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

regionais de desenvolvimento, desenvolvam atividades produtivas de grãos e oleaginosas nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

1. A área de plantio não poderá ser superior a 1.500 ha (mil e quinhentos hectares) por beneficiário, considerando a safra principal.

2. Capacidade estática máxima de até 6.000 (seis mil) toneladas por beneficiário.

3. Modalidade condominial ou associativa:

a) mínimo de 1.500 ha (mil e quinhentos hectares) a área total plantada de todos os participantes, respeitado o limite máximo de área de plantio por beneficiário, considerada para a safra principal.

b) mínimo de 6.000 (seis mil) toneladas, respeitado o limite máximo de 6.000 (seis mil) toneladas por beneficiário, considerada para a safra principal;

c) o investimento poderá ser realizado em aglomerado rural ou em área urbana devidamente regularizada para a finalidade de armazenagem.

d) independentemente do número de beneficiários do condomínio ou da associação de produtores, o crédito estará sujeito à assistência máxima anual de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

4. A readequação das propostas de financiamento ou projetos ainda em fase de análise para as condições desse programa será admitida, desde que atendam aos objetivos do programa.

**FINALIDADES:** investimentos individuais ou coletivos, vinculados ao objetivo do programa, que se destinem apoiar a produção de grãos e oleaginosas e reduzir o déficit em armazenagem, permitindo o beneficiamento, o acondicionamento e armazenamento da produção própria do beneficiário.

**VIGÊNCIA DO PROGRAMA:** com o objetivo de reduzir o déficit na capacidade estática em armazenagem nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, e tendo em vista a limitação em relação ao volume de recursos a serem disponibilizados, este programa vigorará por 10 anos, podendo ser ampliado por igual período por decisão do Presidente do Conselho Deliberativo de cada uma das regiões, ouvido os representantes dos respectivos Conselhos.

**ITENS FINANCIÁVEIS:** os investimentos autorizados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, destinados à construção de infraestrutura adequada de armazenagem em nível de propriedade rural, ou no caso de crédito concedido a condomínio de produtores



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [14 de 18]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

ou suas associações, em aglomerado rural ou região urbana desde que devidamente autorizado para esta finalidade em apoio à produção, beneficiamento, acondicionamento e armazenamento de produtos agrícolas relacionados à produção grãos e oleaginosas.

1. O complexo de armazenagem poderá ser implantado em imóvel distinto daquele onde se realiza a produção, seja rural ou urbano, desde que beneficie a logística de transporte e armazenagem do produtor rural participante do condomínio ou da associação.

2. Itens financiados devem estar vinculados a investimentos destinados única e exclusivamente à construção de unidades armazenadoras - silos ou armazéns, incluindo o projeto de engenharia, as despesas com obra civil, aquisição de estruturas metálicas, máquinas e equipamentos, secadores e demais itens necessários ao perfeito funcionamento do sistema de armazenagem, mecanismos de controle de umidade e temperatura assim como as despesas relacionadas à elaboração de projeto técnico.

**LIMITE DE FINANCIAMENTO E DESEMBOLSO DO CRÉDITO:** Considerar a capacidade de estática de armazenagem de até 6.000 (seis mil) toneladas, limitado a até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) por beneficiário, ou por condômino ou associado quando se tratar de investimento coletivo.

1. Valor financiado de até 100% do investimento programado.

2. Modalidade condominial ou associativa, independentemente do número de beneficiários do condomínio ou da associação de produtores, o crédito estará sujeito à assistência máxima anual de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

3. O desembolso do valor a ser liberado pela instituição financeira, observará as disposições contidas no Manual de Crédito Rural (MCR), CAPÍTULO 2 – Condições Básicas, SEÇÃO 5 – Utilização, do Banco Central do Brasil, e observará o item 1 da referida Seção 5, se for de interesse do cliente.

**ENCARGOS FINANCEIROS:** taxa efetiva de juros equivalente a:

1. 7% ao ano, quando o limite financiável for de 100% do valor do projeto;

2. 6,5% ao ano, quando o limite financiável for de 85% do valor do projeto;

3. 6% ao ano, quando o limite financiável for de 70% do valor do projeto; e



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [15 de 18]



## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

4. 5,5% ao ano, quando o limite financiável for de 50% do valor do projeto.

**BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA:** considerar os bônus de adimplência a serem aplicados sobre a parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, observada a metodologia definida no art. 2º da Resolução CMN nº 4.673, de 26 de junho de 2018

**PRAZO:** a ser estabelecido com base no cronograma físico-financeiro do projeto ou da proposta simplificada, conforme o caso, e independentemente da capacidade de pagamento do beneficiário.

1. **TOTAL:** de 15 (quinze) anos, considerando que 3 (três) anos serão destinados a suportar eventuais prorrogações ou renegociações de prazo, desde que amparadas pelo Manual de Crédito Rural (MCR), CAPÍTULO 2 – Condições Básicas, SEÇÃO 6 – Reembolso, item 4, do Banco Central do Brasil.

2. **DE REEMBOLSO:** de 12 anos, incluído 3 (três) anos de carência, com o cronograma estabelecendo 9 parcelas anuais ou, a critério do cliente, 17 parcelas semestrais, vencendo a primeira parcela após decorridos 48 (quarenta e oito) meses depois de contratada a operação.

**RISCO OPERACIONAL DO CRÉDITO:** nas operações contratadas ao amparo desse programa, o risco operacional será compartilhado, sendo que 50% (cinquenta por cento) do valor liberado para a operação contratada será com risco do respectivo fundo constitucional, e os outros 50% do valor librado para a operação contratada com o risco da instituição financeira contratante, inclusive nas operações de repasse, limite que deverá ser considerado para fins de cumprimento de qualquer obrigação perante a Central de Riscos do Banco Central do Brasil.

**GARANTIAS:** limitada a 130% do valor do crédito no momento da contratação da operação, com liberação das garantias iniciais na proporção de 100% do investimento implantado, de forma que depois de concluídas as inversões programadas, o valor do investimento somado às garantias adicionais não seja superior a 130% do valor do crédito concedido.

**VOLUME E FONTES DE RECURSOS:** para o exercício de 2024, este programa contará com recursos equivalentes a no mínimo 5% da disponibilidade líquida (fontes de recursos – saídas de recursos - Saldo a Liberar de Exercícios Anteriores) sendo elevado para o mínimo de 10% da mesma disponibilidade líquida a partir de 2024. Referidos limites poderão ser ampliados por decisão dos Conselhos Estaduais, em função das prioridades e disponibilidades de recursos para cada Unidade da Federação.



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [16 de 18]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (NORTE – FDA; CENTRO-OESTE – FDCO E NORDESTE – FDNE), de que trata a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e de que trata a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, podem disponibilizar recursos para contratação de operações com valor acima de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais):

1. Beneficiário do programa, além daqueles já citados, atender as cooperativas de produção agropecuária e empresas prestadoras de serviços em armazenagem que, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento, que se destinam a prestar serviços de armazenagem nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

2. O investimento poderá ser financiado em até 100% do orçamento programado, observado o disposto no item 3 a seguir e o desembolso do valor a ser liberado observará as disposições contidas no Manual de Crédito Rural (MCR), CAPÍTULO 2 – Condições Básicas, SEÇÃO 5 – Utilização, do Banco Central do Brasil, e ainda o item 1 da referida Seção 5, se for de interesse do cliente.

3. Taxa efetiva de juros equivalente a:

3.1. 8,5% ao ano, quando o limite financiável for de 100% do valor do projeto;

3.2. 8,0% ao ano, quando o limite financiável for de 70% do valor do projeto; e

3.3. 7,5 % ao ano, quando o limite financiável for de 70% do valor do projeto.

4. Condições de prazo, risco operacional e garantias observará mesmas condições estabelecidas para os Fundos Constitucionais.

5. A proposta que a instituição financeira autorizada a operar com recursos dos fundos tenha interesse em contratar, será encaminhada à respectiva Superintendência de Desenvolvimento Regional para sua deliberação que deverá comunicar de sua decisão no prazo de até 15 dias após sua deliberação.

6. Será de responsabilidade da instituição financeira, observada as condições estabelecidas para os respectivos fundos de desenvolvimento:

6.1. A análise da proposta e do projeto;

6.2. A contratação do crédito junto ao tomador final;

6.3. A liberação das parcelas, o acompanhamento e a fiscalização do empreendimento; e



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [17 de 18]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

6.4. A devolução aos administradores dos respectivos fundos de desenvolvimento, dos valores devidos de acordo com o cronograma de reembolso das operações formalizadas nos contratos, independentemente do pagamento pelo tomador final.

7. Será de responsabilidade do administrador do respectivo fundo, liberar as parcelas do crédito de acordo com o cronograma físico financeiro aprovado e registrado em contrato firmado entre instituição financeira e tomador final do crédito.

8. Se de interesse da instituição financeira contratante, o administrador do respectivo fundo poderá liberar 100% do valor do crédito contratado em uma única vez, observando que da data da liberação do crédito à instituição financeira até a liberação de cada uma das parcelas do crédito pelo tomador final, o recurso será remunerado à taxa de mercado e o rendimento devolvido ao respectivo fundo na mesma data de liberação da última parcela do crédito ao tomador final.

Sala das Sessões, de abril de 2024

**Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA**



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5481189299>

Avulso do INS 18/2024 [18 de 18]

Apresentada a Indicação nº 18, de 2024, da Senadora Professora Dorinha Seabra, *sugerindo ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional a criação de um programa de financiamento voltado à construção de armazéns nas propriedades rurais, com a utilização de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.





# SENADO FEDERAL

## INDICAÇÃO Nº 19, DE 2024

Sugere ao Ministério da Fazenda a destinação dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a serem utilizados como objeto e garantia de empréstimo para empresas do transporte aéreo regular doméstico.

**AUTORIA:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 19/2024 [1 de 3]



## INDICAÇÃO Nº DE 2024

Sugere ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, a destinação dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a serem utilizados como objeto e garantia de empréstimo para empresas do transporte aéreo regular doméstico.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja destinado recursos do Fundo Nacional de Aviação, a serem utilizados como objeto de empréstimo para empresas do transporte aéreo regular doméstico.

### JUSTIFICAÇÃO

O setor de transporte aéreo ainda busca a recuperação dos efeitos da pandemia de Covid-19. As empresas aéreas tradicionalmente usam o endividamento como motor de crescimento e investimento. O início da pandemia, em 2020, encontrou as empresas com investimentos comprometidos com a expectativa de crescimento, mas que se transformou numa tragédia de quase paralisação do movimento e, portanto, do fluxo de receitas.

Desde então, as empresas buscam formas de reduzir custos e refinar dívidas sem comprometer o investimento que reforce as receitas necessárias.

A nossa proposta é que o Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) seja utilizado como objeto e garantia de empréstimo aos operadores de serviços de transporte aéreo regular doméstico.

Propomos também que sejam priorizadas na destinação de recursos do FNAC os operadores de transporte aéreo regular doméstico que



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1167774116>

Avulso do INS 19/2024 [2 de 3]



destinem 2% de suas passagens aéreas a pessoas de baixa renda, deficientes e idosos, com preços não superiores a 50% da tarifa da categoria.

Pretendemos, assim, contribuir para a recuperação da saúde financeira das empresas desse setor que é essencial para o desenvolvimento social e econômico do País.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1167774116>

Avulso do INS 19/2024 [3 de 3]

## Parecer aprovado em Comissão





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 11, DE 2024

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2015, do Senador Paulo Paim, que Acrescenta o art. 327-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que, nos crimes de peculato, concussão ou corrupção passiva, a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Jorge Kajuru

**RELATOR:** Senadora Soraya Thronicke

02 de abril de 2024



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3321248731>

2



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2015, do Senador Paulo Paim, que *acrescenta o art. 327-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que, nos crimes de peculato, concussão ou corrupção passiva, a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida.*

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE****I – RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 206, de 2015, do Senador Paulo Paim, que acrescenta o art. 327-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer que, nos crimes de peculato, concussão ou corrupção passiva, a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida.

Na justificção, o autor sustenta a necessidade de endurecer a resposta penal para os crimes acima mencionados, como forma de efetivamente prevenir o cometimento do delito.

Ainda na legislatura passada, o Senador Randolfe Rodrigues chegou a oferecer, perante a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ), relatório pela aprovação da matéria, que, no entanto, não chegou a ser apreciada, tendo sido arquivada ao final da legislatura.

Desarquivado por requerimento do Senador Paulo Paim, o PLS foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e à CCJ, que decidirá terminativamente.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3321248731>

Não foram apresentadas emendas até o momento.

## II – ANÁLISE

Consideramos o projeto conveniente e oportuno.

A pena de multa é regulada pelo Código Penal da seguinte forma:

“**Art. 49.** A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

§ 1º O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário-mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário.

§ 2º O valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária.”

“**Art. 60.** Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.

§ 1º A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo

.....”.

Assim, considerando o valor do salário-mínimo vigente em 2023, de R\$ 1.320,00, o maior valor de multa que pode ser aplicado, segundo as regras em vigor, é de R\$ 7.128.000,00.

Ocorre que muitas vezes esse valor chega a ser irrisório diante do dano causado ao erário como decorrência dos crimes de corrupção.

Vem em boa hora, portanto, o PLS nº 206, de 2015, que estabelece que a multa deverá ser aplicada no valor equivalente ao dobro do desvio ou da vantagem indevida.



jw2023-11641

Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3321248731>



4

3

SF/24586.66070-98

### III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



*jw2023-11641*

Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3321248731>





Senado Federal



## Relatório de Registro de Presença

### 8ª, Extraordinária - Semipresencial

#### Comissão de Segurança Pública

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
SERGIO MORO	PRESENTE	1. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
EFRAIM FILHO		2. IVETE DA SILVEIRA	
EDUARDO BRAGA		3. STYVENSON VALENTIM	
RENAN CALHEIROS		4. LEILA BARROS	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	5. IZALCI LUCAS	PRESENTE
WEVERTON		6. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	7. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ		1. LUCAS BARRETO	
SÉRGIO PETECÃO		2. ELIZIANE GAMA	
OTTO ALENCAR		3. ANGELO CORONEL	
MARGARETH BUZETTI	PRESENTE	4. NELSON TRAD	
ROGÉRIO CARVALHO		5. JAQUES WAGNER	PRESENTE
FABIANO CONTARATO		6. AUGUSTA BRITO	
JORGE KAJURU	PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO BOLSONARO		1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE
JORGE SEIF	PRESENTE	2. MAGNO MALTA	
EDUARDO GIRÃO		3. JAIME BAGATTOLI	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	1. DAMARES ALVES	PRESENTE
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	2. LUIS CARLOS HEINZE	

### Não Membros Presentes

PLÍNIO VALÉRIO  
BETO FARO



12/4 12:11:47  
Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3321248731>

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLS 206/2015)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206 DE 2015.

02 de abril de 2024

Senador JORGE KAJURU

Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3321248731>

# Projeto de Decreto Legislativo





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 2024

Susta partes da Resolução Normativa nº 181/2023/CUN, de 8 de agosto de 2023, editada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina.

**AUTORIA:** Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 109/2024 [1 de 4]



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2024**

Susta partes da Resolução Normativa nº 181/2023/CUN, de 8 de agosto de 2023, editada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Ficam sustados os arts. 3º; 7º a 15; 20, I; e 22 da Resolução Normativa nº 181/2023/CUN, de 8 de agosto de 2023, editada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina decidiu, a despeito de sua natureza meramente administrativa, assumir-se como um novo Poder Legislativo.

Somente assim se explica que, sem amparo em qualquer norma legal, a título de estabelecer uma política de ação afirmativa para “pessoas que se autodeclaram transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias”, o órgão tenha decidido criar um sistema de cotas e reserva de vagas para essas pessoas.

De acordo com a Resolução, são estabelecidas cotas entre 1% e 2% para acesso a seus cursos de graduação, seus programas de pós-graduação e até para os cargos públicos temporários e efetivos daquela instituição de ensino.



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Saif e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1677017673>

Avulso do PDL 109/2024 [2 de 4]



A Administração Pública é regida pelo princípio da legalidade. Com base nesse princípio, foi, no Congresso Nacional, discutida e votada a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que estabeleceu a reserva de vagas para pessoas com deficiência no acesso aos cargos públicos. Também foi por meio de lei específica que foram criadas as cotas em Universidades Federais para pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência (art. 3º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012). Essas normas legais autorizam e fundamentam os editais para seleção de candidatos aos cursos de graduação e pós-graduação em todas as universidades e instituições federais de ensino.

Nenhum desses diplomas legais, bem como nenhuma outra norma editada pelo Congresso Nacional previu que essas cotas pudessem ser ampliadas para outros públicos. A Resolução Normativa, portanto, ao inovar o ordenamento jurídico, afronta as competências legislativas do Congresso Nacional. Além disso, sem um amplo debate técnico e político, pode gerar injustiças e ampliar as incertezas para aqueles que decidem ingressar no ensino superior público federal. Isso porque, além de reserva de vagas, também são previstas comissões de validação de autodeclaração, que farão o delicado trabalho de validar as inscrições e, na prática, dizer quem é e quem não é pessoa trans.

Essa discussão precisa ser travada no Congresso Nacional. E, por essa razão, precisamos sustar a eficácia desta famigerada Resolução, especificamente em relação às ilegais previsões de reserva de vagas para pessoas trans. E devemos fazê-lo com extrema urgência, já que há editais sendo publicados desde o ano passado já com a reserva prevista na Resolução (Edital nº 006/2024/DDP de 15/02/2024, por exemplo).

Esse é o grave tema que trago às nobres Senadoras e aos nobres Senadores, pedindo apoio para a aprovação do presente decreto legislativo.

Sala das Sessões,

Senador JORGE SEIF



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1677017673>

Avulso do PDL 109/2024 [3 de 4]



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União; RJU; Lei dos Servidores Públicos - 8112/90  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>
- Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012 - Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades; Lei de Cotas nas Universidades; Lei de Cotas Sociais - 12711/12  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12711>
  - art3



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1050, DE 2024

Altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

**AUTORIA:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1050/2024 [1 de 5]





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 41.** Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, salvo o disposto em seu art. 89, no exclusivo interesse da vítima e com sua anuência expressa em audiência especialmente designada para tanto, não constituindo a suspensão condicional do processo direito subjetivo do agressor.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Em dissertação para obtenção do título de Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulada “**As mulheres vítimas de violência doméstica e o seu protagonismo processual: propostas de mudanças legislativas para a participação ativa das mulheres nos processos-crime em que se apura a violência doméstica**”, a promotora de justiça da Paraíba Dulcerita Soares Alves demonstrou que, na maioria dos delitos praticados no âmbito da violência doméstica contra a mulher, o agressor



Assinado eletronicamente por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8271555568>

Avulso do PL 1050/2024 [2 de 5]

não sofre punição. Em algumas hipóteses a pesquisa empírica demonstrou que em alguns casos há demora de mais de 37 meses para o julgamento e ao serem condenados nenhum dos homens em situação de violência foram presos. Verificou-se, pela coleta de dados da pesquisa científica, a falta de eficácia das sentenças penais aplicadas.

O trabalho critica o sistema puramente repressivo vigente, voltado unicamente para a punição e aplicação de pena nos casos de violência doméstica, sem ter em conta o importante papel da mulher-vítima. Então, na busca de um modelo de justiça restaurativa, propõe que se permita a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito da violência doméstica contra a mulher.

De acordo com a autora, quando se pensa em punição pelo crime, remete-se ao modelo já conhecido do réu algemado, preso e submetido a uma sentença privativa de liberdade. Essa visão ultrapassada da responsabilização penal nos crimes de violência doméstica, que não leva em conta o interesse da vítima, gera censuras ao modelo de justiça despenalizador e restaurativo que se propõe. Na verdade, deve-se respeitar a decisão da mulher que quer apenas sair do ciclo da violência e não o encarceramento do homem que muitas vezes é seu companheiro, pai dos seus filhos, marido, namorado.

A suspensão condicional do processo aos crimes de violência doméstica implicará as seguintes vantagens: diminuição do tempo de resposta penal, rápida responsabilização, garantia da reparação do dano, suspensão do prazo da prescrição e manutenção da medida protetiva durante o período de suspensão condicional da pena, além da determinação de frequência do agressor a cursos de reeducação.

No mesmo sentido é artigo publicado pelo promotor André Luis Alves de Melo<sup>1</sup>, que afirma que “a suspensão condicional do processo (Suscon) é muito mais eficaz do que a condenação nas penas diminutas de delitos de ameaça (147 do Código Penal) e lesão corporal (artigo 129, §9º, do CP), pois

<sup>1</sup> MELO, André Luis Alves de. “Súmula 536 do STJ tem efeito contrário ao pretendido”. <https://www.conjur.com.br/2016-mai-04/andre-melo-sumula-536-stj-efeito-contrario-pretendido>  
Acesso em 08/10/2023.



Assinado eletronicamente por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8271555568>

Avulso do PL 1050/2024 [3 de 5]



estes crimes têm penas mínimas respectivamente de um mês e três meses, ressaltando que a regra do Judiciário é condenar em pena mínima ou próxima deste. No entanto, Suscon tem prazo de dois a quatro anos.” “Nada se fala sobre as frequentes prescrições e também demora na pauta de Audiência de Instrução, a qual pode levar anos, para réus soltos.”

Assim, a adoção da suspensão condicional do processo reconhece a importância de abordar a violência doméstica de uma maneira que vá além do paradigma punitivista. Essa abordagem possibilita a inserção de medidas alternativas, como o acompanhamento psicossocial do agressor e a garantia de reparação para a vítima, enfatizando a responsabilização do agressor de maneira construtiva e a proteção e o fortalecimento da vítima.

A relevância deste projeto reside também na sua capacidade de proporcionar uma resposta mais rápida do sistema de justiça em casos de violência doméstica. O processo tradicional é muitas vezes longo e desgastante, o que pode desencorajar as vítimas de buscar ajuda e justiça. A suspensão condicional, ao contrário, permite uma resolução mais ágil do caso, garantindo ao mesmo tempo que o homem em situação de violência seja responsabilizado e que medidas protetivas possam ser mantidas ou implementadas rapidamente.

Além disso, o projeto tem o potencial de contribuir para a redução da reincidência específica em violência doméstica. Ao focar na reabilitação do agressor e na reparação do dano à vítima, cria-se uma oportunidade para que o agressor reflita sobre suas ações e participe de programas de reeducação e tratamento, o que pode diminuir as chances de repetição do comportamento violento.

Importante destacar também que este projeto de lei responde a uma crítica recorrente ao sistema jurídico atual: a de que a judicialização da violência doméstica muitas vezes não leva em conta as necessidades e desejos das vítimas. Ao permitir a suspensão condicional do processo, abre-se espaço para que as vítimas tenham maior voz no encaminhamento de seus casos, podendo optar por soluções que considerem mais adequadas à sua situação, sem necessariamente passar pelo encarceramento do agressor, ou seja, oportunizar à mulher o protagonismo do processo em que figura como vítima de violência doméstica



Assinado eletronicamente por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/827155568>

Avulso do PL 1050/2024 [4 de 5]



Finalmente, pode representar um avanço significativo na luta contra a violência doméstica, alinhando-se com recomendações internacionais e práticas de justiça restaurativa. Ao focar na reparação, na responsabilização e na prevenção, a suspensão condicional do processo promove uma abordagem mais holística e efetiva, que reconhece a complexidade do problema e busca soluções aos problemas enfrentados atualmente.

Certa de que a modificação legislativa ora proposta representa significativo aprimoramento da legislação penal, peço aos ilustres Parlamentares que votem pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senadora DANIELLA RIBEIRO



Assinado eletronicamente por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8271555568>

Avulso do PL 1050/2024 [5 de 5]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1058, DE 2024

Declara Patrono da Historiografia Brasileira Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1058/2024 [1 de 4]





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## PROJETO DE LEI N° , DE 2024

Declara Patrono da Historiografia Brasileira Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica declarado Patrono da Historiografia Brasileira Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Francisco Adolfo de Varnhagen foi agraciado, em 1872, com o título de Barão, e, em 1874, com o de Visconde de Porto Seguro, uma homenagem por suas pesquisas relacionadas ao descobrimento do Brasil.

Desde cedo, Varnhagen começou a pesquisar, nos arquivos portugueses, o Brasil desde os descobrimentos. Decidido a vincular-se ao País, sua primeira providência foi a obtenção da nacionalidade brasileira, em 1841. Dessa forma, foi possível iniciar o trabalho de mais de três décadas na diplomacia imperial.

Sua grande obra são os dois volumes da *História geral do Brasil até a independência*, publicados entre 1854 e 1857. Sem indicação explícita de



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5364034129>

Avulso do PL 1058/2024 [2 de 4]



autoria, assinada apenas “por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba”, assegurou-lhe lugar de destaque na historiografia nacional.

Nascido em 17 de fevereiro de 1816, nos arredores de Sorocaba, onde seu pai, um engenheiro militar alemão casado com uma portuguesa, tinha vindo participar do estabelecimento da fábrica de ferro de São João de Ipanema, ele mudou com a família para Portugal, em 1823, onde cursou o colégio militar. Após um período de serviço militar ativo, concluiu em 1839 o curso de engenharia militar na Real Academia de Fortificações.

Paralelamente à breve carreira militar, Varnhagen adquiriu o gosto por pesquisas históricas e, em 1849 publicou anonimamente o *Memorial orgânico*, projeto de Estado que visava a reorganização político-administrativa nacional em aspectos de território e população. Entre outras medidas, propõe redivisão territorial, mudança da capital, extinção do tráfico de escravos, civilização dos indígenas e colonização europeia por grupos.

Apesar de diversas outras hipóteses relativas à interiorização da capital terem sido levantadas, Varnhagen foi o único pesquisador que procurou encontrar, literalmente, onde seria esse lugar idealizado. Decidido a comprovar todos os conceitos que havia arquitetado em seu *Memorial orgânico*, resolveu, aos 61 anos, se licenciar da confortável chefia da delegação diplomática na Áustria para estudar o sertão brasileiro, ocasião em que liderou penosa missão oficial ao Planalto Central, a primeira grande expedição científica para a localização e a mudança da capital federal.

No último e mais importante artigo de sua carreira – *A questão da capital: marítima ou no interior* –, Varnhagen descreveu com detalhes a expedição empreendida até a chegada à “bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas”, a cerca de 80 quilômetros de Brasília.

Já com a saúde debilitada em função de uma grave doença pulmonar, Varnhagen se submeteu a uma intervenção cirúrgica e faleceu, aos 29 de junho de 1878, em Viena, aos 62 anos. Seu corpo foi enterrado no Chile e, apenas por ocasião do centenário de seu falecimento, trasladado ao Brasil. “Natural de Sorocaba”, como ele se identificava, foi finalmente homenageado com novo traslado de seus restos mortais para a região que o viu nascer.



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5364034129>

Avulso do PL 1058/2024 [3 de 4]



A experiência de Varnhagen como militar, pesquisador, diplomata, historiador e homem público deram-lhe as condições intelectuais e profissionais para, em meados do século XIX, identificar desafios e convertê-los em soluções a partir de perspectivas inovadoras e voltadas para o futuro.

Por sua obra e atuação pública, que influíram no conceito de nacionalidade e na formação da identidade brasileira, encarecemos às Senadoras e Senadores o apoio para aprovação do presente projeto, que pretende conceder o título de Patrono da Historiografia Brasileira a Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5364034129>

Avulso do PL 1058/2024 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1067, DE 2024

Institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo.

**AUTORIA:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1067/2024 [1 de 4]



## PROJETO DE LEI Nº DE 2024

Institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei cria a Política Nacional Contra o Antissemitismo, destinada a trazer à consciência da sociedade os graves problemas advindos dos preconceitos culturais contra os judeus.

**Art. 2º** São diretrizes da Política Nacional Contra o Antissemitismo:

I – ampla divulgação, junto a todos os setores da sociedade, dos problemas históricos e culturais enfrentados pelo povo judeu;

II – ampla divulgação, junto a todos os setores da sociedade, da desaprovação social do antissemitismo e do caráter criminoso dos atos antissemitas;

III – ampla divulgação, junto a todos os setores da sociedade, dos méritos e realizações históricas do povo judeu.

**Art. 3º** A Política Nacional Contra o Antissemitismo será concretizada por meio:

I – da Semana Nacional contra o Antissemitismo, ocasião em que, nas escolas, nos hospitais e nos estabelecimentos públicos e privados, em geral, serão lembradas e debatidas as diversas agressões históricas contra o povo judeu, com ênfase na agressão nazista e no Holocausto dela resultante;

II – do Dia Nacional de Luto pelo Holocausto e de Luta Contra o Nazismo e Outras Formas de Discriminação pela atribuição deliberada e



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7820132483>

Avulso do PL 1067/2024 [2 de 4]



arbitrária de características nocivas aos membros de qualquer grupo social que possua identidade própria;

III – da articulação de ações perenes de conscientização entre os diferentes setores da vida nacional, públicos e privados, ligados à educação, saúde, transporte, segurança pública, comércio, indústria, serviços e outros setores que mostrem públicos-alvo relevantes.

*Parágrafo único.* Regulamento definirá:

I – as datas da Semana Nacional contra o Antissemitismo e do Dia Nacional de Luto pelo Holocausto e de Luta Contra o Nazismo e Outras Formas de Discriminação;

II – os formatos e os conteúdos do material de divulgação a ser distribuído junto ao público-alvo mencionado no inciso I do *caput* deste artigo;

III – as instituições governamentais encarregadas de coordenar o processo e articular as diferentes instâncias públicas nele envolvidas.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

Temos visto, nos tempos recentes, a extensão em que os preconceitos contra os judeus *não foram esquecidos*.

Lidamos, aqui, com um problema que tem raízes milenares. Perdeu-se de vista o tempo em que os preconceitos contra judeus se entranharam nas culturas ocidentais e, de algum modo, se tornaram “funcionais”, isto é, as sociedades se acostumaram a conviver com ele e com a “classificação” das pessoas em “gente” e “subgente”, conforme fossem judias ou não. Que se note: aqui não se fala, especificamente, de religião ou de algum outro traço cultural específico. Tratamos, com a proposição que ora trazemos à Vossa consideração, de lutar contra um preconceito *tão agressivo quanto vago e difuso*, o que ajuda a explicar a longevidade de crenças culturais cujos conteúdos reais são *o ódio e o preconceito valorizados em si e por si mesmos*. Os nazistas, em seus esforços midiáticos diabólicos, perceberam a



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7820132483>

Avulso do PL 1067/2024 [3 de 4]



oportunidade de unificar parte da população, senão sua maioria, não por uma ideia razoável que a todos unisse, mas pela geração de uma *emoção*, a do ódio contra grupos sociais específicos. Os judeus foram os principais alvos.

E não há que se falar que o antissemitismo de matriz nazista é fato raro entre nós. Desde os anos ‘1920, a associação entre judaísmo e “comunismo”, ou a “conspiração mundial dos judeus” para a tomada do poder mundial e para o esvaziamento dos valores cristãos no Ocidente faz-se presente entre nós, inclusive dentro do Estado. Não é demasiado lembrar que pessoas judias tiveram, aqui, restrições de direitos, como os ligados à emissão de passaportes e vistos para ingresso no país.

Nossa proposição visa *colocar no lugar dessa emoção*, que segue percorrendo a história como fantasma insepulto, um conjunto de *argumentos racionais* que, observados pelas pessoas, darão à vida social um curso mais suave e produtivo, pondo de lado guerras, midiáticas ou não, e permitindo que, na ausência destas, a vida siga melhor. E não é demasiado dizer que, assim, iremos honrar e valorizar uma das mais importantes de nossas características nacionais, a saber, a tolerância e o “deixar viver”.

São essas as razões em nome das quais pedimos aos nobres e às nobres Pares o seu apoio a este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7820132483>

Avulso do PL 1067/2024 [4 de 4]



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1068, DE 2024

Concede anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 e restaura os direitos políticos dos cidadãos declarados inelegíveis em face de atos relacionados às Eleições de 2022.

**AUTORIA:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1068/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Marcio Bittar

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Concede anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 e restaura os direitos políticos dos cidadãos declarados inelegíveis em face de atos relacionados às Eleições de 2022.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** É concedida anistia a todos os envolvidos nos atos, manifestações e protestos ocorridos em Brasília, Distrito Federal, no dia 8 de janeiro de 2023.

*Parágrafo único.* A anistia de que trata este artigo abrange todos os crimes e contravenções penais.

**Art. 2º** É restaurado o pleno gozo dos direitos políticos dos cidadãos declarados inelegíveis em face de atos, declarações e manifestações relacionados às Eleições de 2022.

**Art. 3º** O cidadão titular de mandato eletivo que o tenha perdido em razão de atos, declarações e manifestações de que trata o art. 1º será reinvestido no cargo no prazo de 15 (quinze) dias da vigência desta Lei.

**Art. 4º** É vedado declarar a perda do mandato eletivo ou a inelegibilidade de cidadão em razão de atos, declarações e manifestações de que trata o art. 1º.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Subsolo - Ala Afonso Arinos - Gabinete 12 - CEP 70165-900 - Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2115 / 2111 - 2119 - 1652 - e-mail: sen.marcioibittar@senado.leg.br  
Assinado eletronicamente por Sen. Marcio Bittar  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3402594813>

Avulso do PL 1068/2024 [2 de 4]



## JUSTIFICAÇÃO

Indisfarçadamente inspirado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 70, de 2023, este projeto de lei objetiva conceder anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 e restaurar os direitos políticos dos cidadãos declarados inelegíveis em face de atos relacionados às Eleições de 2022.

Propomos a medida infraconstitucional porquanto sermos convictos de que a lei é o veículo adequado para os fins almejados, bem como suficiente para conferir aos beneficiados garantias plenas para que não tenham novas perseguições fundadas nos mesmos atos e fatos, dado que é vedado o *bis in idem*, isto é, não se admite dupla apenação ou mesmo novo julgamento por um mesmo ato.

Conforme a justificação feita na PEC nº 70, de 2023, a Constituição Federal positiva, em seu art. 1º, como fundamento da República Federativa do Brasil a cidadania e o pluralismo, bem como institui, em seu art. 5º, como direitos fundamentais, a livre manifestação do pensamento e a liberdade de reunião.

Buscamos, com esta proposição, resguardar esses direitos e dar um fim à perseguição que vem sendo perpetrada contra inúmeros cidadãos brasileiros, sejam políticos ou não, por conta de suas opiniões e posicionamentos ideológicos.

Cumpramos lembrar que, no curso dos chamados “atos de 8 de janeiro”, apenas uma pequena parcela dos manifestantes se envolveu em atos violentos, ao passo que a grande maioria dos cidadãos ali presentes agiram a todo momento de forma pacífica e, mesmo assim, muitos foram presos e processados injustamente.

Ademais, é imperiosa a restauração do pleno gozo dos direitos políticos dos cidadãos que foram declarados inelegíveis ou perderam os seus mandatos em face de atos, declarações e manifestações relacionados às



Assinado eletronicamente por Sen. Márcio Rittor

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3402594813>

Avulso do PL 1068/2024 [3 de 4]



Eleições de 2022. Igualmente, impende vedar que novas cassações de direitos ou declarações de inelegibilidade ocorram com base nesses mesmos alicerces.

Diante do exposto, certos de que os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras têm a noção de que as condenações e restrições de direitos que se pretende desconstituir são inomináveis ameaças à democracia e ao exercício da cidadania, solicitamos o apoio, assim como das dimensões da justiça, da humanidade e da imperatividade da medida proposta, pedimos apoio para que este Projeto de Lei seja aprovado.

Sala das Sessões,

Senador MARCIO BITTAR



Assinado eletronicamente por Sen. Marcio Bittar

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3402594813>

Avulso do PL 1068/2024 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1069, DE 2024

Institui a Política Nacional de Conectividade no Campo.

**AUTORIA:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1069/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do senador JAYME CAMPOS

SF/24490.45035-07

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Institui a Política Nacional de Conectividade no Campo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui a Política Nacional de Conectividade no Campo.

**Art. 2º** São objetivos da Política Nacional de Conectividade no Campo:

I – facilitar e estimular a instalação de infraestrutura adequada para ampliar a conectividade no campo;

II – promover a inovação de tecnologias para o agronegócio;

III – estimular o uso de tecnologias digitais na cadeia de produção agrícola com vistas à redução dos custos de produção, ao aumento da produtividade e da lucratividade das atividades, e à garantia da sustentabilidade ambiental;

IV – ampliar as ações de capacitação profissional para uso de tecnologias digitais no campo;

V – promover a inclusão digital dos estudantes de escolas rurais;

VI – incentivar a criação e o desenvolvimento *startups* de tecnologia para o agronegócio (Agritechs);



Assinado eletronicamente por Sen. Jayme Campos

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4254514569>

Avulso do PL 1069/2024 [2 de 4]



VII – conjugar esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, do setor empresarial e da sociedade civil para promover a conectividade e o acesso às tecnologias digitais no campo.

**Art. 3º** O Poder Executivo federal disporá sobre a execução da Política Nacional de Conectividade no Campo, bem como a definirá suas metas e ações.

**Art. 4º** A Política Nacional de Conectividade no Campo será custeada por:

I – recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), inclusive na modalidade de recursos não reembolsáveis, nos termos de regulamentação específica;

II – dotações orçamentárias da União consignadas anualmente aos órgãos e às entidades envolvidos;

III – outras fontes de recursos, provenientes de entidades públicas e privadas.

**Art. 5º** A Política Nacional de Conectividade no Campo é complementar a outras políticas públicas de expansão do acesso à internet e ao uso de tecnologias digitais no campo e não implica encerramento ou substituição dessas políticas.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O acesso à internet é um dos principais desafios do agronegócio brasileiro. Recentemente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou o estudo “Cenários e Perspectivas da Conectividade para o Agro”, elaborado por cientistas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP). De acordo com o estudo, a conectividade no campo é indispensável para o Brasil dar um salto de produtividade, que pode representar um incremento de até R\$ 100 bilhões no valor bruto da produção agrícola nacional anual.



Assinado eletronicamente por Sen. Jaime Camargo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4254514569>

Avulso do PL 1069/2024 [3 de 4]



A questão da conectividade no meio rural envolve não apenas aplicações dentro da propriedade, mas também a maneira como o produtor se relaciona com suas redes de cooperação e comercialização de insumos e produtos. Além disso, é crescente a utilização de aplicativos de celulares para auxílio na orientação técnica e para compartilhamento de tratores, máquinas, equipamentos e de terceirização de serviços.

Com a chegada da quinta geração de redes móveis (5G), a conectividade no campo promete elevar o agronegócio a novos patamares de inovação e competitividade no ambiente da chamada Agricultura 4.0.

Embora o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações, preveja a ampliação do acesso à internet em áreas rurais, o Brasil carece de uma política especificamente voltada para a promoção da conectividade no campo, uma vez que apenas 23% do espaço agrícola brasileiro possui algum nível de cobertura de internet.

Necessário se faz, portanto, cristalizar em lei, as linhas gerais de uma política nacional de conectividade do campo que seja capaz de orientar e integrar as ações de todos os entes federativos na superação desse enorme desafio de digitalizar a agricultura brasileira.

Pelo exposto, contamos com a colaboração dos nobres Senadores para o aprimoramento da proposição e para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



Assinado eletronicamente por Sen. Jayme Campos

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4254514569>

Avulso do PL 1069/2024 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1070, DE 2024

Institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

**AUTORIA:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1070/2024 [1 de 19]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**

Institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** Esta Lei institui o Programa de Armazenagem Rural (PAR) e estabelece os requisitos e as condições para a contratação das operações de crédito no âmbito desse Programa, com aplicação nas áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE).

**Art. 2º** Fica instituído o Programa de Armazenagem Rural, por meio de financiamento no âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com o objetivo de promover a recuperação da capacidade estática de armazenagem por meio de investimentos para construção das estruturas de armazenagem em nível de propriedade rural, ficando vedado investimentos em recuperação ou ampliação de estruturas de armazenagem já existentes.

*Parágrafo único.* O Programa de que trata o *caput* vigorará por 10 (dez) anos, podendo ser ampliado por igual período.

**Art. 3º** São beneficiários do programa o produtor rural, pessoa física ou jurídica, suas associações, inclusive na modalidade de condomínio



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [2 de 19]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

formal, que, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento, desenvolvam atividades produtivas de grãos e oleaginosas nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, e que cultivem área não superior a mil e quinhentos hectares por beneficiário.

§ 1º Quando contratado na modalidade condominial ou associativa deverá ser comprovada área plantada de no mínimo de mil e quinhentos hectares para o somatório de todos os participantes, respeitado o limite máximo de área por beneficiário de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Independentemente do número de beneficiários do condomínio ou da associação de produtores, o crédito estará sujeito à assistência máxima anual de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

**Art. 4º** São financiáveis os investimentos autorizados pela Lei nº 7.827, de 1989, destinados à construção de infraestrutura de armazenagem na propriedade rural com a finalidade de apoio à produção, beneficiamento, acondicionamento e armazenamento de produtos agrícolas relacionados à produção grãos e oleaginosas.

§ 1º O investimento poderá ser realizado em área rural ou urbana devidamente regularizada para a finalidade de armazenagem.

§ 2º A capacidade estática a ser implantada não poderá exceder a seis mil toneladas por beneficiário.

§ 3º Quando o financiamento for contratado na modalidade condominial ou associativa, a capacidade estática a ser implantada será de, no mínimo, seis mil toneladas, respeitado o limite máximo de seis mil toneladas por condômino ou associado, conforme o caso.

§ 4º O valor financiável é de:

I – até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) por beneficiário produtor rural pessoa física ou jurídica;



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [3 de 19]



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

II – até R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) por condômino ou associado, conforme o caso, quando a operação for contratada por condomínio ou associação de produtores.

§ 5º Admite-se a readequação das propostas de financiamento ou projetos ainda em fase de análise para as condições desse programa, desde que atendam aos seus objetivos.

**Art. 5º** Os investimentos contratados ao amparo do Programa poderão ser financiados em até 100% (cem por cento) do orçamento programado, observando-se as seguintes condições:

I - taxa efetiva de juros equivalente a:

a) 7% a.a. (sete por cento ao ano), quando o limite financiável contratado for superior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do projeto;

b) 6,5% a.a. (seis inteiros e cinco décimos por cento ao ano), quando o limite financiável contratado for superior a 70% (setenta por cento) e de até 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do projeto;

c) 6% a.a. (seis por cento ao ano), quando o limite financiável contratado for superior a 50% (cinquenta por cento) e de até 70% (setenta por cento) do valor do projeto; e

d) 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano), quando o limite financiável contratado for de até 50% (cinquenta por cento) do valor do projeto.

II - liberação do crédito conforme a execução do cronograma do projeto;

III - bônus de adimplência a serem aplicados sobre a parcela do crédito a ser paga até a data do respectivo vencimento, nos termos do regulamento;



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [4 de 19]



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

IV – prazo de reembolso de 12 (doze anos), em parcelas anuais ou semestrais, incluídos até 3 (três) anos de carência;

V - risco operacional do crédito compartilhado na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor liberado à conta do respectivo fundo constitucional, e os outros 50% (cinquenta por cento) do valor liberado à conta da instituição financeira contratante, inclusive nas operações de repasse, limite que deverá ser considerado para fins de cumprimento de qualquer obrigação perante a Central de Riscos do Banco Central do Brasil;

VI - garantias limitadas a 130% (cento e trinta por cento) do valor do crédito no momento da contratação da operação, com liberação das garantias iniciais na proporção de 100% (cem por cento) do investimento implantado, de forma que depois de concluídas as inversões programadas, o valor do investimento somado às garantias adicionais não seja superior a 130% (cento e trinta por cento) do valor do crédito concedido.

**Art. 6º** Para o exercício de 2024, o Programa de Armazenagem Rural contará com recursos equivalentes a no mínimo 5% (cinco por cento) da disponibilidade líquida e de, no mínimo, 10% (dez por cento) a partir de 2025 dos fundos a que se refere o art. 1º.

*Parágrafo único.* Os limites de que trata o *caput* poderão ser ampliados em função das prioridades e disponibilidades de recursos para cada Unidade da Federação.

**Art. 7º** Admite-se a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) de que trata a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, do Nordeste (FDNE) de que trata a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e da Amazônia (FDA) de que trata a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, na contratação de operações com valor acima de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), observadas as seguintes condições:

I – ter por beneficiário do programa o produtor rural, pessoa física ou jurídica, suas associações, inclusive na modalidade de condomínio formal, suas cooperativas de produção agropecuária e empresas prestadoras de serviços em armazenagem que, de acordo com as prioridades



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [5 de 19]





## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento, desenvolvam atividades produtivas de grãos e oleaginosas ou se destinam a prestar serviços de armazenagem nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte;

II - o investimento poderá ser financiado em até 100% (cem por cento) do orçamento programado, observado o disposto no inciso II do art. 5º;

III - taxa efetiva de juros equivalente a:

a) 8,5% a.a. (oito inteiros e cinco décimos por cento ao ano), quando o limite financiável contratado for superior a 70% (setenta por cento) do valor do projeto;

b) 8% a.a. (oito por cento ao ano), quando o limite financiável contratado for superior a 50% (cinquenta por cento) e de até 70% (setenta por cento) do valor do projeto; e

c) 7,5% a.a. (sete inteiros e cinco décimos por cento ao ano), quando o limite financiável contratado for de até 50% (cinquenta por cento) do valor do projeto.

§ 1º As demais condições de prazo, risco operacional e garantias observarão o disposto nos incisos IV, V e VI do *caput* do 5º desta Lei.

§ 2º A Proposta de crédito apresentada, se de interesse da instituição financeira autorizada a operar com recursos dos fundos de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser encaminhada à respectiva Superintendência de Desenvolvimento Regional para sua deliberação, cujo resultado deverá ser comunicado à instituição financeira no prazo de até 15 (quinze) dias após ocorrida.

§ 3º É de responsabilidade da instituição financeira, observadas as condições estabelecidas para os respectivos fundos de desenvolvimento:

I - a análise da proposta e do projeto;



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [6 de 19]



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

II - a contratação do crédito junto ao tomador final;

III - a liberação das parcelas, o acompanhamento e a fiscalização do empreendimento; e

IV - a devolução aos administradores dos respectivos fundos de desenvolvimento, dos valores devidos de acordo com o cronograma de reembolso das operações formalizadas nos contratos, independentemente do pagamento pelo tomador final.

§ 4º É de responsabilidade do administrador do respectivo fundo liberar as parcelas do crédito de acordo com o cronograma físico financeiro aprovado e registrado em contrato firmado entre instituição financeira e tomador final do crédito.

§ 5º Se de interesse da instituição financeira contratante, o administrador do respectivo fundo poderá liberar até 100% (cem por cento) do valor do crédito contratado em uma única vez, observando que, da data da liberação do crédito à instituição financeira até a liberação de cada uma das parcelas do crédito pelo tomador final, o recurso deverá remunerado à taxa de mercado e seu rendimento devolvido ao respectivo fundo na mesma data de liberação da última parcela do crédito ao tomador final.

**Art. 8º** Caberá aos respectivos Conselhos Deliberativos das respectivas Superintendências de Desenvolvimento Regional regulamentar o disposto nesta Lei e tratar dos casos omissos que necessitem ser disciplinados para dar efetividade ao Programa.

**Art. 9º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A armazenagem de grãos no País, em especial nas regiões Norte e Centro-Oeste, vem demonstrando, ao longo dos anos, capacidade estática



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [7 de 19]



## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

insuficiente para atender à demanda atual da produção de grãos, ficando evidente o agravamento da situação tendo em vista o crescimento anual na produção não acompanhada pelo crescimento na capacidade estática de armazenagem, situação que também é preocupante em praticamente todas as regiões brasileiras, chegando, em algumas, a um déficit de quase 71% em relação à capacidade estática.

Vale lembrar que as Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estão distribuídas em 24 Estados da Federação e no Distrito Federal e a capacidade estática total da empresa é de pouco mais de 1,6 milhões de toneladas, o que representa cerca de 1% do total do país, distribuída em 64 unidades armazenadoras com 126 armazéns, sendo 61% na modalidade granel e 39% na convencional.

Ao longo dos anos, algumas poucas iniciativas com foco na armazenagem de grãos têm sido adotadas, como a criação, em 2013, do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), entretanto, os recursos que são disponibilizados a cada Plano Safra não têm sido suficientes para reduzir o déficit, pois não acompanha o crescente volume produzido a cada safra.

O total de recursos disponibilizados para investimentos em armazéns através do PCA soma R\$ 6,65 bilhões de reais previstos no Plano Safra 2023/2024, disponibilizados por meio de operações diretas ou via repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiando investimentos necessários à ampliação e à construção de novos armazéns, com taxas de juros de 7% ao ano para investimentos relativos à armazenagem com capacidade de até seis mil toneladas, e de 8,5% ao ano para os demais investimentos, com prazo de reembolso de até doze anos, com carência de até três anos, com limite de financiamento de R\$ 50 milhões para investimentos relativos a armazenagens de grãos enquanto que, para os demais itens, o limite continua sendo de R\$ 25 milhões.

Os produtores enfrentam uma situação crítica e histórica, o déficit na capacidade de armazenagem, frente a mais uma colheita que só não é um recorde na produção de grãos por conta das adversidades climáticas verificadas em diversas regiões do País, e esse velho problema do setor assombrando os produtores: a falta de onde guardar o seu produto, cenário



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [8 de 19]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

caótico que afeta todas as regiões produtoras do País e que obriga os produtores a exportar sua produção.

Considerando que na safra 2020/2021 a produção nacional de grãos alcançou o total de 256,7 milhões de toneladas e que na safra 2022/2023 alcançou o volume recorde de 319,8 milhões de toneladas, em apenas três anos o Brasil passou a produzir mais de 63 milhões de toneladas, representando um acréscimo de quase 25% nessas três safras. A realidade é bem diferente quanto ao aumento da capacidade estática de armazenagem no País, que em 2021 era estimada em 193,3 milhões de toneladas, chegando a 2023 em 201,8 milhões de toneladas, o que representa um acréscimo de aproximadamente 4%.

O Brasil, apesar de ser um dos maiores produtores de grãos do mundo, ainda apresenta um sistema de armazenamento insuficiente e com uma capacidade estática capaz de armazenar apenas 63% de uma única safra.

Importante lembrar que, no ano de 2010, a capacidade estática de armazenagem era suficiente para guardar aproximadamente 90% da safra colhida e esse índice veio se agravando, chegando a cerca de 60% em 2023, justificada pelo forte desenvolvimento tecnológico impulsionado por investimentos em novas tecnologias que vem contribuindo para o aumento de produtividade no campo – em 2010 com média Brasil em 3.148 kg/ha e em 2023, alcançou mais de 4.000 kg/ha, ou seja, em apenas 13 anos a produtividade aumentou em média, 28,4%.

Produzimos cada vez mais graças às novas tecnologias de cultivo e ao desenvolvimento tecnológico impulsionados por investimentos, entretanto, o setor de armazenagem não teve a mesma lógica, assim, produzimos mais, entretanto, não temos onde armazenar a produção, evidenciando os prejuízos causados pela falta de investimentos nessa área.

No Brasil, o produtor rural convive com uma estrutura de armazenamento que está defasada, para não dizer inexistente, e vale lembrar que, se, na média do País, aproximadamente 15% da capacidade estática está nas fazendas, dificultando ainda mais a logística de distribuição de grãos, no Estado de Tocantins, a realidade não é muito diferente, onde os produtores rurais, grupos agrícolas e cooperativas participam com a armazenagem nas



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [9 de 19]



## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

fazendas de aproximadamente 786.419 toneladas (cerca de 25,24% da capacidade estática de armazenagem do estado), a Conab com apenas 37 mil toneladas e as outros 2,29 milhões de toneladas com empresas exportadoras, armazéns gerais, cerealistas e outros.

A capacidade estática de armazenagem no Estado do Tocantins é da ordem de 3,1 milhões de toneladas de grãos, conforme dados da Conab, e, considerando que, o último levantamento realizado pela Companhia, em fevereiro de 2024, estima uma produção total de grãos da ordem de 7.164,67 mil toneladas, a capacidade estática de armazenagem é de apenas 44%, bem menor que a média brasileira estimada em aproximadamente 60%.

Comparando nossa estrutura de armazenagem com os nossos concorrentes internacionais, constatamos que, nos Estados Unidos, pouco mais de 50% das propriedades possuem silos ou armazéns; no Canadá, essa estrutura de armazenagem nas propriedades chega a quase 85% e, na nossa vizinha Argentina, esse índice chega a quase 40%, superando em quase três vezes a capacidade de nossas fazendas. Vale lembrar que os dados indicam que a armazenagem dentro da fazenda tem crescido cerca de apenas 1% ao ano, com superávit somente na região Sudeste.

Ao observarmos as microrregiões que possuem os cinquenta maiores déficits na capacidade estática de armazenagem da produção, verificamos que o problema está evidente. Em quase todos os estados produtores e no Estado do Tocantins, aparecem duas microrregiões deficitárias, Jalapão e Miracema do Tocantins, que, juntas, já produziram quase 2,5 milhões de toneladas para uma capacidade estática capaz de armazenar apenas 505 mil toneladas (20,5%). São quase 2 milhões de toneladas comercializadas ou exportadas para outras regiões em plena colheita.

O quadro é tão caótico que a Conab divulgou que o déficit em armazenagem na safra 2022/2023 chegaria a aproximadamente 130 milhões de toneladas. Nas condições atuais de produção e de capacidade estática de armazenagem, chega-se à conclusão que, para cada 1% de aumento na produção de grãos, seria necessário 1,66% de aumento da capacidade estática



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [10 de 19]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

em armazenagem, apenas para manter os atuais níveis da relação entre produção e capacidade de armazenamento de grãos.

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) apresentou estudo no ano de 2023 para demonstrar que o Brasil precisa alocar mais recursos para promover investimentos no setor de armazenagem, estimando em R\$ 15 bilhões por ano apenas para impedir que o déficit de armazenagem de grãos, continue a crescer. Assim, os cenários futuros com previsões otimistas em relação ao aumento da produtividade e aumento de área plantada, seja pela conversão de áreas degradadas ou pela abertura de novas áreas devidamente licenciadas, trarão um quadro ainda mais caótico em relação à armazenagem para os próximos anos se nada for feito.

É sabido que uma armazenagem adequada dos grãos significa redução das perdas e dos custos com o transporte, permite um maior controle de umidade e de qualidade do produto adequadamente armazenado e melhores preços a serem alcançados ao longo da safra e com a possibilidade de comercializar a produção no momento mais adequado.

Sem ter como armazenar sua produção, os produtores se utilizam de alternativas como o “*silo bag*” quando não armazenam a céu aberto, buscam por prestadores de serviços em armazenagens locais mais distantes, ou se utilizam da entrega a um entreposto de recebimento representado pelas empresas exportadoras. O período de colheita é curto e o acúmulo de caminhões em pontos de transbordo decorrente do grande volume de produção a ser escoada em curto espaço de tempo provoca perdas de qualidade e de quantidade, impactando negativamente no resultado, o que é agravado pelo aumento no custo do transporte e dos serviços de armazenagem, além de pressionar os prêmios da soja e do milho para níveis negativos em relação ao mercado internacional.

Conforme apresentado pelo Boletim Logístico da Conab datado ainda de 2021, as filas e a morosidade na descarga em terminais exercem efeito de enxugamento de oferta de transporte à medida que caminhões ficam parados em filas de descarga, portanto, indisponíveis para realização de mais viagens, o que inflaciona os preços do frete.



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [11 de 19]





## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

O problema de falta de armazéns para atender a demanda crescente da produção de grãos no Brasil, que já é crônico, vem trazendo prejuízos financeiros ao produtor rural, conforme demonstra estudo elaborado pela Consultoria Cogo Inteligência em Agronegócio, ao pressionar os prêmios da soja e do milho para níveis negativos em relação ao mercado internacional, com perdas estimadas para a cadeia produtiva da ordem de R\$ 30,5 bilhões, segundo o estudo.

Os prêmios negativos, que no caso da soja, em 2023, foram os piores dos últimos 20 anos, fez com que essa cadeia respondesse por prejuízos estimados em R\$ 19 bilhões e a cadeia do milho por outros R\$ 11,5 bilhões, sendo o déficit de armazenagem o maior responsável por esse resultado.

No ano de 2015, estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), mapeou as perdas durante cada atividade da cadeia logística da soja e do milho no País, constatando que foram desperdiçadas 2,381 milhões de toneladas de milho e soja, o que corresponde a 1,3% da safra daquele ano, gerando uma perda financeira de R\$ 2 bilhões, sem considerar o custo do frete por conta das distâncias e da infraestrutura precária.

Traçando um diagnóstico detalhado das perdas de soja e milho durante o transporte e armazenagem no Brasil – da fazenda até os centros consumidores e portos, passando por ferrovias e hidrovias –, foi possível identificar que as perdas ocorrem em função de diferentes atividades logísticas: armazenagem, qualidade das rodovias, modalidade de transporte e canal de comercialização, concluindo que das 2,38 milhões de toneladas desperdiçadas, 38,81% (aproximadamente 1 milhão de toneladas) ocorreram em armazenamento externo e 21,67% (516 mil toneladas) em transporte rodoviário entre a fazenda e a armazenagem.

Esse estudo já deixou claro, em 2015, quando a defasagem em armazenagem não chegava a 55 milhões de toneladas, que aumentar a capacidade de armazenagem pode reduzir essas perdas em até 21,6% e oferecer estradas rodoviárias em boas condições pode contribuir para uma redução de 16% nas perdas durante o transporte dos grãos.



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [12 de 19]



## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Como o déficit na capacidade é crescente, com poucas mudanças em relação à infraestrutura de armazenagem e rodoviária, uma extrapolação razoável dos resultados obtidos pelo estudo da Esalq em 2015 permitiria estimar perdas de R\$ 4 bilhões para a cultura da soja em 2024 diretamente relacionadas à falta de armazéns.

O sistema de armazenagem de produtos agrícolas traz, dentre outros objetivos, sob a ótica da política pública, o de permitir um fornecimento uniforme de alimentos ao longo do ano, tanto para atendimento do mercado interno quanto para a exportação e o de assegurar um estoque de segurança para os períodos de contingências, permitindo inclusive, atender a demanda do setor primário quando da escassez de produtos destinados, principalmente, à alimentação animal, como forma de reduzir os custos de produção e evitar agravamento de crises de abastecimento.

Sob a ótica do empreendedor ou do produtor rural, a armazenagem de sua produção facilita a negociação por melhores preços, seja no mercado interno ou para exportação, proporcionando: maior estabilidade de preços; maior rentabilidade da atividade ao proporcionar a redução no custo do frete, uma vez que não será necessário o transporte para armazéns de terceiros; e menor risco de perda de qualidade do produto.

Segundo a Conab, o sistema de armazenagem nacional sempre foi um dos componentes da Política Agrícola com a finalidade principal de garantir um fluxo de abastecimento constante, proporcionando maior estabilidade de preços e de mercado, com programas institucionais, realizados por meio da formação de estoques de produtos agrícolas que necessitam de suporte logístico, que é fornecido pela rede armazenadora do País, sejam eles armazéns próprios da Conab, ou de terceiros.

Com capacidade útil de 96,1 milhões de toneladas, os silos predominam como sistema de armazenagem, seguidos pelos armazéns graneleiros com 70 milhões de toneladas, e os armazéns convencionais, estruturais e infláveis, com capacidade útil 22,6 milhões de toneladas, que atendem basicamente os cinco principais produtos agrícolas estocados nas unidades armazenadoras, que representam 95,8% do total (soja, milho, arroz, trigo e café).



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [13 de 19]



## SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

O armazenamento é feito principalmente por empresas exportadoras, em nível de fazenda e por cooperativas, mas a falta de capacidade de armazenagem e a baixa oferta de prestadores de serviços de armazenagem, fez surgir a figura do armazenamento informal por meio da disponibilização de espaço de produtores para terceiros armazenarem seus grãos, sendo comum, nesses casos, a ocorrência de perdas ocasionadas pelas más condições de conservação.

Também provocam perdas: o uso de soluções precárias como silos *bag*, que apresentam problemas relacionados a umidade, ataques de roedores, insetos, pragas e doenças, além de serem alternativas mais caras; e o armazenamento a céu aberto.

A utilização de entrepostos das exportadoras também representa prejuízo para os produtores rurais, pois precisam colher a safra e transportá-la ao entreposto de recebimento, o que provoca a concentração da oferta em um curto período do ano, derrubando a cotação do produto, além de aumentar custos de frete rodoviário.

A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei Agrícola), que *dispõe sobre a Política Agrícola*, estabelece, no inciso I do seu art. 3º, que *o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais*, definindo ainda no inciso VII do art. 4º que *a produção, comercialização, abastecimento e armazenagem são ações e instrumentos da política agrícola*.

Na mesma lei, o art. 36 trata da criação de estímulos por parte do poder público para a melhoria das condições de armazenagem, processamento, embalagem e redução de perdas no âmbito dos estabelecimentos rurais, inclusive comunitário e, no art. 48, já tratando do crédito rural como instrumento de financiamento da atividade rural como os objetivos iniciados em seu inciso I traduzindo a importância da armazenagem ao estabelecer o *estímulo aos investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e*



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [14 de 19]



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

instalação de agroindústria, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas.

Quanto aos incentivos, o art. 103, que trata da concessão de incentivos especiais ao produtor rural, define no inciso II do seu parágrafo único a prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infraestrutura rural, notadamente de energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação.

Ao longo dos anos, infraestrutura em armazenagem sempre esteve presente no conjunto de políticas creditícias e anunciadas por meio dos Planos Safras, destinando recursos sejam para linhas gerais ou mesmo para os programas específicos com recursos do BNDES, como o Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras (PROAZEM) lançado pelo governo federal em 2001, para estimular o armazenamento da safra pelo produtor, além do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural).

Já em 2002, o Proazem foi remodelado e passou a se chamar Programa de Modernização da Infraestrutura Rural (MODERINFRA), contemplando também investimentos em irrigação, e atualmente, são vários os programas que disponibilizam crédito para financiar a infraestrutura em armazenagem, a exemplo do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (MODERAGRO), Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) e o PCA, como instrumento mais recente e específico para melhoria da infraestrutura em armazenagem.

Em 1989, mesmo antes da publicação da Lei Agrícola já traduzindo a importância da infraestrutura de armazenagem como componente a ser incentivado pelo crédito oficial, a Lei 7.827, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências”, também tratava do crédito ao produtor para melhoria da infraestrutura produtiva, como instrumento de redução das desigualdades regionais, conforme definido no seu artigo 2º, atribuindo às instituições



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [15 de 19]



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

financeiras, ainda, nos termos do inciso I do art. 15, o papel de *aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelos respectivos Conselhos Deliberativos*.

O crédito, no caso de operações amparadas com recursos dos Fundos Constitucionais, deve ser concedido de acordo com os programas aprovados pelos respectivos Conselhos Deliberativos, conforme se depreende do inciso I do art. 14 da Lei nº 7.827, de 1989, que atribui a esses Conselhos competência para *estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento*.

Em relação aos Conselhos Deliberativos do Desenvolvimento do Centro-Oeste, da Amazônia e do Nordeste, instituídos pela Lei Complementar (LCP) nº 129, de 08 de janeiro de 2009 (*Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO*), pela LCP nº 124, de 03 de janeiro de 2007 (*Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM*) e pela LCP nº 125, de 03 de janeiro de 2007 (*Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE*), as respectivas leis complementares estabelecem como atribuições desses Conselhos, a aprovação dos *planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas que priorizem as iniciativas voltadas para a promoção dos setores relevantes da economia regional*, definindo, em relação ao FCO, FNO e FNE, observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que compete aos referidos Conselhos, *estabelecer, anualmente, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento, em consonância com os Planos Regionais de Desenvolvimento de cada uma das regiões*.

A Resolução CONDEL/SUDECO nº 129, de 19/07/2022 e a Resolução CONDEL/SUDAM nº 99, de 15/08/2022, aprovaram as Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento para os respectivos fundos, estabelecendo como diretriz, dentre outras, aquelas previstas no art. 3º da Lei n. 7.827, de 1989, já citada, e o *tratamento diferenciado e favorecido para os projetos de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas e dentre as prioridades setoriais, a contratação de projetos que apoiem o desenvolvimento das cadeias*



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [16 de 19]



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

*agropecuárias (insumos, produção, armazenagem, industrialização, irrigação, logística e produção de crédito de carbono).*

Via de regra e comparando os objetivos da política pública e a concessão de crédito, seja por meio do Plano Safra com recursos oficiais do crédito rural, em programas implementados pelo BNDES, ou ainda, por meio dos Fundos Constitucionais ou dos Fundos de Desenvolvimento Regional, apesar do enorme e crescente déficit na capacidade estática de armazenagem e todos os aspectos socioeconômico, tecnológicos e espacial que traduzem a importância da armazenagem em nível de propriedade rural, não há na programação dos Fundos Constitucionais qualquer forma de incentivo que se coaduna com o enunciado do art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, seja, pelo estabelecimento de prazos e carência compatíveis com o tempo de maturação do empreendimento, limites de financiamento e encargos financeiros que sejam realmente diferenciados ou favorecidos, que venham estimular a busca pelo crédito para fomentar a construção de silos e armazéns.

O déficit em armazenagem já vem causando enormes prejuízos do ponto de vista da infraestrutura rodoviária prejudicando o ir e vir com a deterioração das vias de transporte, além de outros prejuízos à sociedade como um todo, pois favorece oscilações dos preços de mercado e gera incertezas em relação a oferta de alimentos, devido à ausência de estoques reguladores. Isso gera um problema ainda maior sob a ótica da segurança alimentar e nutricional, pois o País fica exposto a riscos de abastecimento no caso de quebra de safra por eventos climáticos, como vem ocorrendo em algumas regiões, principalmente se considerarmos os desafios decorrentes das mudanças climáticas.

A importância da armazenagem não se resume ao benefício apenas do produtor, são investimentos que contribuem para o desenvolvimento incluyente e sustentável, que gera empregos por se tratar de construção civil e incremento de renda ao produtor, com impacto positivo para toda a população à medida que o sistema de armazenagem passa a cumprir e desempenhar seu importante papel ao permitir um fornecimento uniforme de alimentos ao longo do ano, trazendo estabilidade nos preços, e ao assegurar um estoque de segurança para os períodos de contingências, como forma de reduzir os custos de produção e evitar o agravamento de eventuais crises.



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [17 de 19]





## SENADO FEDERAL

## Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Não há dúvidas de que ampliar a oferta de crédito para investimentos em infraestrutura e construção de silos e armazéns, aumentando a capacidade estática de armazenagem, é sem dúvida oportunizar uma das soluções mais rápidas para reduzir esse descasamento entre produção e estocagem, mas os dados têm demonstrado, que, apesar de serem poucos os recursos, no período de 2013 a 2023 apenas cerca de 60% desses recursos foram aplicados. Isso evidencia, portanto, que há gargalos na concessão de crédito que precisam ser resolvidos, como a redução da burocracia para o acesso as linhas de financiamento, maior agilidade em relação à análise dos projetos, considerar os benefícios da armazenagem na redução de custos e agregação de valor ao produto e redução das garantias exigidas, considerando a infraestrutura a ser construída.

Ainda do ponto de vista da oferta de crédito, e estando os maiores déficits em armazenagens em microrregiões produtoras que integram as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, regiões amparadas pelos Fundos Constitucionais de Financiamento e pelos Fundos de Desenvolvimento Regional, vislumbra-se a possibilidade de atacar o problema por meio da oferta de crédito regionalizada que venha a estimular a ampliação, modernização e reestruturação do parque armazenador nessas regiões, por meio de prazos e condições mais adequados e rebates já permitidos na legislação dos respectivos fundos.

Ressalta-se, por fim, que estudos elaborados pelo Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada (IMEA), realizado em fevereiro de 2023, conclui que investimentos realizados por produtores se mostraram viáveis economicamente a partir da produção em áreas superiores à 1.250 hectares de soja e 950 hectares de milho na 2ª safra, considerando as condições ofertadas pelo PCA, com taxa de juros de 7% ao ano e prazo total de 12 anos. O estudo considera, ainda, uma capacidade estática de 4 mil toneladas e o giro de 1,47% e um custo total de implantação da ordem de R\$ 5,53 milhões de reais a um custo médio de R\$ 1,38 mil por tonelada.

De fundamental importância o dado trazido no estudo apresentado pelo IMEA, entretanto, deve-se considerar também as informações divulgadas recentemente pela líder do mercado brasileiro na construção de silos, a empresa Kepler Weber, ressaltando que um silo montado custa entre R\$ 750,00 e R\$ 1.000,00 por tonelada de grãos



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [18 de 19]



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

armazenada, investimentos que valeriam à pena para propriedades com área de produção a partir dos 400 ha.

São esses todos os argumentos que justificam a presente Proposição, e, nesse sentido, espero contar com a apoio dos Nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, de abril de 2024.

**Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA**



Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6842612881>

Avulso do PL 1070/2024 [19 de 19]



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1071, DE 2024

Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para tipificar como crime de responsabilidade o ato de frustrar ou obstar, por qualquer forma ou meio, o acesso legítimo a informação e altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei do Acesso à Informação – LAI), para derrogar o sigilo de 100 anos e conferir atribuição ao Ministério Público.

**AUTORIA:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1071/2024 [1 de 4]



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**

Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para tipificar como crime de responsabilidade o ato de frustrar ou obstar, por qualquer forma ou meio, o acesso legítimo a informação e altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei do Acesso à Informação – LAI), para derogar o sigilo de 100 anos e conferir atribuição ao Ministério Público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 7º** .....

11) frustrar ou obstar, por qualquer forma ou meio, o acesso legítimo a informação de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, nos termos do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal.”  
(NR)

**Art. 2º** A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 31.** .....

§ 1º .....

I – terão seu acesso restrito, observada classificação nos termos do art. 24, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

.....” (NR)

“**Art. 35-A.** O Ministério Público acompanhará a aplicação do disposto nesta Lei, inclusive no âmbito da Comissão Mista de



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2444094869>

Avulso do PL 1071/2024 [2 de 4]

Reavaliação de Classificação, zelando pela concretização do direito da sociedade e do cidadão à publicidade dos negócios públicos. ”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora apresentamos a esta Casa tem o objetivo de garantir à sociedade e ao cidadão o direito efetivo de obter informações sobre os negócios públicos.

Ocorre que hoje estamos assistindo a abusos por parte dos governantes e órgãos do Estado, que têm se negado a fornecer informações que deveriam ser públicas, inclusive decretando sigilos por prazos absurdos, de até cem anos, ou seja, um século, em verdadeiro desprezo pelo princípio da publicidade das coisas públicas, que tem que ser observado pela administração pública, inscrito que está no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

Assim, é com objetivo de dar maior efetividade ao princípio da publicidade, em proveito da transparência nos negócios públicos e em favor da Cidadania, que ora propomos três medidas legislativas, a saber.

Primeiramente, estamos propondo alterar a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 (Lei dos Crimes de Responsabilidade), para tipificar um novo crime de responsabilidade do Presidente da República que pode resultar na perda do cargo, extensivo ao Vice-Presidente, Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador-Geral da República, consistente no ato de frustrar ou obstar, por qualquer forma ou meio, o acesso legítimo a informação de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, nos termos do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal.

Ademais, estamos derogando o sigilo excepcional de 100 anos previsto no inciso I do § 1º do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei do Acesso à Informação – LAI), que tem sido indevidamente usado e abusado, para aplicar às informações pessoais as regras gerais de classificação de sigilo previstas no art. 24, que têm como limite de sigilo vinte e cinco anos.

Por fim, estamos ainda propondo o acréscimo à LAI de art. 35-A, estipulando que o Ministério Público (MP) acompanhará a aplicação do



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2444094869>

Avulso do PL 1071/2024 [3 de 4]



disposto nessa Lei, inclusive no âmbito da Comissão Mista de Reavaliação de Classificação, zelando pela concretização do direito da sociedade e do cidadão à publicidade dos negócios públicos.

A propósito, cabe recordar que o art. 129, II, da CF preceitua que entre as funções institucionais do MP está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia. Além disso, a CF prevê que cabe ao MP exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade (art. 129, X).

Desse modo, com as alterações legislativas que ora estamos propondo, objetivamos dar maior efetividade ao princípio da publicidade inscrito na Lei Maior (art. 37, *caput*) em proveito da transparência nos negócios públicos e em favor da Cidadania.

Em face da relevância da matéria, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos a esta Casa.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2444094869>

Avulso do PL 1071/2024 [4 de 4]

# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 211, DE 2024

Requer voto de aplauso ao Desembargador José Ricardo Porto por pronunciamento no qual aplaudiu o jogador Vinícius Jr. pela sua luta contra o racismo.

**AUTORIA:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 211/2024 [1 de 3]



**RQS**  
**00211/2024**SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro**REQUERIMENTO Nº DE**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Exmo. Desembargador José Ricardo Porto, por pronunciamento no qual aplaudiu o jogador Vinícius Jr. pela sua luta contra o racismo.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

**JUSTIFICAÇÃO**

Considerando a significativa e elogiável manifestação do Desembargador José Ricardo Porto durante a sessão da Primeira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em 26 de março de 2024, este voto de aplauso vem expressar nosso reconhecimento e apoio às palavras proferidas pelo magistrado, bem como ao ato de coragem e resistência do jogador da seleção brasileira, Vinícius Jr., frente ao racismo.

Em um momento histórico de crescente conscientização social, as palavras do Desembargador ressoam como um chamado à ação contra uma das mais odiosas formas de discriminação que ainda assola nossa sociedade. "Basta de racismo" não é apenas um clamor por justiça, mas um lembrete de que a luta contra a discriminação é um dever coletivo.

Avulso do RQS 211/2024 [2 de 3]



O exemplo de Vinícius Jr., que apesar dos ataques sofridos, escolheu falar e lutar, merece nosso aplauso e reconhecimento. As dificuldades enfrentadas por ele, e infelizmente por tantos outros, não devem ser vistas como meros incidentes isolados, mas como parte de um problema sistêmico que exige ação imediata e efetiva.

O Desembargador José Ricardo Porto, ao expressar sua indignação e solidariedade, exemplifica a postura que todos nós devemos adotar. É imperativo que nos posicionemos contra qualquer forma de racismo e discriminação, reconhecendo-os como atentados contra a dignidade humana e os fundamentos de nossa sociedade.

Portanto, com base no exposto e em nome da justiça, da igualdade e da dignidade humana, expressamos nosso voto de aplauso ao Desembargador José Ricardo Porto e, especialmente, ao jogador Vinícius Jr. Que suas vozes e ações inspirem uma mudança palpável e duradoura contra o racismo em nosso país e no mundo.

Através deste voto de aplauso, reafirmamos nosso compromisso inabalável com a luta contra o racismo e a discriminação em todas as suas formas, incentivando todos os cidadãos e instituições a se juntarem a nós nesta causa fundamental.

Sala das Sessões, de de .

**Senadora Daniella Ribeiro**  
**(PSD - PB)**



Apresentado o Requerimento nº 211, de 2024, da Senadora Daniella Ribeiro, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Desembargador José Ricardo Porto por pronunciamento no qual aplaudiu o jogador Vinícius Jr. pela sua luta contra o racismo.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 212, DE 2024

Requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado n° 72/2023, nos termos dos arts. 336, III e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

**AUTORIA:** Líder do Bloco Parlamentar Aliança Laércio Oliveira (PP/SE), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do Bloco Parlamentar Independência Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 212/2024 [1 de 2]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Esperidião Amin

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PRS 72/2023, que “institui o Grupo Parlamentar Brasil-Japão”.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2024.

**Senador Esperidião Amin**  
(PP - SC)

SF/24602.39954-21 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 213, DE 2024

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 124 anos do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus.

**AUTORIA:** Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Lucas Barreto (PSD/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 213/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 20/11/2024, a fim de comemorarmos os 124 anos ininterruptos do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus.

### JUSTIFICAÇÃO

O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus foi fundado em 30 de maio de 1894, em Viareggio, Lucca-Itália, pela Bem-Aventurada Madre Clélia Merloni.

Madre Clélia nasceu em Forli, Itália, em 10 de março de 1861. Crescendo, sentiu-se mais atraída pela oração do que pela vida social elitista e gestão da herança familiar que seu pai queria para ela. Ela sabia, apesar de jovem, que seguir a carreira paterna de sua família não teria realizado plenamente sua vida. Inteligente, dotada e entusiasta, respondeu generosamente ao chamado de Deus ao escolher a vida consagrada.

Para cumprir a vontade de Deus e conduzir as Irmãs, Madre Clélia teve que suportar provas difíceis, profundas humilhações e dor inexplicada por muitos anos. Madre Clélia morreu em Roma, aos 21 de novembro de 1930. Seu corpo foi sepultado no cemitério Campo Verano. Após 15 anos de seu falecimento, em 1945 seu corpo foi encontrado intacto e flexível e colocado na Capela da Casa Geral. No



dia 27 de janeiro de 2018, o Papa Francisco aprovou o milagre por intercessão de Madre Clélia, concluindo o seu processo de Beatificação que teve início em 1988. No dia 03 de novembro de 2018, foi realizada na Basílica de São João de Latrão em Roma-Itália a Santa Missa de Beatificação de Madre Clélia Merloni.

Sua Santidade Papa Francisco, reconhece Madre Clélia Merloni como uma mulher totalmente entregue a vontade de Deus, zelosa na caridade, paciente nas adversidades e heroica no perdão. “Agradecemos a Deus pelos luminosos testemunho do Evangelho da nova Beata e sigamos o seu exemplo de bondade e misericórdia”. - Papa Francisco E impelida pelo lema “Caritas Christi urget nos” (A caridade de Cristo nos impele), no ano de 1900 Madre Clélia enviou as suas filhas, primeiras Irmãs Missionárias, para socorrer os emigrantes italianos, no Brasil. Logo depois, as Apóstolas acolheram, de boa vontade, o convite da Igreja para desenvolver a sua Missão em outros países; algumas missionárias partiram em 1902 para os Estados Unidos e, sucessivamente, em 1949, para a Argentina; em 1955, para a Suíça; em 1990, para o Chile; em 1992, para a Albânia; em 1994, para Moçambique; em 1997, para o Uruguai; 3 em 2001, para o Paraguai; em 2002, para Benin; em 2003, para Filipinas; em 2013, para o Haiti e em 2016, para a Irlanda e Portugal.

No ano de 1900 o solo brasileiro acolheu e foi marcado pelas filhas de Madre Clélia que intrépidas, dia após dia, enfrentaram grandes dificuldades e desafios. As primeiras Apóstolas Missionárias que chegaram em terras brasileiras em 18 de setembro do mesmo ano, atuarem em Missão no Orfanato Cristóvão Colombo, no bairro do Ipiranga, levando consigo o entusiasmo do Carisma Cleliano.

Até 1957 havia no Brasil uma única Província das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus com sede em São Paulo, embora existissem casas em vários estados. Entretanto, a expansão missionária dificultava a comunicação, o deslocamento da Superiora Provincial no acompanhamento das missões e a gestão de processos. Por conta disso, surgiu a necessidade de dividir as missões em duas Províncias: São Paulo e Paraná. Atualmente a Província de São Paulo denomina-se Província Brasileira Sagrado Coração de Jesus e a Província do Paraná denomina-



se Província Brasileira Madre Clélia Merloni. A Província de São Paulo, com sede em São Paulo – SP, compreende os Estados de São Paulo (São Paulo; Bauru; Jaú; São João da Boa Vista; Marília; Araçatuba; Birigui; Espírito Santo do Pinhal; Adamantina; Águas da Prata; São Roque; Jaci e Aparecida), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Tocantins (Palmas e Paraíso do Tocantins), Pará (Castanhal e Juruti) e Distrito Federal (Brasília e Ceilândia).

E, a Província do Paraná, com sede em Curitiba – PR, compreende os Estados do Paraná (Curitiba; Nova Esperança; Ponta Grossa; Santo Antônio da Platina; Floresta; Arapongas; Florestópolis e Piraquara), Mato Grosso do Sul (Laguna Carapã e Dourados); Santa Catarina (Urussanga; Brusque e Joinville) e Rio Grande do Sul (Nova Araçá; Bento Gonçalves; Porto Alegre; Torres e Garibaldi), conta, também, com uma comunidade em 4 Portugal, integra comunidades interprovinciais e a Delegação Latino-Americana Sagrado Coração de Jesus, que compreende os Países: Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai.

O sonho que começou na Itália, hoje ganha o mundo e estamos presentes em quatro continentes: Europa, América, Ásia e África. São mais de 150 espaços de evangelização na área da Educação, Saúde, Serviço de Pastoral Paroquial e Diocesana, Promoção Humana e Social e Missão “ad extra”.

O Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus em 30 de maio de 2024 completará 130 anos de fundação e no mesmo ano eternizará 124 anos de permanência ininterrupta no Brasil. Frisando, por fim, que a solenidade seja realizada no dia 20 de novembro, data comemorativa da "Beatificação da Bem-aventurada Madre Clélia".

Sala das Sessões, 22 de março de 2024.

**Senador Izalci Lucas**  
**(PSDB - DF)**  
**Senad**

Avulso do RQS 213/2024 [4 de 4]





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 214, DE 2024

Requer informações ao Senhor José Múcio Monteiro, Ministro de Estado da Defesa, sobre a atuação das Forças Armadas no combate à Dengue.

**AUTORIA:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 214/2024 [1 de 4]



**RQS**  
**00214/2024**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/24353.21265-76 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, José Múcio, informações sobre a atuação das Forças Armadas no Combate à Dengue.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, José Múcio, informações sobre a atuação das Forças Armadas no Combate à Dengue.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais ações estão sendo realizadas pelo Ministério da Defesa para combate à dengue nos Estados e Municípios, incluindo ações de cunho preventivo, informativo e logística/estrutural?
2. Quantos militares foram empregados nas ações de combate à doença?
3. Forem despendidos recursos orçamentários de programação específica para auxiliar estados e municípios no combate à dengue? Qual o valor empregado até o momento?
4. O Ministério da Defesa foi provocado por governos locais para auxílio nesse momento de intensificação da doença, quais Estados solicitaram ajuda e como tem sido a interlocução do Ministério da Defesa com as secretarias, prefeituras e governos?

Avulso do RQS 214/2024 [2 de 4]



5. Há perspectiva de novas ações e aumento da capilaridade das ações do Ministério da Defesa? Existem ações conjuntas entre a Pasta e o Ministério da Saúde?

## JUSTIFICAÇÃO

A dengue é uma doença classificada como arbovirose, causada por vírus transmitido por vetores artrópodes. O conhecido “mosquito da dengue” é cientificamente chamado de *Aedes aegypti*, sendo a transmissão feita pela fêmea.

Todos os anos o Brasil enfrenta aumento dos casos no período de outubro a maio pelo padrão sazonal do mosquito. Altas temperaturas e aumento das chuvas favorecem a proliferação do mosquito e maiores riscos de epidemia.

Nesse período, fatores de risco ganham maior evidência, principalmente em áreas de maior vulnerabilidade relacionados à falta de saneamento básico, mudanças climáticas, urbanização desordenada. Portanto, o papel do Governo Federal se torna ainda mais complexo para prevenir e combater a reprodução acelerada do mosquito, reduzir focos da doença e atender toda a população infectada.

Considerando a interseccionalidade das ações voltadas para epidemias, o Ministério da Defesa cumpre papel importante, sobretudo pela expertise técnica em áreas de risco, isoladas, combate às doenças epidêmicas, conscientização e logística.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, até o momento, o Brasil possui 2.045.277 casos prováveis de dengue, 1.078 óbitos em investigação e 715 óbitos confirmados pela doença. O Distrito Federal é a unidade da federação com maior coeficiente de incidência, seguido por Minas Gerais e Espírito Santo.

O Ministério da Saúde instituiu o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para Dengue e outras Arboviroses com o propósito de oferecer



uma resposta coordenada e eficiente às situações epidemiológicas relacionadas a essas doenças.

Por fim, sabe-se que o Exército e Aeronáutica têm realizado ações estratégicas em todo o país tanto no campo da prevenção como em parceria com Secretarias de Saúde municipais para auxiliar no tratamento da doença. É essencial que este Parlamento conheça detalhadamente essas ações com o objetivo de somar esforços nesse momento de agravamento da situação epidemiológica em diversos estados.

Face ao exposto, solicitamos o encaminhamento deste requerimento para que as questões levantadas possam ser elucidadas pelo Ministério da Defesa.

Sala das Sessões, 27 de março de 2024.

**Senador Alessandro Vieira**  
(MDB - SE)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 215, DE 2024

Requer informações à Senhora Nísia Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre o atual surto de Dengue que está se alastrando no Brasil.

**AUTORIA:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 215/2024 [1 de 4]



**RQS**  
**00215/2024**SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

SF/24223.66467-89 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre o atual surto de dengue que está se alastrando no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre o atual surto de dengue que está se alastrando no Brasil.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais são os protocolos de atendimento implementados pelo Ministério da Saúde para lidar com o aumento da demanda por postos de saúde em razão da atual situação de emergência causada pela dengue? Fornecer os documentos oficiais que definem esses protocolos e quaisquer atualizações feitas desde outubro de 2023 até hoje.
2. Quais critérios são utilizados para definir a ordem de prioridade dos grupos a serem vacinados contra a Dengue? Fornecer dados sobre a quantidade de doses distribuídas para cada estado e município e projeção de expectativa de vacinação em cada estado.

Avulso do RQS 215/2024 [2 de 4]



3. Quais medidas o Ministério da Saúde adotou para identificar, recolher e substituir lotes de vacinas com prazo de validade expirado? Há informações disponíveis sobre os possíveis impactos na eficácia das campanhas de vacinação em curso?
4. Qual o protocolo a ser seguido pelos Estados e Municípios diante da proximidade de expiração dos prazos de validade das vacinas? É possível redirecionar o imunizante?
5. Qual a quantidade de vacinas Qdenga vencidas e que precisaram ser descartadas até o momento?
6. Qual o valor total do apoio financeiro fornecido pelo Ministério da Saúde aos estados e municípios destinado para medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas, como a dengue nos anos de 2023 e 2024?

## JUSTIFICAÇÃO

A necessidade de transparência e prestação de contas sobre as políticas e ações empreendidas pelo governo federal no âmbito da saúde pública, especialmente diante da persistente epidemia de dengue que assola diversas regiões do país é o fundamento para solicitar informações ao Ministério da Saúde. O Brasil tem a dengue como uma doença endêmica, com ocorrência anual e impactos significativos na saúde da população e nos sistemas de saúde locais.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) apresenta dados que mostram um padrão recorrente de epidemias da dengue nos últimos anos, com um grande número de casos notificados e uma alta taxa de incidência em vários estados. Em 2023, por exemplo, foram notificados mais de 1,5 milhão de casos suspeitos de dengue em todo o território nacional, representando um aumento significativo em comparação com anos anteriores. Isso destaca a seriedade e a importância do problema.



De acordo com dados do Ministério da Saúde, até o momento, o Brasil possui 2.045.277 casos prováveis de dengue, 1.078 óbitos em investigação e 715 óbitos confirmados pela doença. O Distrito Federal é a unidade da federação com maior coeficiente de incidência, seguido por Minas Gerais e Espírito Santo.

O Ministério da Saúde tem realizado ações vitais para evitar, controlar e reduzir os impactos da dengue, assegurando que a população tenha acesso aos serviços de saúde necessários e promovendo atividades de vigilância epidemiológica e sanitária capazes de frear a disseminação do vírus causador. Além disso, o Brasil foi o primeiro país do mundo a oferecer a vacina contra a dengue no Sistema Público de Saúde, demonstrando a importância de ações de fortalecimento do SUS e políticas públicas estratégicas.

Assim, é essencial que este Parlamento conheça detalhadamente as ações do Ministério da Saúde com o objetivo de somar esforços nesse momento de agravamento da situação epidemiológica em diversos estados.

Sala das Sessões, 27 de março de 2024.

**Senador Alessandro Vieira**  
(MDB - SE)



Requerimentos n<sup>os</sup>

- 214, de 2024, do Senador Alessandro Vieira, solicitando informações ao Senhor José Múcio Monteiro, Ministro de Estado da Defesa, sobre a atuação das Forças Armadas no combate à Dengue; e

- 215, de 2024, do Senador Alessandro Vieira, solicitando informações à Senhora Nísia Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, sobre o atual surto de Dengue que está se alastrando no Brasil.

Os Requerimentos vão à Comissão Diretora, para decisão.





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO N° 216, DE 2024

Requer informações ao Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, sobre a aplicação da Resolução Normativa nº 181/2023/CUn, de 8 de agosto de 2023, editada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, especificamente em relação à Política Institucional de Ações Afirmativas de acesso, concursos, permanência qualificada para pessoas que se autodeclaram transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias, que prevê a reserva de vagas para esse público em seus cursos de graduação, programas de pós-graduação e nos concursos públicos para preenchimentos de cargos naquela Universidade.

**AUTORIA:** Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN)



[Página da matéria](#)



**RQS**  
**00216/2024**

SENADO FEDERAL

SF/24740.57542-02 (LexEdit)

**REQUERIMENTO Nº DE**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana, informações relacionadas à aplicação da Resolução Normativa nº 181/2023/CUn, de 8 de agosto de 2023, editada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, especificamente em relação à Política Institucional de Ações Afirmativas de acesso, concursos, permanência qualificada para pessoas que se autodeclararam transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias, que prevê a reserva de vagas para esse público em seus cursos de graduação, programas de pós-graduação e nos concursos públicos para preenchimentos de cargos naquela Universidade.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana, informações relacionadas à aplicação da Resolução Normativa nº 181/2023/CUn, de 8 de agosto de 2023, editada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, especificamente em relação à Política Institucional de Ações Afirmativas de acesso, concursos, permanência qualificada para pessoas

Avulso do RQS 216/2024 [2 de 4]



que se autodeclaram transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias, que prevê a reserva de vagas para esse público em seus cursos de graduação, programas de pós-graduação e nos concursos públicos para preenchimentos de cargos naquela Universidade.

Nesses termos, requisita-se:

1. A relação dos editais de seleção para cursos de graduação, para programas de pós-graduação e para preenchimento de cargos públicos efetivos naquela Universidade que tenham atendido às exigências de reserva de vagas previstas na Resolução Normativa nº 181/2023/CUn, de 2023;
2. O quantitativo dos candidatos inscritos e dos aprovados que se declararam trans em cada um desses processos seletivos.
3. O quantitativo dos candidatos que se declararam pessoa trans, mas que tiveram sua candidatura indeferida pela respectiva Comissão de Validação de Autodeclaração, com as respectivas razões de indeferimento.
4. Os pareceres técnicos e a fundamentação legal para a criação da reserva de vagas e do percentual fixado na resolução.

## JUSTIFICAÇÃO

A Administração Pública é regida pelo princípio da legalidade. Com base nesse princípio, foi, no Congresso Nacional, discutida e votada a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que estabeleceu a reserva de vagas para pessoas com deficiência no acesso aos cargos públicos. Também foi por meio de lei específica que foram criadas as cotas em Universidades Federais para pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência (art. 3º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012). Essas normas legais autorizam e fundamentam os editais para seleção



decandidatos aos cursos de graduação e pós-graduação em todas as universidades e instituições federais de ensino.

Ocorre que, desde o ano passado, uma resolução do conselho universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a alegação de criar políticas de combate aos preconceitos contra pessoas trans, terminou por extravasar de suas competências e instituiu uma nova modalidade de reserva de vagas para pessoas que se autodeclaram transexuais, travestis, transmasculinas, transgêneras e/ou não binárias. Trata-se de uma inovação normativa que, além de afrontar as competências legislativas do Congresso Nacional, pode gerar injustiças e ampliar as incertezas para aqueles que decidem ingressar no ensino superior público federal. Isso porque, além de reserva de vagas, também são previstas comissões de validação de autodeclaração, que farão o delicado trabalho de validar as inscrições e, na prática, dizer quem é e quem não é pessoa trans.

Essa discussão precisa ser travada no Congresso Nacional. Para tanto, precisamos obter informações do Ministério da Educação que elucidem as inúmeras dúvidas jurídicas e técnicas que uma política dessas acarreta. Este é o motivo do requerimento que ora apresentamos. Já temos informação de que há editais de seleção de pessoal para aquela instituição que já reservam vagas para pessoas trans (Edital nº 006/2024/DDP de 15/02/2024, por exemplo), estabelecendo distinção de tratamento sem amparo legal, o que certamente levará à judicialização do concurso. Por esse motivo, é urgente e necessário que o Ministério da Educação se manifeste formalmente perante o Congresso Nacional, a fim de que os Senadores e Senadoras possam se posicionar sobre a questão.

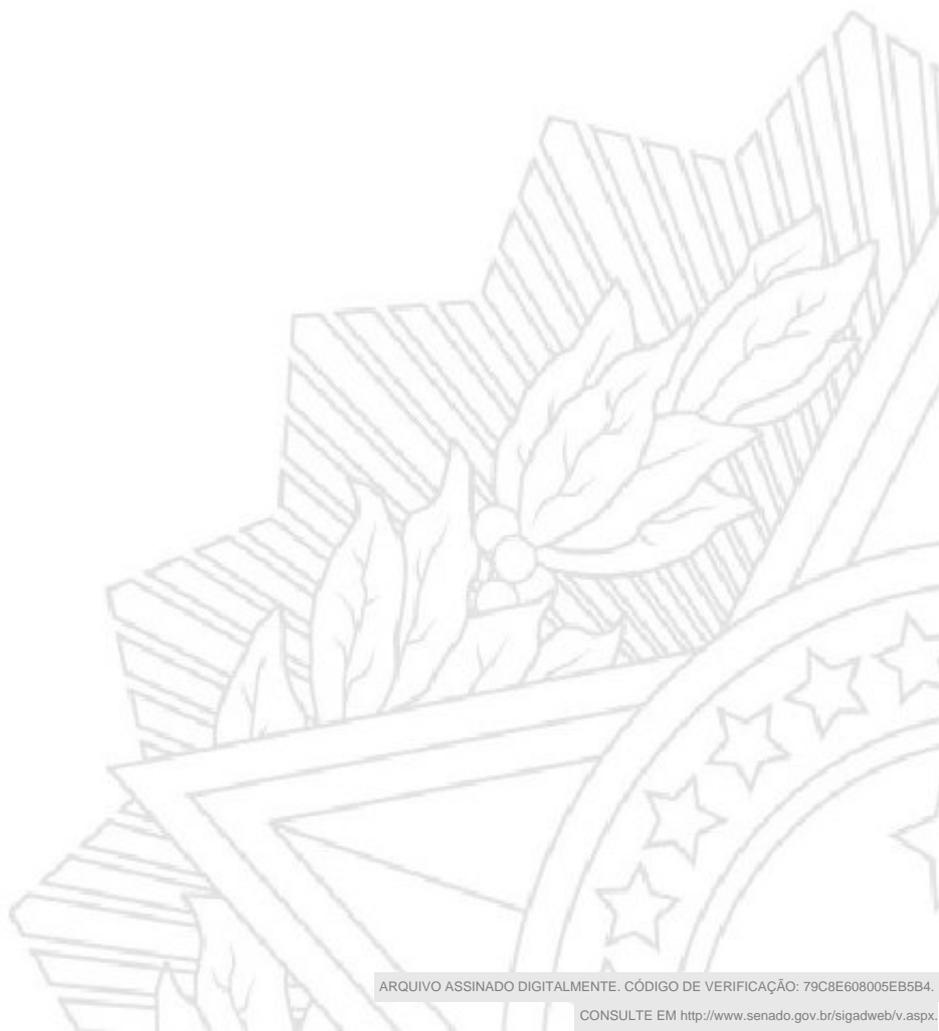
Sala das Sessões, 1º de abril de 2024.

**Senador Jorge Seif**  
(PL - SC)

Avulso do RQS 216/2024 [4 de 4]



# Término de Prazos



Encerrou-se em 1º de abril o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei nºs 1.641, de 2019; e 6.103, de 2023.

Não foram apresentados recursos.

As matérias, aprovadas terminativamente pelas comissões competentes, vão à Câmara dos Deputados.



Encerrou-se em 1º de abril o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo n°s 465, de 2019; 501, 658, 661, 678, 687, 699, 874, de 2021; 132, de 2022; 236, 243, 249 e 252, de 2023.

Não foram apresentados recursos.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, as matérias vão à promulgação.



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

PSD - Angelo Coronel\*  
PT - Jaques Wagner\*  
PSD - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho\* (S)  
PL - Flávio Bolsonaro\*  
PL - Romário\*\*

### Maranhão

PSD - Eliziane Gama\*  
PDT - Weverton\*  
PSB - Ana Paula Lobato\*\* (S)

### Pará

MDB - Jader Barbalho\*  
PODEMOS - Zequinha Marinho\*  
PT - Beto Faro\*\*

### Pernambuco

MDB - Fernando Dueire\* (S)  
PT - Humberto Costa\*  
PT - Teresa Leitão\*\*

### São Paulo

MDB - Giordano\* (S)  
PSD - Mara Gabrilli\*  
PL - Astronauta Marcos Pontes\*\*

### Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana\*  
PSD - Rodrigo Pacheco\*  
REPUBLICANOS - Cleitinho\*\*

### Goiás

PSB - Jorge Kajuru\*  
PSD - Vanderlan Cardoso\*  
PL - Wilder Morais\*\*

### Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos\*  
PSD - Margareth Buzetti\* (S)  
PL - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze\*  
PT - Paulo Paim\*  
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão\*\*

### Ceará

PSB - Cid Gomes\*  
NOVO - Eduardo Girão\*  
PT - Augusta Brito\*\* (S)

### Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro\*  
MDB - Veneziano Vital do Rêgo\*  
UNIÃO - Efraim Filho\*\*

### Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato\*  
PODEMOS - Marcos do Val\*  
PL - Magno Malta\*\*

### Piauí

PP - Ciro Nogueira\*  
MDB - Marcelo Castro\*  
PSD - Jussara Lima\*\* (S)

### Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim\*  
PSD - Zenaide Maia\*  
PL - Rogerio Marinho\*\*

### Santa Catarina

PP - Esperidião Amin\*  
MDB - Ivete da Silveira\* (S)  
PL - Jorge Seif\*\*

### Alagoas

MDB - Renan Calheiros\*  
PODEMOS - Rodrigo Cunha\*  
MDB - Fernando Farias\*\* (S)

### Sergipe

MDB - Alessandro Vieira\*  
PT - Rogério Carvalho\*  
PP - Laércio Oliveira\*\*

### Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031

### Amazonas

MDB - Eduardo Braga\*  
PSDB - Plínio Valério\*  
PSD - Omar Aziz\*\*

### Paraná

PSB - Flávio Arns\*  
PODEMOS - Oriovisto Guimarães\*  
UNIÃO - Sergio Moro\*\*

### Acre

UNIÃO - Marcio Bittar\*  
PSD - Sérgio Petecão\*  
UNIÃO - Alan Rick\*\*

### Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad\*  
PODEMOS - Soraya Thronicke\*  
PP - Tereza Cristina\*\*

### Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas\*  
PDT - Leila Barros\*  
REPUBLICANOS - Damares Alves\*\*

### Rondônia

MDB - Confúcio Moura\*  
PL - Marcos Rogério\*  
PL - Jaime Bagattoli\*\*

### Tocantins

PL - Eduardo Gomes\*  
PSD - Irajá\*  
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra\*\*

### Amapá

PSD - Lucas Barreto\*  
S/Partido - Randolfe Rodrigues\*  
UNIÃO - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

PSB - Chico Rodrigues\*  
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus\*  
PP - Dr. Hiran\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28

PSD-15 / PT-8 / PSB-5

Ana Paula Lobato	PSB / MA
Angelo Coronel	PSD / BA
Augusta Brito	PT / CE
Beto Faro	PT / PA
Chico Rodrigues	PSB / RR
Cid Gomes	PSB / CE
Daniella Ribeiro	PSD / PB
Eliziane Gama	PSD / MA
Fabiano Contarato	PT / ES
Flávio Arns	PSB / PR
Humberto Costa	PT / PE
Irajá	PSD / TO
Jaques Wagner	PT / BA
Jorge Kajuru	PSB / GO
Jussara Lima	PSD / PI
Lucas Barreto	PSD / AP
Mara Gabrilli	PSD / SP
Margareth Buzetti	PSD / MT
Nelsinho Trad	PSD / MS
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Paulo Paim	PT / RS
Rodrigo Pacheco	PSD / MG
Rogério Carvalho	PT / SE
Sérgio Petecão	PSD / AC
Teresa Leitão	PT / PE
Vanderlan Cardoso	PSD / GO
Zenaide Maia	PSD / RN

### Bloco Parlamentar Democracia - 20

MDB-11 / UNIÃO-7 / PDT-2

Alan Rick	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira	MDB / SE
Confúcio Moura	MDB / RO
Davi Alcolumbre	UNIÃO / AP
Eduardo Braga	MDB / AM
Efraim Filho	UNIÃO / PB
Fernando Dueire	MDB / PE
Fernando Farias	MDB / AL
Giordano	MDB / SP
Ivete da Silveira	MDB / SC
Jader Barbalho	MDB / PA
Jayme Campos	UNIÃO / MT
Leila Barros	PDT / DF
Marcelo Castro	MDB / PI
Marcio Bittar	UNIÃO / AC
Professora Dorinha Seabra	UNIÃO / TO
Renan Calheiros	MDB / AL
Sergio Moro	UNIÃO / PR
Veneziano Vital do Rêgo	MDB / PB
Weverton	PDT / MA

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 13

PL-12 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes	PL / SP
Carlos Portinho	PL / RJ
Eduardo Girão	NOVO / CE
Eduardo Gomes	PL / TO

Flávio Bolsonaro	PL / RJ
Jaime Bagattoli	PL / RO
Jorge Seif	PL / SC
Magno Malta	PL / ES
Marcos Rogério	PL / RO
Rogério Marinho	PL / RN
Romário	PL / RJ
Wellington Fagundes	PL / MT
Wilder Morais	PL / GO

### Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira	PP / PI
Cleitinho	REPUBLICANOS / MG
Damare Alves	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran	PP / RR
Esperidião Amin	PP / SC
Hamilton Mourão	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira	PP / SE
Luis Carlos Heinze	PP / RS
Mecias de Jesus	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina	PP / MS

### Bloco Parlamentar Independência - 9

PODEMOS-7 / PSDB-2

Carlos Viana	PODEMOS / MG
Izalci Lucas	PSDB / DF
Marcos do Val	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães	PODEMOS / PR
Plínio Valério	PSDB / AM
Rodrigo Cunha	PODEMOS / AL
Soraya Thronicke	PODEMOS / MS
Styverson Valentim	PODEMOS / RN
Zequinha Marinho	PODEMOS / PA

### S/Partido - 1

Randolfe Rodrigues	AP
--------------------	----

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	28
Bloco Parlamentar Democracia	20
Bloco Parlamentar Vanguarda	13
Bloco Parlamentar Aliança	10
Bloco Parlamentar Independência	9
S/Partido	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (S/Partido-AP)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (PL-RJ)
Damara Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

### Mandatos

\*: Período 2019/2027    \*\*: Período 2023/2031



**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÃO DIRETORA**

**PRESIDENTE**

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

**1º SECRETÁRIO**

Rogério Carvalho - (PT-SE)

**2º SECRETÁRIO**

Weverton - (PDT-MA)

**3º SECRETÁRIO**

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

**4º SECRETÁRIO**

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º** Mara Gabrielli - (PSD-SP)

**2º** Ivete da Silveira - (MDB-SC)

**3º** Dr. Hiran - (PP-RR)

**4º** Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 28</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eliziane Gama - PSD</b> (23)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSD - 15</b> <b>Otto Alencar</b> (7)</p> <p>Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (25) Lucas Barreto (43)</p> <p><b>Líder do PT - 8</b> <b>Beto Faro</b> (56)</p> <p>Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (41) Augusta Brito (44,47,48,50)</p> <p><b>Líder do PSB - 5</b> <b>Jorge Kajuru</b> (8,33)</p> <p>Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (55)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PDT) - 20</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Efraim Filho - UNIÃO</b> (4,14)</p> <p>Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (16,21,30)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do MDB - 11</b> <b>Eduardo Braga</b> (6)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (37) Confúcio Moura (28,36) Giordano (38)</p> <p><b>Líder do UNIÃO - 7</b> <b>Efraim Filho</b> (4,14)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (16,21,30) Davi Alcolumbre (20) Alan Rick (22)</p> <p><b>Líder do PDT - 2</b> <b>Weverton</b> (31,53)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (46)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (42)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PL - 12</b> <b>Carlos Portinho</b> (17)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorge Seif (39)</p> <p><b>Líder do NOVO - 1</b> <b>Eduardo Girão</b> (15,19)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Laércio Oliveira - PP</b> (59)</p> <p>Vice-Líder Damares Alves (60)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 6</b> <b>Tereza Cristina</b> (10)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 4</b> <b>Mecias de Jesus</b> (9)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (27)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS/PSDB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Styvenson Valentim - PODEMOS</b> (58,61)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 7</b> <b>Rodrigo Cunha</b> (54)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Styvenson Valentim (58,61) Marcos do Val (57)</p> <p><b>Líder do PSDB - 2</b> <b>Izalci Lucas</b> (5)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> (13)</p>
<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Ciro Nogueira - PP</b> (1,3,11)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jaques Wagner - PT</b> (2)</p> <p>Vice-Líderes Confúcio Moura (28,36) Daniella Ribeiro (34,35) Jorge Kajuru (8,33) Professora Dorinha Seabra (16,21,30) Randolfe Rodrigues (29) Weverton (31,53) Zenaide Maia (32)</p>	<p><b>Oposição</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Rogério Marinho - PL</b> (12)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (15,19) Magno Malta (18) Eduardo Gomes (26)</p> <hr/> <p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Daniella Ribeiro - PSD</b> (34,35)</p> <p>Vice-Líderes Margareth Buzetti (45,52) Jussara Lima (40,49,51)</p>

**Notas:**

- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
- Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
- Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
- Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
- Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
- Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
- Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
9. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
10. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
11. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
12. Em 06.02.2023, o Senador Rogério Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
13. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
14. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
15. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
16. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
17. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
18. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
19. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
20. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
21. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
22. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
23. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
24. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
25. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
26. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
27. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
28. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
29. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
30. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
31. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
32. Em 23.03.2023, a Senadora Zeneide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
33. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
34. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
36. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
37. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
38. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
39. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
40. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
41. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
42. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
43. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
44. Em 22.09.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 129/2023-GSFCONTA).
45. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
46. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
47. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
48. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
49. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
50. Em 14.12.2023, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores.
51. Em 14.12.2023, a Senadora Jussara Lima retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina.
52. Em 21.12.2023, a Senadora Margareth Buzetti retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina.
53. Em 08.02.2024, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 03/2024-GLPDT).
54. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
55. Em 26.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 15/2024-GLDPSB).
56. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
57. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
58. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
59. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
60. Em 06.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada 1ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
61. Em 19.03.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado Líder do Bloco Parlamentar Independência (Of. 51/2024 - GLPODEMOS).



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

### MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



### 3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

**Finalidade:** debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

**Número de membros:** 7 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2023

**Prazo final:** 13/08/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2)</sup>	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2)</sup>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

- Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
- Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** [cehv@senado.leg.br](mailto:cehv@senado.leg.br)



#### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS

**Finalidade:** destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 28/11/2023

**Prazo final:** 07/04/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1,3)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	6. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1,3)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	8. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,2,5)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destituiu o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
- Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
- Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).
- Em 28.02.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Hamilton Mourão para compor, como membro suplente, a comissão.

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Gabriel Udelsman

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** rprado@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

**Finalidade:** examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 16/08/2023

**Prazo final:** 14/12/2023

**Prazo prorrogado:** 23/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1,3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(1)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(1)</sup>	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(1)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

### Notas:

- Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
- Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
- Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**E-mail:** ctia@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

**Finalidade:** apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei para revisão e atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2023

**PRESIDENTE:** Luis Felipe Salomão <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Marco Aurélio Belizze <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Flavio Tartuce <sup>(1)</sup>

**RELATORA:** Rosa Maria de Andrade Nery <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 04/09/2023

**Prazo final:** 12/04/2024

### MEMBROS

Luis Felipe Salomão <sup>(2)</sup>

Marco Aurélio Belizze <sup>(2)</sup>

Flavio Tartuce <sup>(2)</sup>

Rosa Maria de Andrade Nery <sup>(2)</sup>

Marco Buzzi <sup>(2)</sup>

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues <sup>(2)</sup>

Cesar Asfor Rocha <sup>(2)</sup>

João Otávio de Noronha <sup>(2)</sup>

Angelica Lucia Carlini <sup>(2)</sup>

Carlos Eduardo Elias de Oliveira <sup>(2)</sup>

Claudia Lima Marques <sup>(2)</sup>

Daniel Carnio <sup>(2)</sup>

Edvaldo Brito <sup>(2)</sup>

Flavio Galdino <sup>(2)</sup>

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka <sup>(2)</sup>

Gustavo José Mendes Tepedino <sup>(2)</sup>

José Fernando Simão <sup>(2)</sup>

VAGO <sup>(2,4)</sup>

Laura Porto <sup>(2)</sup>

Marcelo de Oliveira Milagres <sup>(2)</sup>

Marco Aurélio Bezerra de Melo <sup>(2)</sup>

Marcus Vinicius Furtado Coelho <sup>(2)</sup>

Mario Luiz Delgado Régis <sup>(2)</sup>

Maria Berenice Dias <sup>(2)</sup>

Moacyr Lobato de Campos Filho <sup>(2)</sup>

Nelson Rosenthal <sup>(2)</sup>

Pablo Stolze Gagliano <sup>(2)</sup>

Patrícia Carrizo <sup>(2)</sup>

Paula Andrea Forgioni <sup>(2)</sup>

Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch <sup>(2)</sup>

Ricardo Campos <sup>(2)</sup>

Rolf Madaleno <sup>(2)</sup>

Rogério Marrone Castro Sampaio <sup>(2)</sup>

Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho <sup>(2)</sup>

Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk <sup>(3)</sup>

VAGO <sup>(3,5)</sup>



---

Maria Cristina Paiva Santiago (4)

---

Estela Aranha (4)

---

Professor Dierle José Coelho Nunes (5)

---

**Notas:**

1. Em 25.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery a Presidente, Vice-Presidente, Relator e Relatora, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 11/2023)
2. Em 25.08.2023, os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce, Rosa Maria de Andrade Nery, Marco Buzzi, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Cesar Asfor Rocha, João Otávio de Noronha, Angelica Lucia Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira, Cláudia Lima Marques, Daniel Carnio, Edvaldo Brito, Flavio Galdino, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Gustavo José Mendes Tepedino, José Fernando Simão, Judith Martins-Costa, Laura Porto, Marcelo de Oliveira Milagres, Marco Aurélio Bezerra de Melo, Marcus Vinícius Furtado Coelho, Mario Luiz Delgado Régis, Maria Berenice Dias, Moacyr Lobato de Campos Filho, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Patrícia Carrijo, Paula Andrea Forgioni, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Ricardo Campos, Rolf Madaleno, Rogério Marrone Castro Sampaio e Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho foram designados membros desta comissão (ATO nº 11, de 2023).
3. Em 06.09.2023, o Senhor Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk e a Senhora Laura Schertel Mendes foram designados membros desta comissão (ATO nº 12, de 2023).
4. Em 19.09.2023, a Senhora Judith Martins-Costa deixa de compor a comissão, e as Senhoras Maria Cristina Paiva Santiago e Estela Aranha foram designadas membros desta comissão (ATO nº 13, de 2023).
5. Em 28.02.2024, o Professor Dierle José Coelho Nunes foi designado membro titular e Laura Schertel Mendes deixa de compor a comissão (Ato nº 2/2024).

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | **Secretário-Adjunto:** Gabriel Udelsmann

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** codcivil@senado.leg.br



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO  
AOS 200 (DUZENTOS) ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

**Finalidade:** planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 12/12/2023

**Prazo final:** 17/03/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(1)</sup>	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.

2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cti200confeq@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

**Finalidade:** verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(1)</sup>	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)</b>	
	1.

**Notas:**

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****1)CPI DAS APOSTAS ESPORTIVAS**

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Requerimento nº 158, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 13/03/2024



## 2)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Finalidade:** apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 13/03/2024



## 3)CPI DA BRASKEM

**Finalidade:** investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A, decorrente do caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

Requerimento nº 952, de 2023

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(11)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(11)</sup>

**RELATOR:** Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(12)</sup>

**Leitura:** 25/10/2023

**Instalação:** 13/12/2023

**Prazo final:** 22/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2,13)</sup>	1. VAGO <sup>(2,13)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(7)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(7)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(10)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(9)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(9)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,14)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8)</sup>	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(8)</sup>

**Notas:**

- Em 09.12.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Gomes foram designados membros titulares e o Senador Magno Malta, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 28/2023-GLPL). ([DSF de 12/12/2023, p. 65](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Fernando Farias, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 103/2023-GLMDB). ([DSF de 12/12/2023, p. 73](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 69/2023-GLUNIAO). ([DSF de 12/12/2023, p. 70](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 58/2023-GLPSD). ([DSF de 12/12/2023, p. 68](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 84/2023-GLDPSB). ([DSF de 12/12/2023, p. 72](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 59/2023-GLPSD). ([DSF de 12/12/2023, p. 69](#))
- Em 11.12.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 72/2023-GLPODEMOS). ([DSF de 12/12/2023, p. 71](#))
- Em 11.12.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do PP, para compor a comissão (Of. nº 56/2023-GLPP). ([DSF de 12/12/2023, p. 66](#))
- Em 11.12.2023, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 57/2023-GLDPT). ([DSF de 12/12/2023, p. 67](#))
- Em 12.12.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pela liderança do PDT, para compor a comissão (Of. nº 40/2023-GLDPDT).
- Em 13.12.2023, a comissão reunida elegeu os Senadores Omar Aziz e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CPIBRASKEM).
- Em 22.02.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado Relator deste colegiado (Of. nº 03/2024-CPIBRASKEM).
- Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pela liderança do MDB, e o Senador Fernando Farias deixa de compor este colegiado (Of. nº 11/2024-GLMDB).



14. Em 07.03.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 04/2024-GLPL).

**Secretário(a):** Anderson Antunes de Azevedo | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 3303 3490

**E-mail:** cpibraskem@senado.leg.br



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,13)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2,26,29)</sup>	5. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,11,12,13,33,35)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	8. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2,13)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2,16)</sup>	10. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4,9,10,21)</sup>
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,25,31)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,9)</sup>	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(4)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(4,15,19,30)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,10)</sup>	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(7)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(18,20)</sup>	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(18,37)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,17,23,24,27,28)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,22,32)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,34,36)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi



- Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 144](#))
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 121](#))
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 117](#))
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN). ([DSF de 06/06/2023, p. 35](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 138](#))
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 101](#))
20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 78](#))
21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 161](#))
22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG). ([DSF de 18/10/2023, p. 147](#))
23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 200](#))
25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 138](#))
26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 137](#))
27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG). ([DSF de 23/11/2023, p. 136](#))
28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG). ([DSF de 24/11/2023, p. 71](#))
29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM). ([DSF de 24/11/2023, p. 70](#))
30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDEM). ([DSF de 25/11/2023, p. 21](#))
31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG). ([DSF de 29/11/2023, p. 182](#))
33. Em 29.02.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLDEM).
34. Em 12.03.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-BLVANG).
35. Em 13.03.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLDEM).
36. Em 14.03.2024, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



37. Em 18.03.2024, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 11/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano  
**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19  
**Telefone(s):** 6133033516  
**E-mail:** cae@senado.leg.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

**Finalidade:** opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

**(Requerimento 160, de 2023 - CAE)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

**Telefone(s):** 6133033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3,6)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3,6)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	6. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	8. VAGO <sup>(10,14,15,16,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2,8)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(2)</sup>	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,9,11,12)</sup>
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,9)</sup>	2. (5,9,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,9)</sup>	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,9)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 125](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG). ([DSF de 10/03/2023, p. 91](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLREDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))



9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 104](#))
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 197](#))
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG). ([DSF de 16/08/2023, p. 201](#))
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 165](#))
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 95](#))
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 11/11/2023, p. 9](#))
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 92](#))

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS**  
**Finalidade:** acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

**(Requerimento 53, de 2023 - CAS)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(5)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

- Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
- Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS). ([DSF de 31/08/2023, p. 166](#))
- Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS). ([DSF de 01/09/2023, p. 54](#))

**Secretário(a):** Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

**Telefone(s):** 3303-4608

**E-mail:** cas@senado.leg.br



## 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(25)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2,5)</sup>
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(2)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,27,29,30,37,50,55,57)</sup>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(2,27,29,50,55)</sup>	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5,8,30,37)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(2,5,8,13,32,34,44,47)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(2)</sup>	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2,5,8,30,41,57)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,38,40)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2,5,8,18)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,5,8,38,40)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2,15,19)</sup>	8. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2,7,8)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2,8,12,16,19)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(2)</sup>	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,8,28,30,39,41)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(17,18)</sup>	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(17,18,30,39,41,51,52,53)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(3,35,42)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(3)</sup>	2. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(3,9,20,22)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3,48,49)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(3,23,35,42,46)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3,36,42)</sup>	4. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) <sup>(3)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(3,24,31)</sup>	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(3)</sup>	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(3,56)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(3,58,59)</sup>	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(3,5)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(3,60,61,62)</sup>	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,14,43,45)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,14)</sup>	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,10,11)</sup>	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,21,26,33,54)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10,11)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randalfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 126](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrielli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLI-D-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))
24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))
25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))
26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLI-D-BLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))
27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))
28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))
29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))
30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))
31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))
32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))
33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))
34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))
35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))
36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))
37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))



38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecção, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vandlerlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLRESDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM). ([DSF de 22/11/2023, p. 136](#); [DSF de 28/11/2023, p. 22](#))
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM). ([DSF de 07/12/2023, p. 101](#))
58. Em 13.12.2023, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 131/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 147](#))
59. Em 15.12.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, em substituição ao Senador Camilo Santana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 135/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/12/2023, p. 37](#))
60. Em 05.02.2024, o Senador Flávio Dino foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).
61. Vago em 21.02.2024, em razão da renúncia do titular.
62. Em 27.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



## 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(4,14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3,6,7,8)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	7. VAGO <sup>(15)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	8.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	10.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	3. VAGO <sup>(2,13)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	9.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,11,16,19,20)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(1,11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1,11)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,11)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(12)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(17,18,21,22)</sup>	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(17,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1,5,10)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,5,10)</sup>
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1,10)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,10)</sup>

**Notas:**

\*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPP). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG). ([DSF de 05/04/2023, p. 106](#))
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG). ([DSF de 12/07/2023, p. 109](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 193](#))
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 201](#))
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 402](#))
22. Em 26.02.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 005/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

**Finalidade:** acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**(Requerimento 56, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**Telefone(s):** 3303-3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

**Finalidade:** debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

**(Requerimento 5, de 2023 - CE)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/03/2023

**Prazo final:** 08/10/2023

**Prazo prorrogado:** 30/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).

2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

\*. Em 12.12.2023 a Comissão de Educação e Cultura aprovou o Requerimento nº 141/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para prorrogação do prazo de funcionamento desta Subcomissão até 31 de setembro de 2024 (Of. nº 509/2023-CE).

**Secretário(a):** Andréia Mano Da Silva Tavares

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,  
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(10)</sup>**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(13)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2,7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,7)</sup>	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2,5)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,15)</sup>	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2,15)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(6,20)</sup>	6. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(19)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1,11)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,11)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,11,16)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>	3. VAGO <sup>(11,16,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,12,17)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1,12)</sup>	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC). ([DSF de 10/03/2023, p. 83](#))
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 56](#))
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/03/2023, p. 87](#))
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDEM). ([DSF de 10/03/2023, p. 88](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC). ([DSF de 23/03/2023, p. 110](#))
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#); [DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM). ([DSF de 14/04/2023, p. 55](#))
14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 118](#); [DSF de 26/04/2023, p. 118](#))
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 155/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 194](#))
17. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2024-GABLIID/BLALIAN).
18. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 04/2024-BLVANG).
19. Em 05.03.2024, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB ao PSD, para compor a comissão (Of. nº 07/2024-BLRESDM).
20. Em 14.03.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 08/2024-BLRESDM).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** [ctfc@senado.leg.br](mailto:ctfc@senado.leg.br)



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3)</sup>
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,6,9)</sup>
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(3,12)</sup>	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	7.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,8,15)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>	5. VAGO <sup>(2,10)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(11)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(5)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,13,14)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrielli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 75](#))
- Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 103](#))
- Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023-BLREDEM). ([DSF de 20/06/2023, p. 54](#))
- Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). ([DSF de 03/08/2023, p. 113](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))

13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))

14. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLID/BLALIAN).

15. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** Christiano De Oliveira Emery

**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -

**Telefone(s):** 3303-2005

**E-mail:** cdh@senado.leg.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(3,6)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,6)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,6)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3,14,16)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14,16)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3,8)</sup>	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3,8)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,19,20)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	4. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>	5. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(9)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1,11)</sup>	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,11)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,11,15,17,18,21,22)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) <sup>(1,11)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1,5,11)</sup>	3. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(5,10,11,13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1,12)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1,12)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1,12)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1,12)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecção, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE). ([DSF de 09/03/2023, p. 49](#))
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 67](#))
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE). ([DSF de 17/03/2023, p. 90](#))
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM). ([DSF de 17/03/2023, p. 92](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG). ([DSF de 20/05/2023, p. 15](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 50](#))
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 103](#))
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 204](#))
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
21. Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
22. Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



### 7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(2)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(2,5,6,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5,10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,10)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(2)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,10,14)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(2)</sup>	7. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(2)</sup>	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2,10)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>	9. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(2,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,11,13)</sup>
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,16,17,19,20)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4,8,20,21)</sup>	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(4)</sup>	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,12,15)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>
Senador Wilder Morais (PL-GO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1,18)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(1)</sup>	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 73](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI). ([DSF de 28/03/2023, p. 40](#))
10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 265](#))
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 199](#))
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 8](#))
15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG). ([DSF de 11/11/2023, p. 10](#))
16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 401](#))
19. Em 13.12.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzeth, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 132/2023-RESDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 148](#))
20. Em 21.12.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, e a Senadora Margareth Buzetti, membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 138/2023-BLRESDEM). ([DSF de 22/12/2023, p. 13](#))
21. Em 02.02.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 02/2024-BLRESDEM).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(2)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(2,5)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(2,5)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(2,5)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2,5,10)</sup>	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(2)</sup>	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Irajá (PSD-TO) <sup>(4)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(4)</sup>
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(4,11,12,13)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(4)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6)</sup>	6. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wilder Morais (PL-GO) <sup>(1,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

### Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). ([DSF de 10/03/2023, p. 84](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLRESDM). ([DSF de 15/03/2023, p. 161](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 17.08.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). ([DSF de 18/08/2023, p. 59](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLRESDM). ([DSF de 01/09/2023, p. 55](#))
- Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 56](#))
- Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLRESDM). ([DSF de 31/10/2023, p. 35](#))
- Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(4,13,16)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3,5)</sup>
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(3,12)</sup>	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3,5)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(3,23,26)</sup>	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,5)</sup>
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3,5,15,22,27)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(3,14)</sup>	5. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(11,12,15,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,24,25)</sup>	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,18)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) <sup>(1,7,9)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,19)</sup>	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1,20,21)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA). ([DSF de 09/03/2023, p. 48](#))
- Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG). ([DSF de 23/03/2023, p. 116](#))
- Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 72](#))
- Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG). ([DSF de 17/05/2023, p. 213](#))
- Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA). ([DSF de 06/07/2023, p. 261](#))
- Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 263](#))
- Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))
- Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))



14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 86](#))
15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 111](#))
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA). ([DSF de 10/08/2023, p. 68](#))
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 200](#))
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDM). ([DSF de 16/08/2023, p. 198](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 165](#))
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG). ([DSF de 29/09/2023, p. 53](#))
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 05/10/2023, p. 110](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 15/11/2023, p. 242](#))
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 93](#))
27. Em 20.12.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 186/2023-BLDEM). ([DSF de 21/12/2023, p. 179](#))

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-feiras 14h -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(3)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3)</sup>	5. VAGO <sup>(10,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) <sup>(8)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2)</sup>	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) <sup>(2)</sup>	6. VAGO <sup>(2,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(6)</sup></b>	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(1,11,12)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(1)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(7)</sup>	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>

### Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 130](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida eleger o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT). ([DSF de 10/03/2023, p. 85](#))
- Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM). ([DSF de 18/03/2023, p. 26](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 18](#))
- Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM). ([DSF de 04/05/2023, p. 145](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 73](#))
- Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
- Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG). ([DSF de 02/12/2023, p. 88](#))
- Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG). ([DSF de 26/10/2023, p. 125](#))
- Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))



**Secretário(a):** Leomar Diniz  
**Reuniões:** Quartas-feiras 11:00 -  
**Telefone(s):** 3303-1120  
**E-mail:** cct@senado.leg.br



**12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(15)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(5)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(5)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(5)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(5)</sup>	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	4. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(6)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) <sup>(6)</sup>	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(6)</sup>
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(6,13,14)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(6,13,14)</sup>
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(6,9)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(11)</sup>
Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(4)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8)</sup>	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(8)</sup>

**Notas:**

- Em 13.06.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 263](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 260](#))
- Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 79](#); [DSF de 15/06/2023, p. 79](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 81](#); [DSF de 15/06/2023, p. 81](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 81](#))
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 52](#))
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG). ([DSF de 21/06/2023, p. 366](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
- Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD). ([DSF de 21/09/2023, p. 166](#))

**Secretário(a):** Felipe Costa Geraldês**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

## 13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) <sup>(3,23,24)</sup>	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(3,14)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3,14,22,25)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(3)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(3,14,20,21)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(3)</sup>	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(7,14)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(6,14)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(9,14,19,22,25)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,29,30)</sup>	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(2,5)</sup>
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2,5,15,18)</sup>	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(2,26)</sup>	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2,26)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1,16,27,28)</sup>
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(1,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(1)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1,11,12)</sup>
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1,10)</sup>	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 54](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN). ([DSF de 27/04/2023, p. 86](#))
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN). ([DSF de 28/04/2023, p. 87](#))
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 09/05/2023, p. 22](#))
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 212](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG). ([DSF de 26/08/2023, p. 46](#))
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 166](#))
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLRESDM). ([DSF de 31/08/2023, p. 162](#))
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 57](#))
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 168](#))
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 9](#))
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 111](#))
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 112](#))
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 33](#))
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 34](#))
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLRESDM). ([DSF de 26/10/2023, p. 124](#))
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 203](#))
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



### 13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

**Finalidade:** estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

#### (Requerimento 13, de 2023 - CMA)

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(2)</sup>
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

- Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 200/2023-CMA).
- Em 07.03.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 04/2024-CMA).
- Em 12.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 05/2024-CMA).
- Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Tereza Cristina Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 13.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 13/2024-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



### 13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

**Finalidade:** discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

**(Requerimento 53, de 2023 - CMA)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(3)</sup>
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(1)</sup>	4.
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

- Em 06.03.2024, os Senadores Jorge Kajuru, Sérgio Petecão, Plínio Valério, Carlos Viana e Jorge Seif foram designados membros titulares e as Senadoras Damares Alves e Tereza Cristina, membros suplentes, para compor este colegiado (Of. nº 03/2024-CMA).
- Em 13.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Jorge Kajuru Presidente deste colegiado (Of. nº 01/2024 - CMAATIVOS).
- Em 13.03.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 14/2024-CMA).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 09:00 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(4)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(3,6)</sup>	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) <sup>(3,10)</sup>
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(3)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(3)</sup>	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(3)</sup>	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) <sup>(14)</sup>
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(3)</sup>	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(2)</sup>
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(2,16,17)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(2)</sup>	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(1)</sup>	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(1)</sup>	2. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(11)</sup>
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(9)</sup>	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13)</sup>

**Notas:**

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 52](#))
- Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
- Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 113](#))
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG). ([DSF de 23/03/2023, p. 116](#))
- Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 112](#))
- Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 105](#))



12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 106](#))
13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP). ([DSF de 13/04/2023, p. 119](#))
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 120](#))
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM). ([DSF de 03/06/2023, p. 34](#))
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
17. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** (61) 3303-2315

**E-mail:** [csp@senado.leg.br](mailto:csp@senado.leg.br)



## 15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(5)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) <sup>(3,10,11)</sup>	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) <sup>(7)</sup>
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(7)</sup>	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) <sup>(7)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) <sup>(8,26)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(8)</sup>	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(10)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8)</sup>	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(8)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(8)</sup>	6. VAGO <sup>(16,22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) <sup>(1,23,24)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(4)</sup>	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) <sup>(4,13,18)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,13,18)</sup>	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,13,19)</sup>
Senador Flávio Arns (PSB-PR) <sup>(4)</sup>	6. Senador Beto Faro (PT-PA) <sup>(20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Magno Malta (PL-ES) <sup>(6)</sup>
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) <sup>(2,17)</sup>	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) <sup>(12,17,21,25,27)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(9,14)</sup>	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(9)</sup>
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) <sup>(9)</sup>	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(9)</sup>

**Notas:**

- Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 261](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 264](#))
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG). ([DSF de 15/06/2023, p. 78](#))
- Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 57](#))
- Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG). ([DSF de 20/06/2023, p. 53](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 06/07/2023, p. 260](#))
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 266](#))
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG). ([DSF de 10/08/2023, p. 69](#))
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#); [DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLRESDM). ([DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLRESDM). ([DSF de 13/09/2023, p. 216](#))
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 196](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
25. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 03/2024-BLVANG).
26. Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 09/2024-BLDEM).
27. Em 20.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLVANG).

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO  
DIGITAL NO BRASIL

**Finalidade:** Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

**(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)**

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



## 15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

**Finalidade:** viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

**(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Antônio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 3303-2554

**E-mail:** ccdd@senado.leg.br



**16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp**  
**Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) <sup>(6,12)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) <sup>(7,15)</sup>	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Farias (MDB-AL) <sup>(7)</sup>	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) <sup>(7)</sup>
Senadora Leila Barros (PDT-DF) <sup>(9)</sup>	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) <sup>(1)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3,11)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,11)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(10,13,17,18)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) <sup>(8)</sup>	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) <sup>(8,14,16)</sup>

**Notas:**

- Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrielli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLREDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 256](#))
- Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG). ([DSF de 14/06/2023, p. 262](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLREDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 258](#))
- Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM). ([DSF de 14/06/2023, p. 259](#))
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 74](#))
- Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). ([DSF de 15/06/2023, p. 77](#))
- Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 15/06/2023, p. 71](#))
- Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). ([DSF de 16/06/2023, p. 58](#))
- Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG). ([DSF de 17/06/2023, p. 17](#))
- Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).
- Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM). ([DSF de 01/07/2023, p. 10](#))
- Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
- Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))
- Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 94](#))
- Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN). ([DSF de 04/10/2023, p. 160](#))
- Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
- Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 202](#))



**Secretário(a):** Flávio Eduardo De Oliveira Santos

**Reuniões:** Quartas-feiras 10:30 -

**Telefone(s):** 3303-2540

**E-mail:** cesp@senado.leg.br



**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

**Atualização:** 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

<b>1ª Eleição Geral:</b> 19/04/1995	<b>8ª Eleição Geral:</b> 26/04/2011
<b>2ª Eleição Geral:</b> 30/06/1999	<b>9ª Eleição Geral:</b> 06/03/2013
<b>3ª Eleição Geral:</b> 27/06/2001	<b>10ª Eleição Geral:</b> 02/06/2015
<b>4ª Eleição Geral:</b> 13/03/2003	<b>11ª Eleição Geral:</b> 30/05/2017
<b>5ª Eleição Geral:</b> 23/11/2005	<b>12ª Eleição Geral:</b> 18/09/2019
<b>6ª Eleição Geral:</b> 06/03/2007	<b>13ª Eleição Geral:</b> 21/03/2023
<b>7ª Eleição Geral:</b> 14/07/2009	

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO, PDT )</b>	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSD, PT, PSB )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035258

**E-mail:** naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ  
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPG  
Endereço: Edifício Principal - Térreo  
Telefone(s): 33035713  
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

---

Atualização: 11/11/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-713

**E-mail:** saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL  
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO  
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPG  
**Endereço:** Edifício Principal - Térreo  
**Telefone(s):** 33035713  
**E-mail:** npfg@senado.leg.br



**8) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

**Número de membros:** 5 titulares

**COORDENADOR:**

**1ª Designação:** 16/11/1995

**2ª Designação:** 30/06/1999

**3ª Designação:** 27/06/2001

**4ª Designação:** 25/09/2003

**5ª Designação:** 26/04/2011

**6ª Designação:** 21/02/2013

**7ª Designação:** 06/05/2015

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
VAGO	Procurador do Senado

**Atualização:** 03/02/2017

**Secretaria-Geral da Mesa**

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



**10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 11/02/2023**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



**11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ  
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)

---



13) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA  
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

---

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA  
(Resolução do Senado Federal n° 17, de 2021)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



15) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES  
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR  
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO  
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

**PRESIDENTE:**

---



18) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCU DO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



19) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN  
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

---



20) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL  
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



21) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES  
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO  
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



24) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER  
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPG

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



25) MEDALHA MARIA QUITÉRIA  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



26) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



27) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL  
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO  
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

---

**Secretaria-Geral da Mesa**

NPG

**Endereço:** Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 33035713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



29) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA  
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO  
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

**Secretaria-Geral da Mesa**  
NPGF  
Endereço: Edifício Principal - Térreo  
Telefone(s): 33035713  
E-mail: npfg@senado.leg.br



30) COMENDA ZILDA ARNS  
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

**Número de membros:** 0 titulares

---

**Secretaria Geral da Mesa**

NPG

**Telefone(s):** 5713

**E-mail:** npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado  
0800 61 2211

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

SENADO  
FEDERAL

